

conjuntura econômica

ANO XIX - N.º 9 - SETEMBRO 1965

PREÇO CR\$ 500

ADM

**óleos vegetais —
excelentes perspectivas**

indústria de mineração

**a quem pertence
a indústria alemã?**



fundação getúlio vargas



a empresa é uma rosa, é uma rosa, mas... e os espinhos?

...espinho é saber recrutar mão-de-obra, selecionar, treinar, estabelecer justa remuneração, avaliar cargos e funções, administrar o pessoal. A racionalização dessas questões pelo Prof. Tomás de Vilanova Monteiro Lopes resultou no livro **PROBLEMAS DE PESSOAL DA EMPRESA MODERNA**, ilustrado de exemplos práticos e enriquecido de selecionada bibliografia sobre o tema. Uma edição da

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

serviço de publicações

Praia de Botafogo 186, ZC-05, C. Postal 4081, Rio - GB

ATENDEMOS PELO REEMBOLSO



NOSSO RUMO É A SUA SEGURANÇA

QUASE
200 ANOS
DE TRADIÇÃO
NA VIDA
BANCÁRIA



RIO DE JANEIRO - Av. Rio Branco, 18
SÃO PAULO - Rua Libero Badaró, 487
SANTOS - Praça Visconde de Mauá, 14
CAMPINAS - Av. Francisco Glicério, 1278


The FIRST NATIONAL
BANK of BOSTON
• Fundado 1784 •

ÁCIDO
CLORÍDRICO

SÓDA
CÁUSTICA
LÍQUIDA

HIPOCLORITO
DE
SÓDIO

ÁCIDO
CLORÍDRICO
P.A.

HIPOCLORITO
DE
CÁLCIO

PERCLORE-
TILENO

CLORO
LÍQUIDO

TRICLORE-
TILENO

Produtos de
INDÚSTRIAS QUÍMICAS ELETRO CLORO S/A



Representantes Exclusivos
CIA. IMPERIAL DE INDÚSTRIAS QUÍMICAS DO BRASIL
São Paulo: Rua Cons. Crispiniano, 72
9.º and. - Fone 34-5106
Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 333
9.º and. - Fone 22-2141
Agentes em todo o Brasil

ELCLOR

COMPROVANTE

ADM

PUBL

BROCHAS

FRSA

Bits

AÇOS
PARA
FERRAMENTAS

aços rápidos • aços para trabalhos a quente • aços para trabalhos a frio • aços carbono • barras forjadas e laminadas • blocos anéis • peças especiais • blocos de matrizes para drop-forjarias
FUNDIÇÃO ELÉTRICA • FORJARIA • LAMINAÇÃO

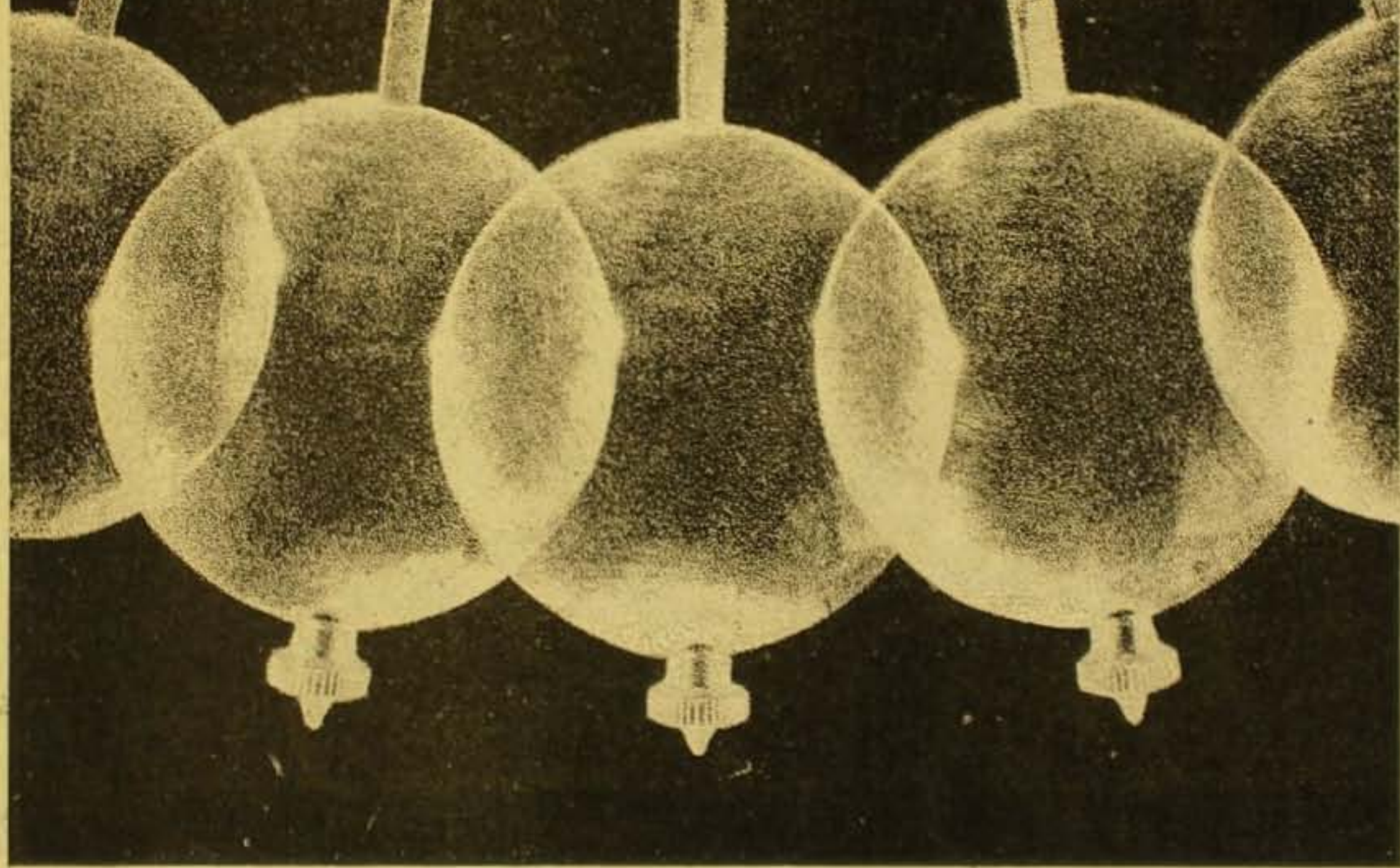


AÇOS VILLARES

O MÁXIMO EM QUALIDADE

SÃO PAULO • RIO DE JANEIRO • BELO HORIZONTE • PORTO ALEGRE • RECIFE • JOINVILLE • CAMPINAS

Das sete às sete, nas mesas brasileiras



Às cinco, o hábito elegante — Chá Tender Leaf que o Brasil exporta. Na sobremesa, os pudins e gelatinas Royal. Pão a toda hora: Fermentos Fleischmann. Presença constante da Fleischmann-Royal nas mesas brasileiras. Cinco fábricas (Petrópolis, Jundiaí, Conchal, Registro,

Escada). Qualificação de operários. Bolsas para engenheiros. Mais técnicos no País. Formação de panificadores nas Escolas Fleischmann. Modernos métodos e técnicas. Já está na mesa? Temos orgulho de estar presentes.

PRODUTOS ALIMENTÍCIOS FLEISCHMANN E ROYAL LTDA.

Melhor Alimentação... para Melhor Saúde

A coisa menos importante que aconteceu no km 23 da Via Anchieta foi uma fábrica de 241.000 m².



forneecedoras trabalham outros 110.000. Contando os familiares, são mais de 500.000 pessoas que podem ter uma vida melhor. Isto sim, nós achamos importante.

131 países precisam importar Volkswagen; o Brasil não. É por isso que mais de 300.000 pessoas, no Brasil, já têm Volkswagen. E VW feito com mão-de-obra brasileira. Isto, também, nós achamos importante.

A fábrica recolhe impostos

aos cofres públicos (54 bilhões de cruzeiros só em 1964), e isso contribui para fazer escolas, hospitais, estradas...

Beneficiando indistintamente todas as pessoas. Também isto nós achamos importante. Na verdade, o que há de menos importante no km 23 da Via Anchieta é uma fábrica de 241.000 m² de área construída...

A fábrica Volkswagen, de fato, é bem grande: poucas fábricas, no Brasil, atingem 241.000 m². Mas isto é o que tem menos importância.

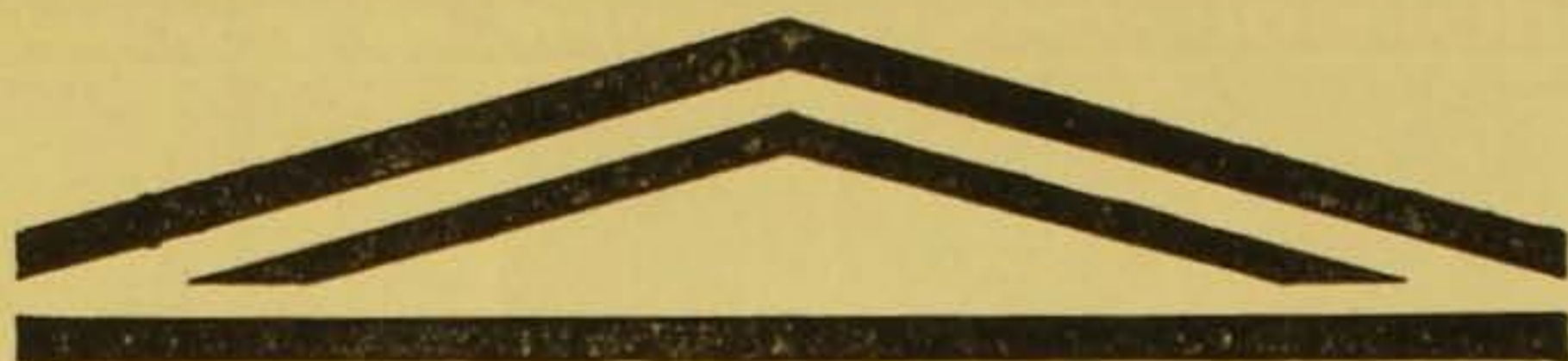
Nas indústrias automobilísticas trabalham perto de 45.000 empregados especializados (são mais de 10.000 só na fábrica Volkswagen).

Nas indústrias



Na fábrica Volkswagen trabalham mais de 10.000 empregados especializados.

no BRASIL, a "casa" da



UNESCO

é a FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

O educador e o estudante, o cientista e o técnico, todo aquele que acompanha a evolução da educação, da ciência e da cultura, encontrará nas publicações da UNESCO uma inestimável fonte de informações e uma assessoria técnica segura.

ATENDEMOS PELO REEMBOLSO POSTAL

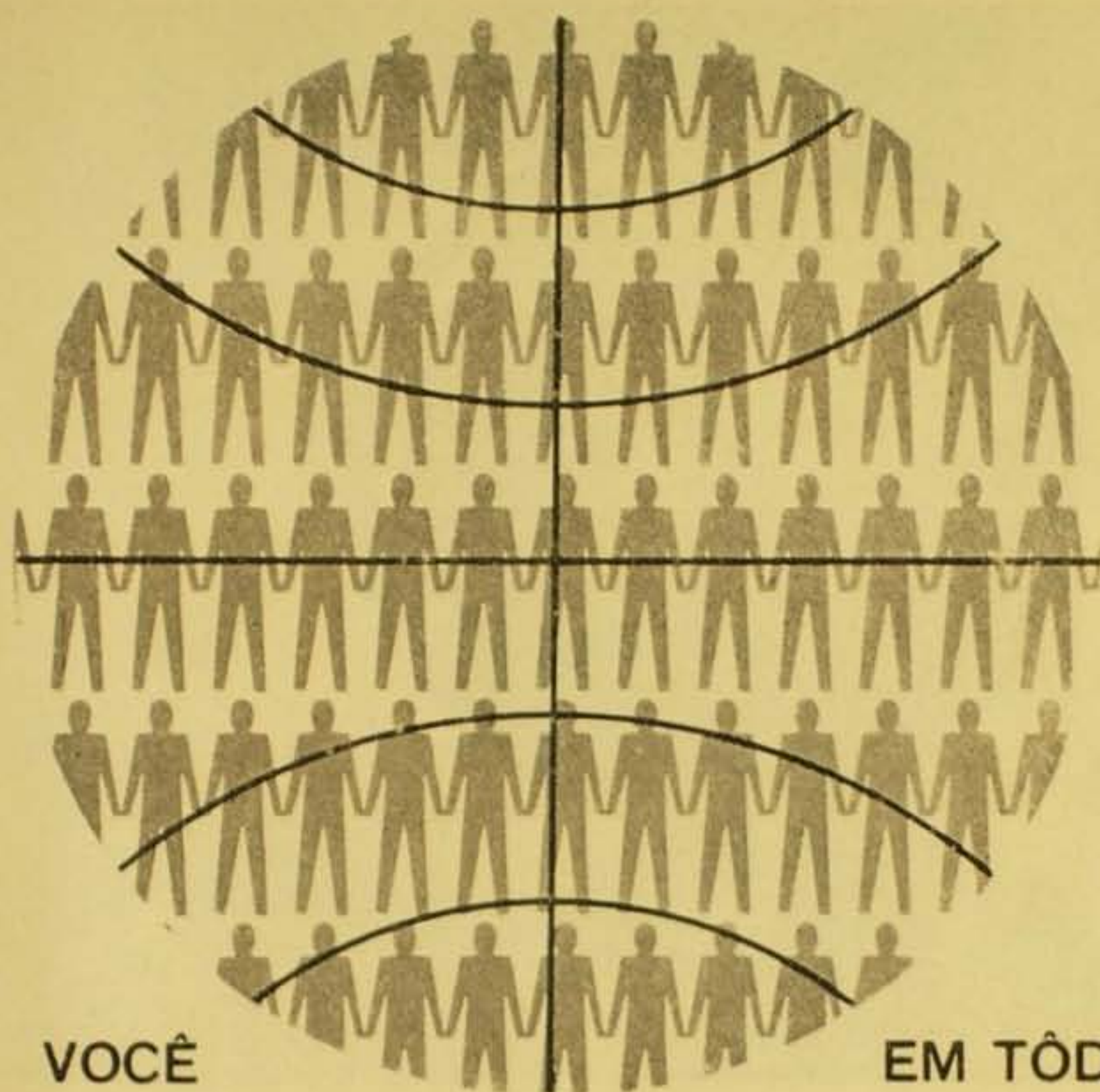
REPRESENTANTES EXCLUSIVOS NO BRASIL
DAS PUBLICAÇÕES DA UNESCO

praia de botafogo 186 - gb.

c. postal 4081 - brasil

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

serviço de publicações



VOCÊ

EM TÔDA A PARTE

Você utiliza um serviço do City Bank. Já é o nosso cliente mais importante. A partir daí, é como se você juntasse ao seu patrimônio tudo que o City Bank tem e lhe oferece: vasta rede de filiais e correspondentes nos centros mais importantes do mundo; experiência extraordinária, adquirida através de mais de 150 anos de atividades internacionais. No Brasil há 50 anos, hoje com 11 filiais.

Para a economia brasileira, exportar é questão vital. A rede mundial de filiais e correspondentes do City Bank — filiais em todos os países membros da ALALC — oferece ao exportador brasileiro mais e melhores serviços.

FIRST NATIONAL CITY BANK

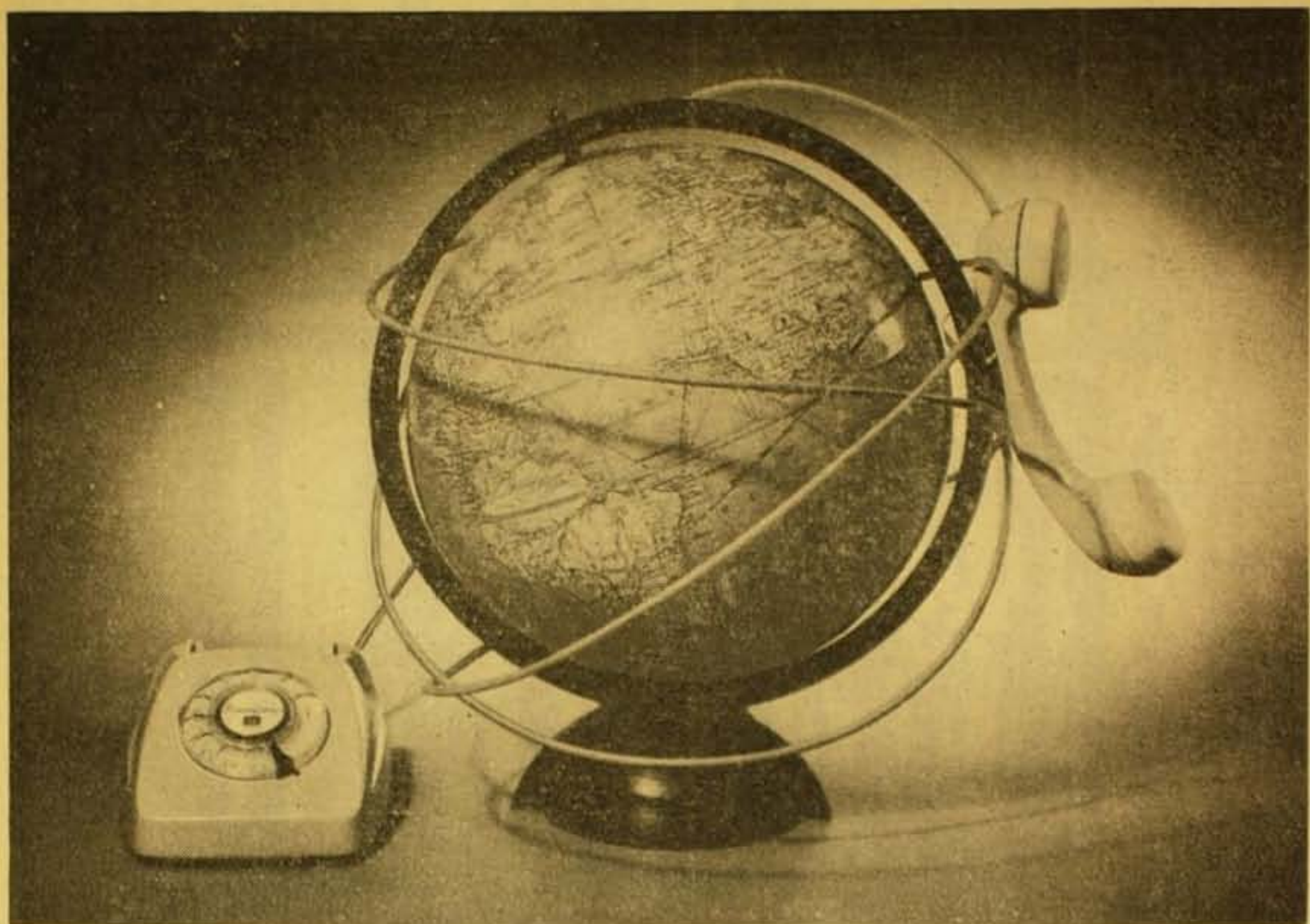
NEW YORK



ASSOCIADO AO PROGRESSO DO BRASIL

Fundado em 1812 | No Brasil desde 1915

Belo Horizonte • Brasília • Campinas • Curitiba • Porto Alegre • Recife •
Rio de Janeiro • Salvador • Santos • São Paulo Avenida Ipiranga, 855, Praça
Antônio Prado, 48



Para sua voz não há distâncias

Parentes, amigos, negócios, você pode tê-los pelo mundo todo. Distâncias infinitas podem separá-lo dos seus mais caros interesses. Mas para a sua voz não há distância. A Radional, associada à maior rede mundial de telecomunicações

— a ITT — dá presença à sua voz em Londres, em Paris, em Nova York, no Cairo. Dá presença, volume, nitidez. E a voz de seu interlocutor — falando de negócios ou de assuntos pessoais — terá igual presença junto a você, no

mesmo instante. Graças à Radional, através da rede mundial da ITT, você tem ao alcance da sua voz o mundo inteiro.

A Radional está a serviço do Brasil, desde 1930, no campo de vital importância das telecomunicações.

RADIONAL
Comunicações
Mundiais
Via **ITT**

Em julho último, as remessas brasileiras de café para o exterior atingiram 1 252 571 sacas, contra 1 004 760 no mês imediatamente anterior. No período janeiro a julho de 1964 e 1965, essas exportações somaram, respectivamente, 8 624 921 e 6 238 321 sacas (ver pág. 11).

* * *

As emissões de papel-moeda em julho p.p. totalizaram Cr\$ 60 bilhões. Concomitantemente, a caixa das Autoridades Monetárias elevou-se de Cr\$ 1,7 bilhão, absorvendo assim parte daquelas emissões. Destarte, o papel-moeda em circulação foi acrescido de Cr\$ 58,3 bilhões (ver pág. 17).

* * *

O resultado da execução financeira da União para 1965, no período de janeiro a julho, acusou um déficit de caixa 3,4% superior ao estimado no programa do governo. A despesa atingiu Cr\$ 1 975,9 bilhões, contra 1 918,4 bilhões da programação, e a receita Cr\$ 1 503,1 bilhões, contra 1 461,0 bilhões do previsto (ver pág. 21).

* * *

O mercado de câmbio no período de 15 de julho a 31 de agosto deste ano apresentou-se estabilizado em todos os setores que o integram (ver pág. 25).

* * *

Afiguram-se amplas as possibilidades do comércio exterior do país por estradas de rodagem, tudo indicando que, em futuro não remoto e na medida do sucesso da ALALC, cresça substancialmente essa modalidade de intercâmbio no total das transações externas (ver pág. 79).

CONJUNTURA ECONÔMICA

REVISTA MENSAL EDITADA PELA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

CENTRO DE ANÁLISE DA CONJUNTURA ECONÔMICA

Fundador: RICHARD LEWINSOHN

EXPEDIENTE

Diretor: JOSÉ GARRIDO TORRES

Redator-Chefe: DENIO NOGUEIRA

Secretário: NEWTON LUIZ DO REGO

Corpo Redatorial: ALEXANDRE KAFKA,

ALUIZIO B. PEIXOTO, BASILIO MARTINS,

EDISON CEZAR DE CARVALHO, EDUARDO

S. GOMES JUNIOR, ERNST MUHR,

FELISBERTO CAMARGO, HELIO M. ESCOBAR,

HENRIQUE DE CARVALHO GOMES, HERBERT

FRIEDMANN, JOHN O. SCHROY, JORGE

KINGSTON, ORLANDO DE SOUZA, OSWALDO

R. FRANCO, PAULO CORIOLANO TUNIS

VIANA, PEDRO PAULO BARBOSA DA COSTA e

TUPY C. PÔRTO

Correspondentes no Exterior:

Europa: RICHARD LEWINSOHN

E.U.A.: JORDAN YOUNG

REDAÇÃO:

Av. 13 de Maio, 23 — Sala 1 222

Telefone: 52-4601 — Rio de Janeiro

Publicada pela:

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

Diretor: LEOSTHENES CHRISTINO

Assistente da Direção: ARY M. CALDEIRA

Produção: DENIS POLICANI

Publicidade: MAURÍCIO PINHEIRO

Vendas: MURILO GUIMARAES

Circulação: CARLOS PORTELA NUNES

Praia de Botafogo, 186 - Tel. 46-4010

Caixa Postal 4081 - Rio de Janeiro - GB

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta Revista, desde que seja citada a fonte.

Assinatura anual Cr\$ 5.000

Número avulso ou atrasado Cr\$ 500

Composição e impressão:

GRÁFICA EDITORA LIVRO S. A.

Rua Tapirepé, 74 — Rio - GB.

SUMARIO

ANO XIX — SETEMBRO/65 — N.º 9

A CONJUNTURA EM INSTANTÂ-
NEOS 9

EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS

Café — melhoram as exportações 11

Moeda e crédito — inalterados os
tetos governamentais 17

Tesouro Nacional — deficit con-
trolado 21

Mercado cambial — mantém-se
estável 25

Mercado de títulos — grande alta
de preços em agosto 29

Mercado de empregos — inicia-se
a recuperação 33

Emissões de capital — continuam
elevadas as reavaliações de ativo 37

Insolvências — reflete a indeci-
são dos negócios 41

Mercado imobiliário — ritmo mais
firme 47

ESTUDO ESPECIAL

Possibilidades madeireiras da Ama-
zônia 53

AGRICULTURA

Óleos vegetais — excelentes pers-
pectivas 57

INDÚSTRIA

Indústria de mineração 67

TRANSPORTES

A rodovia no comércio exterior
do Brasil 79

A CONJUNTURA NO ESTRAN- GEIRO

A quem pertence a indústria
alemã? 85

Crise no mercado comum 91

ESCREVE O LEITOR 95

VÁRIAS NOTÍCIAS 97

ÍNDICES ECONÔMICOS 99

CAFÉ —
MELHORAM AS EXPORTAÇÕES

As exportações de café brasileiro em julho último foram de 1 252 571 sacas — o melhor resultado mensal do ano em curso. Se bem que esta cifra sobressaia entre as dos meses restantes, não é satisfatória porque não atinge sequer o duodécimo da cota de exportação atribuída ao Brasil no Acôrdio Internacional do Café. As causas dêste relativo marasmo de nossas vendas para o exterior são as já apontadas reiteradamente aqui. As autoridades responsáveis pela política do café em nosso país, embora reconheçam a perda da capacidade competitiva dos cafés brasileiros nos mercados livres do exterior em consequência da política de preços aqui sustentada, opinam que convém mais ao Brasil sacrificar parcial e temporariamente sua participação nos fornecimentos mundiais do que desencadear guerra de preços, cujas consequências são de difícil previsão. Segundo as mesmas autoridades, o Brasil deve lutar pelo aperfeiçoamento do Acôrdio Internacional, o qual, se cumprido estritamente por todos seus signatários, lhe proporcionará a oportunidade da colocação de sua cota de exportação a preços satisfatórios para todos.

São os seguintes os níveis da exportação em julho e no período janeiro-julho, durante o último quinquênio:

Em julho os preços dos cafés latino-americanos no mercado do

Anos	Julho	Jan./jul.
1961	1 479 536	8 732 389
1962	1 172 211	8 868 044
1963	1 897 909	10 099 043
1964	1 136 091	8 624 921
1965	1 252 571	6 238 321

disponível de Nova York permaneceram estáveis. Os dos africanos da variedade robusta experimentaram alta acentuada, em vista da redução de seus estoques nos mercados de consumo, embora continuem a existir suprimentos amplos nos respectivos centros produtores. A posterior evolução do mercado mostrará se a alta é apenas de natureza técnica, como se admite, ou se é devida também a outros fatores ligados às atividades da Organização Inter-africana do Café.

Em virtude da alta nos preços dos cafés da variedade robusta, a diferença entre os preços desses cafés e os dos da variedade arábica diminuiu sensivelmente, conforme se pode ver no QUADRO a seguir, feito com os dados divulgados pela Carta Semanal do Bureau Pan-Americano do Café.

Caso perca esta diferença no nível agora atingido, é possível que os torradores, atentando para o problema da qualidade de seus produtos, voltem a achar conveniente compor suas ligas com maior porcentagem de cafés da variedade arábica, eventualmente de procedência brasileira.

As importações mundiais continuam a refletir a política de redução dos estoques dos centros consumidores, motivada pelo temor de baixa dos preços nos mercados internacionais. Esta bai-

MERCADO DO DISPONÍVEL DE
NOVA YORK
(em cents de dólar por libra-pêso)

PROCEDÊNCIA	DATAS		DIFE- RENÇA
	1-7-65	29-7-65	
ARÁBICAS			
Brasil			
Santos tipo 2/3	45,25	45,38	+ 0,13
Santos tipo 4	—	45,13	+ 0,13
Paraná tipo 4	43,88	43,63	— 0,25
Colômbia			
Mams	47,38	47,25	— 0,13
El Salvador			
Padrão central	44,50	44,63	+ 0,13
México			
Lavado de 1. ^a	44,38	44,63	+ 0,25
Etiópia			
Djima	41,75	44,25	+ 2,50
ROBUSTAS			
Angola			
Ambriz 2AA .	29,38	35,63	+ 6,25
Uganda			
Padrão nativo	28,88	35,25	+ 6,37

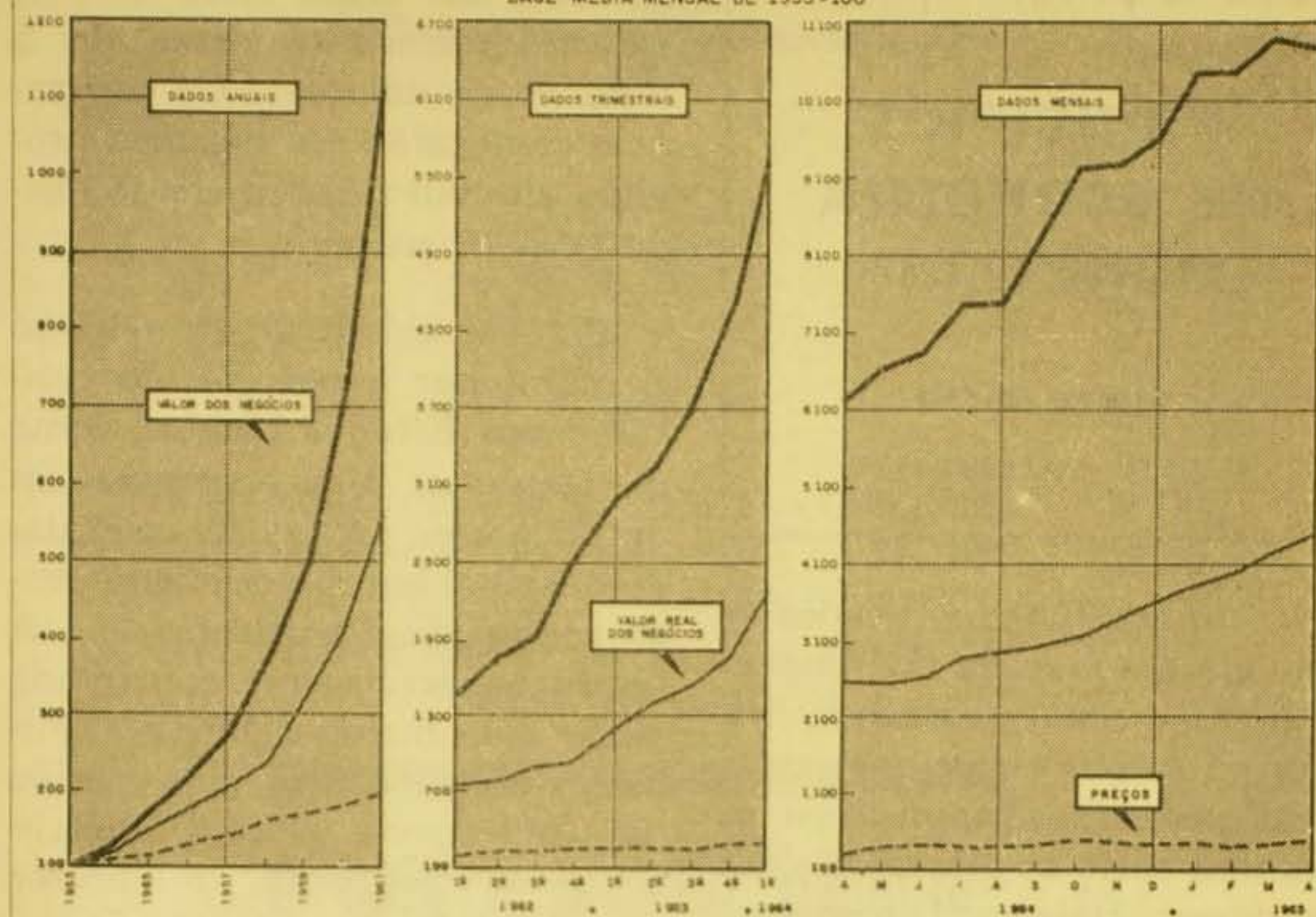
xa não ocorreu, todavia, porque o Brasil tem preferido até agora sacrificar o volume de seus fornecimentos aos mercados livres, em benefício da estabilidade dos preços nos mercados do exterior para todos os produtores.

Em consequência dessa política de redução dos estoques, observaram-se nos Estados Unidos, tomados para exemplo, as seguintes alterações nas disponibilidades ali existentes, segundo os dados do Bureau of Census daquele país:

Refletindo a maior utilização dos cafés dos estoques no consu-

EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÔMICA

BASE: MÉDIA MENSAL DE 1953 = 100



ESTOQUES TOTAIS DE CAFÉ CRU EM PODER DOS TORRADORES, IMPORTADORES E COMERCIANTES NOS ESTADOS UNIDOS
(em milhares de sacas de 60 k)

Data	1963	1964	1965
31-1	3 518	4 366	3 036
30-6	3 435	4 216	2 591
30-9	4 008	4 071	
31-2	4 726	4 470	

mo e o menor volume das torrações, as importações dos Estados Unidos nos primeiros 6 meses do ano foram inferiores às de idêntico período de 1964, conforme pode ser visto no QUADRO abaixo, em que estão discriminadas as principais fontes de fornecimento:

IMPORTAÇÕES DE CAFÉ PARA CONSUMO NOS ESTADOS UNIDOS
(em sacas de 60 k)

Período: Janeiro-junho

Importações das origens principais	1965	1964	Aumento ou diminuição em relação a jan./jun. 1964
Brasil	2 119 270	3 858 731	— 1 739 461
Colômbia	1 450 489	1 677 725	— 227 236
Fedecame	2 823 759	2 848 650	— 24 891
África	2 704 038	3 134 118	— 430 080
Outros	178 172	333 197	— 155 025
TOTAL	9 275 728	11 852 421	— 2 576 693

EUGENIO GUDIN

PRINCÍPIOS DE ECONOMIA MONETÁRIA

QUINTA EDIÇÃO

À VENDA NAS LIVRARIAS

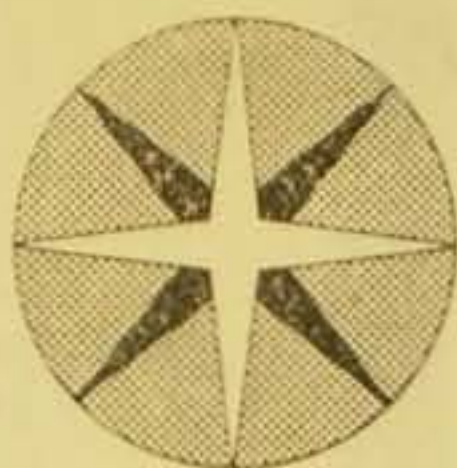
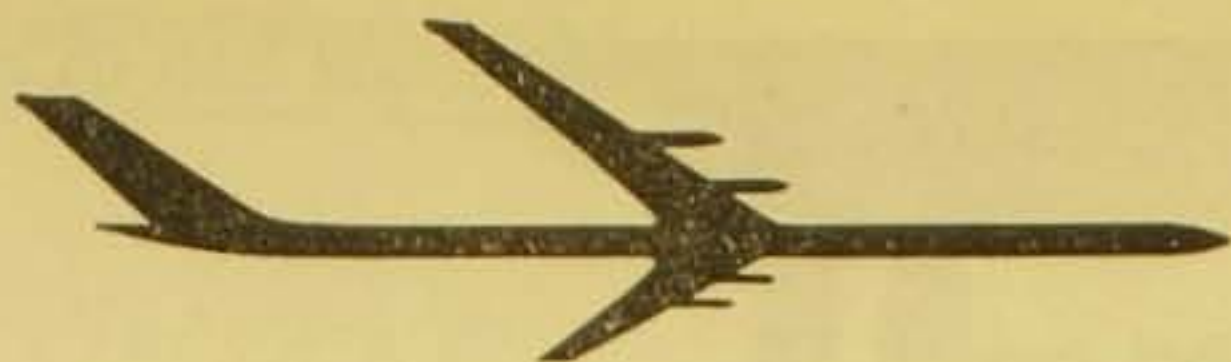
Não só nos Estados Unidos se verificaram reduções das importações. O mesmo aconteceu, em maior ou menor escala em outros países, podendo-se mencionar os seguintes, entre os principais consumidores: Bélgica, Luxemburgo, Canadá, Dinamarca, Finlândia, Holanda, Inglaterra e Noruega.

Não parece que a esta queda das importações tenha correspondido igual diminuição do consumo, salvo nos Estados Unidos, onde segundo os dados do Bureau of Census o volume das torrações vem declinando, com a seguinte média mensal nos 3 últimos anos: 1963 — 1 901 000 sacas; 1964 — 1 864 000; e 1965 — 1 788 000 sacas (média mensal dos 6 primeiros meses).

O Conselho da Organização Internacional do Café resolveu dar início imediatamente a campanhas de âmbito mundial para

promover aumento do consumo do café, nas quais serão empregados inicialmente cerca de 5 milhões de dólares. Os programas começarão em outubro próximo vindouro e abrangerão desde logo 13 países.

Há necessidade urgente não só de combater a redução do consumo nos Estados Unidos, como de conseguir sua expansão em outros países, pois existe acentuado desnível entre o que vem sendo produzido e o consumido. A produção precisa ser controlada ainda com maior urgência. Falando em Genebra, por ocasião da Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento, o diretor executivo da Organização Internacional do Café, Dr. João de Oliveira Santos, declarou que os estudos preliminares do grupo de trabalho da Organização revelaram que a produção mundial do café alcançou sua expansão máxima na safra 1959/60, esperando-se que seja atingida de novo em 1967/68 e ultrapassada nos anos seguintes. Existe expectativa de que a produção aumente em todos os países, embora em porcentagens muito diferentes. Caso as previsões da Organização se materializem, o aumento total previsto na produção mundial teria de conservar-se fora do mercado. Do contrário, ocorrerá baixa aguda nos preços internacionais do café.



NEW YORK • LOS ANGELES • CHICAGO
MIAMI • MÉXICO • PANAMÁ • BOGOTÁ
LIMA • CARACAS • SANTO DOMINGO
MONTEGO BAY • BUENOS AYRES • MON-
TEVIDEO • ASUNCIÓN

**e com o mesmo tradicio-
nal padrão de pontualidade,
cortesia e bons serviços...**

LISBOA • MADRID • MILÃO
ROMA • PARIS • FRANKFURT
DAKAR • SANTIAGO

RIO-LISBOA SEM ESCALAS

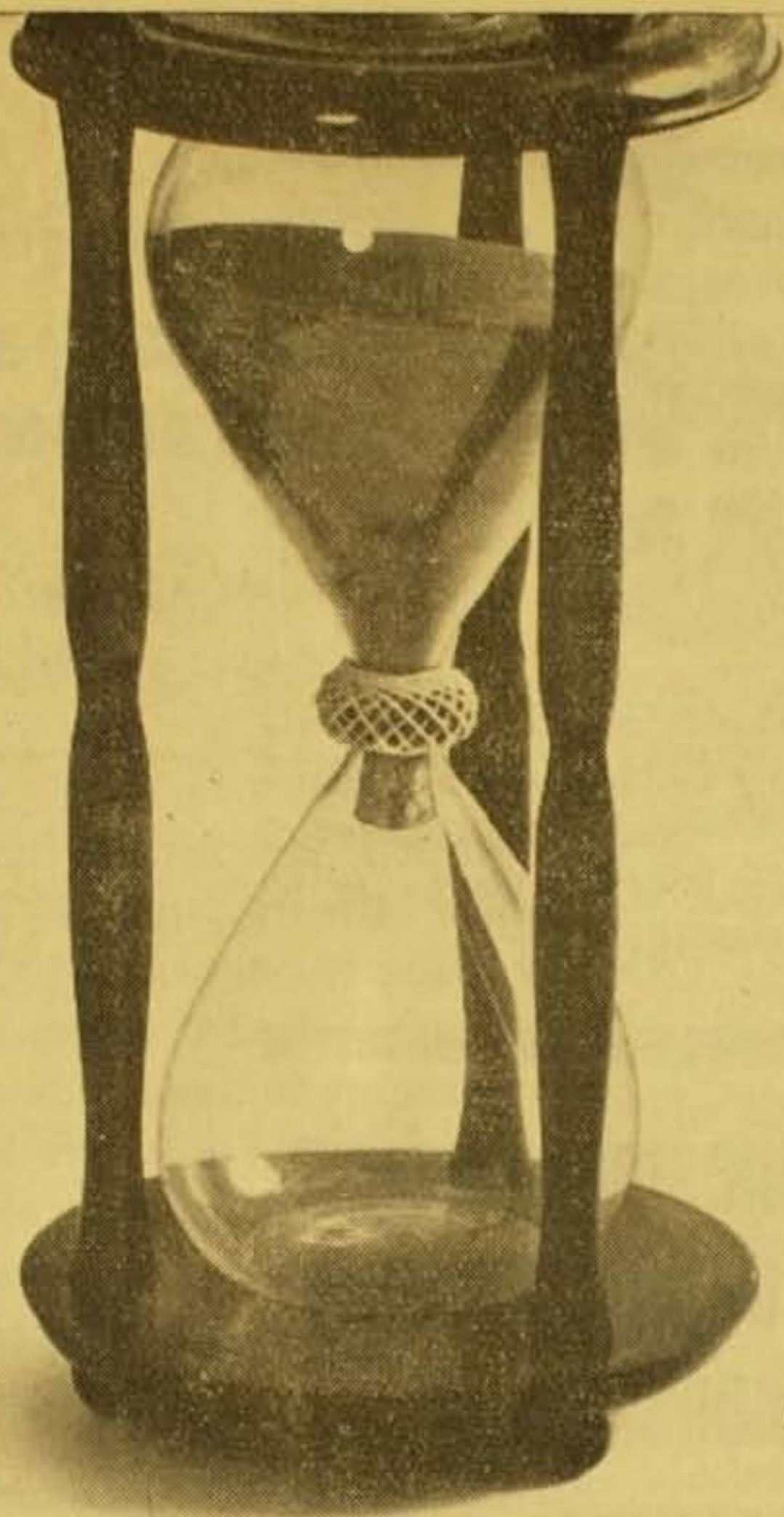


VARIG



A MAIOR LINHA AÉREA DA AMÉRICA LATINA

QUALIDADE EM
TRANSPORTE AÉREO



Não cumprimos um compromisso dentro do prazo E estamos orgulhosos do fato

Em 1943, assumimos com o Governo do Estado de São Paulo a responsabilidade de produzir 20.000 toneladas de apatita para fabricação de superfosfato, dentro de um prazo de 23 anos. No entanto, 12 anos antes, já havíamos ultrapassado aquela quantidade. Para nós, esta é a melhor maneira de não ficarmos presos a um compromisso: cumprir melhor, mais, e mais rapidamente o que se promete. Hoje, Quimbrasil e Serrana entregam à agricultura nacional cerca de 200.000 toneladas de superfosfato, incrementando enormemente o enriquecimento da terra (e se nos ativéssemos à letra do acôrdo, ainda teríamos um ano para produzir somente uma décima parte). A atividade desenvolvida na Usina de Jacupiranga é vital para a economia do País. A perspectiva para o futuro, graças à recuperação das jazidas de apatita quase extintas, conseguida por processos desenvolvidos por nossos técnicos, é novamente risonha. Não podemos deixar de estar orgulhosos.



QUIMBRASIL-QUÍMICA INDUSTRIAL BRASILEIRA S.A.



Uma Empresa do
GRUPO
INDUSTRIAL
SANTISTA

MOEDA E CRÉDITO – INALTERADOS OS TETOS GOVERNAMENTAIS

Totalizaram Cr\$ 60 bilhões as emissões de papel-moeda em julho último. Concomitantemente, a caixa das Autoridades Monetárias elevou-se de 1,7 bilhões absorvendo parte daquelas emissões. Assim, aumentou de 58,3 bilhões o saldo do papel-moeda em circulação. Esse papel-moeda adicional destinou-se a atender ao desequilíbrio do setor externo e a novos empréstimos a autarquias. Dos recursos não inflacionários captados no mês, destacaram-se os do setor privado e de autarquias e os dos bancos comerciais.

No período janeiro/julho persistiu a situação dos meses anteriores, com as operações dos setores governamental e privado dentro dos tetos programados, enquanto o setor externo consti-

tuía o foco maior da pressão inflacionária, como se pode ver no QUADRO II.

No setor governamental o déficit de caixa do Tesouro Nacional financiado pelo Banco do Brasil (inclui a receita em trânsito) elevou-se a Cr\$ 295,0 bilhões, em confronto com Cr\$ 348,2 bilhões para o mesmo período de 1964. Os empréstimos a autarquias e outras entidades públicas subiram de Cr\$ 94,6 bilhões. De outro lado, as demais entidades do setor governamental, exclusive Tesouro, drenaram recursos, através das contas de depósitos, no valor de Cr\$ 178,7 bilhões.

Os fundos transferidos para o setor privado, através das contas de empréstimos, atingiram Cr\$

I — PAPEL-MOEDA EM CIRCULAÇÃO
Saldos em fins de ano ou mês (Cr\$ milhões)

D A T A S	PAPEL-MOEDA EMITIDO PELA CAIXA DE AMORTIZAÇÃO (a)	PAPEL-MOEDA EM PODER DAS AUTORIDADES MONETÁRIAS			PAPEL-MOEDA EM CIRCULAÇÃO (c=a+b)
		Caixa do Banco do Brasil	Caixa do Banco Central	Total (b)	
1953 — Dezembro	47 002	2 983	—	2 983	44 019
1954 — Dezembro	59 039	2 961	8	2 969	56 070
1955 — Dezembro	69 340	4 001	—	4 001	65 339
1956 — Dezembro	80 819	3 157	—	3 157	77 662
1957 — Dezembro	96 575	3 396	—	3 396	93 179
1958 — Dezembro	119 814	4 522	—	4 522	115 292
1959 — Dezembro	154 621	6 160	—	6 160	148 461
1960 — Dezembro	206 140	8 618	—	8 618	197 522
1961 — Dezembro	313 858	13 284	5 000	18 284	295 574
1962 — Dezembro	508 780	21 036	10 000	31 036	477 744
1963 — Dezembro	888 768	37 368	30 000	67 368	821 400
1964 — Dezembro	1 483 765	95 440	—	95 440	1 388 325
1965:					
Janeiro	1 423 765	83 163	60 000	143 163	1 280 602
Fevereiro	1 423 765	53 778	—	53 778	1 369 987
Março	1 503 765	144 237	20 000	164 237	1 339 528
Abril	1 503 765	82 261	—	86 261	1 417 504
Maio	1 568 765	79 701	1 988	81 698	1 487 067
Junho	1 618 765	94 289	1 927	96 216	1 522 549
Julho	1 678 765	97 874	—	97 874	1 580 891

FONTE: Banco Central.

16,9 bilhões, não obstante os empréstimos da CREA se terem elevado de Cr\$ 85,0 bilhões. O declínio dos empréstimos comerciais, notadamente os vinculados à comercialização do café, fizeram com que os empréstimos ao setor alcançassem aquele mon-

tante. Os depósitos do setor privado, de outro lado, aumentaram de Cr\$ 181,1 bilhões, fator desinflacionário de grande importância no período.

As operações ligadas ao comércio exterior apresentaram

II — BANCO DO BRASIL — RECURSOS E APLICAÇÕES
(Bilhões de Cruzeiros)

A T I V O	V A R I A Ç Õ E S				P A S S I V O	V A R I A Ç Õ E S			
	1963	1964	1965			1963	1964	1965	
	Jan./ Junho	Jan./ Junho	Junho	Jan./ Junho		Jan./ Junho	Jan./ Junho	Junho	Jan./ Junho
I - Caixa em moeda corrente	+ 12,5	- 25,1	- 4,6	- 13,7	I - Recursos próprios (inclusive saldo líquido das contas de resultado pendente)	+ 7,2	- 3,6	+ 25,7	+ 69,6
II - Agências e correspondentes no exterior	- 3,7	- 0,6	+ 0,5	- 0,5	II - Débito junto ao sistema bancário:				
III - Outras contas vinculadas a câmbio	- 18,8	+ 97,2	+ 122,0	+ 569,9	1. No País:				
IV - Empréstimos em conta corrente e títulos descontados:					a. Débito junto à Carteira de Redescontos	+ 20,0	+ 92,7	+ 74,4	+ 144,5
1. Ao setor governamental	+ 87,6	+ 257,0	+ 161,2	+ 270,0	b. Depósitos de bancos, inclusive os à ordem do Banco Central	+ 33,5	+ 61,4	+ 115,6	+ 260,2
a. Tesouro Nacional (saldo líquido das operações financeiras)	+ 89,0	+ 258,0	+ 150,4	+ 218,9	2. No Exterior:				
b. Autarquias, governos estaduais e municipais e outras entidades públicas	- 1,4	- 1,0	+ 10,8	+ 51,1	a. Correspondentes e Agências no exterior	-	-	-	-
2. Ao setor privado	+ 44,6	+ 126,2	+ 1,5	- 0,4	b. Fundo Monetário Internacional (responsabilidade líquida)	-	-	+ 0,4	+ 1,0
a. Carteira de Crédito Geral ..	- 1,8	+ 43,2	- 15,2	- 65,0	III - Depósitos:				
b. Carteira de Crédito Agrícola e Industrial	+ 46,4	+ 83,0	+ 16,7	+ 64,6	1. Do setor privado	+ 32,5	+ 91,0	- 20,4	+ 138,4
3. Ao setor bancário	- 0,5	- 0,7	-	-	2. Do setor governamental (exclusive Tesouro)	+ 15,4	+ 57,3	+ 45,3	+ 161,5
V - Compra e venda de produtos de exportação e importação (exclusive café)	+ 21,2	+ 12,0	- 24,0	+ 28,9	IV - Recursos das Instruções 204 e 205 da SUMOC (*)	+ 33,7	+ 17,8	- 32,3	- 82,7
VI - Outras contas (***)	- 17,6	- 23,4	- 95,5	- 102,2	V - Depósitos compulsórios vinculados a operações cambiais (**) ...	- 23,5	+ 136,4	- 9,0	- 63,1
T O T A L	+ 125,3	+ 442,6	+ 161,1	+ 752,0	VI - Outras contas (***)	+ 6,5	+ 10,4	- 38,6	+ 122,6
					T O T A L	+ 125,3	+ 442,6	+ 161,1	+ 752,0

(*) Inclui o saldo líquido da extinta conta "Ágios e Bonificações", dada a mesma natureza desses recursos.

(**) Inclusive Letras do Banco do Brasil e Letras do Tesouro "Série B" tomadas por importadores.

(***) Resíduos das demais contas não constantes deste quadro; as contas interdepartamentais são tomadas por saldo líquido.

FONTE: Balancetes do Banco do Brasil, publicados na imprensa.

forte desequilíbrio, sejam as que habitualmente oferecem desequilíbrio, como o item "outras contas vinculadas a câmbio" (que refletem o diferencial entre as taxas de compra e venda de moeda estrangeira), sejam as que até recentemente forneceram recursos de certo vulto, como os depósitos compulsórios de câmbio e o Fundo de Reserva de Defesa do Café.

Os recursos entregues, no período, retirados deste último fundo, somaram Cr\$ 105,2 bilhões, em face do volume de café não exportado e do declínio dos depósitos compulsórios de câmbio, resultante da política das Autoridades Monetárias de tornar mais acessível o mercado de títulos às firmas particulares, com a redução do saldo das Letras do Banco do Brasil em circulação, já que esses títulos es-

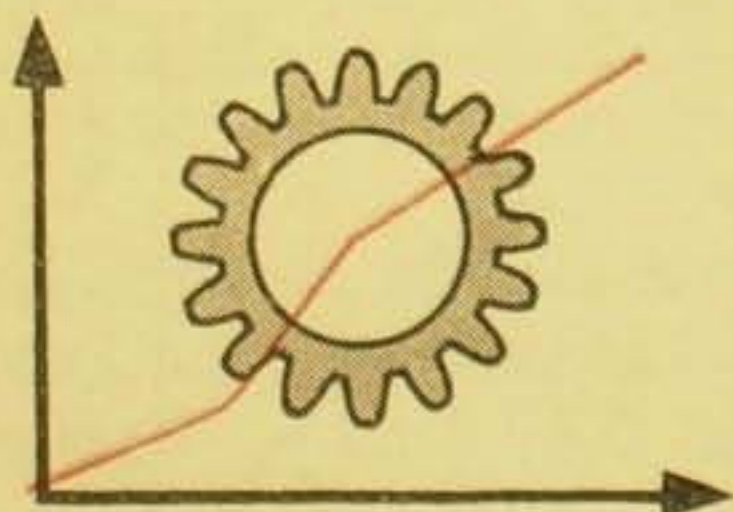
tão vinculados aos depósitos de importação.

O setor bancário continuou a ser o grande financiador não inflacionário do desequilíbrio das contas do Banco do Brasil drenando Cr\$ 274,6 bilhões de depósitos adicionais.

Os bancos comerciais puderam ampliar os seus empréstimos ao setor privado utilizando o encaixe excedente de que dispunham em fins de 1964 e por força das emissões de papel-moeda no período, as quais por via indireta foram às suas caixas.

Os empréstimos dos bancos comerciais expandiram-se de . . . Cr\$ 570,6 bilhões, enquanto os depósitos e o encaixe aumentaram de Cr\$ 980,7 bilhões e Cr\$ 570,6 bilhões, respectivamente, no 1.º semestre de 1965.

A EXPERIÊNCIA DE UMA EQUIPE A SERVIÇO DA SUA EMPRESA



- PLANEJAMENTO INDUSTRIAL
- PROGRAMAÇÃO DE PRODUÇÃO
- ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
- ESTUDOS ECONÔMICOS

PROJETÉCNICA - economia & engenharia industrial

Diretor Executivo: ALUIZIO B. PEIXOTO

Rua Sete de Setembro, 67 - 4.º andar — Tel. 52-8991 — Rio, GB

TESOURO NACIONAL — DEFICIT CONTROLADO

Do mesmo modo que no 1.º semestre, mantiveram-se sob controle em julho último as contas de responsabilidade do Tesouro Nacional junto ao Banco do Brasil. Até o fim do semestre o resultado da execução do exercício se fizera de conformidade com a programação elaborada pelas autoridades fazendárias, pois o desequilíbrio de caixa do período se situou ligeiramente abaixo do nível previsto para o fim de junho. A receita correspondeu a 1 253,6 bilhões de cruzeiros e os gastos realmente efetuados a 1 617,4 bilhões, do que resultou o deficit de 364 bilhões. Para essa mesma ocasião a programação estabelecera os seguintes valores: receita 1 224,0 bilhões; despesa 1 590,7 bilhões e deficit 366,7 bilhões.

Quanto à execução do mês de julho, o resultado apurado dis-

crepou ligeiramente do programado. Fôra prevista uma receita de 237 bilhões, uma despesa de 328 bilhões e, conseqüentemente, um desequilíbrio de 91 bilhões de cruzeiros. Na realidade, os dados assim se apresentaram: receita 249 bilhões, ou seja, 10 bilhões ou 5% a mais; despesa 359 bilhões, isto é, 31 bilhões ou 9% além do estimado; e finalmente, o deficit, 109 bilhões de cruzeiros.

Englobadamente, o resultado da execução do exercício financeiro de 1965, no período de janeiro a julho, acusou um deficit de caixa 3,5% superior ao previsto para os 7 primeiros meses do ano (ver QUADRO). A despesa atingiu 1 975,9 bilhões, contra 1 918,4 bilhões da programação. A receita 1 503,1 bi-

EXECUÇÃO FINANCEIRA DA UNIÃO — 1964/1965
(Saldos acumulados em bilhões de cruzeiros)

MESES	1 9 6 4					1 9 6 5				
	RECEITA	DESPESA	DEFICIT DE CAIXA			RECEITA	DESPESA	DEFICIT DE CAIXA		
			Total	Financiamento				Total	Financiamento	
				Banco do Brasil	Letras do Tesouro				Bancos do Brasil e Central (2)	Letras do Tesouro (1)
Janeiro	56,5	137,0	80,5	76,8	3,7	127,2	117,6	—9,6	—3,9	—5,7
Fevereiro ..	144,8	277,5	132,7	124,8	7,9	341,1	404,2	63,1	49,1	14,0
Março	228,3	427,8	199,5	193,5	6,0	567,2	759,2	168,0	140,6	27,4
Abril	324,3	556,7	232,4	231,0	1,4	768,6	1 016,0	247,4	204,6	42,8
Maió	422,6	731,6	309,0	312,8	—3,8	1 006,7	1 301,5	294,8	244,5	50,3
Junho	594,5	965,3	370,8	391,5	—20,7	1 253,6	1 617,4	363,8	300,8	63,0
Julho	727,9	1 139,3	411,4	449,9	—38,5	1 503,1	1 975,9	472,8	363,2	109,6
Agôsto	873,7	1 400,4	526,7	576,5	—49,8
Setembro ..	1 057,3	1 670,8	613,5	673,1	—59,6
Outubro	1 299,7	1 938,2	638,5	710,9	—72,4
Novembro ..	1 519,3	2 198,0	678,7	746,3	—67,6
Dezembro ..	1 913,9	2 613,6	699,7	748,2	—48,5

FONTES: Banco do Brasil e Banco Central.

Nota: Elaborado com base na assistência financeira prestada pelo Banco do Brasil e Banco Central ao Tesouro Nacional. Inclui despesas orçamentárias e extra-orçamentárias.

(1) Inclui Letras e Obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional.

(2) Financiamento do Banco Central somente a partir de abril de 1965.

lhões, ou seja, 42,1 bilhões a mais que a estimada, e o deficit 472,8 bilhões, ao invés de 457,4 bilhões, como admitido pelo programa do governo.

Embora se constatasse, como assinalamos, uma discrepância relativamente às cifras estimadas e às observadas, a dimensão que se anotou não evidencia de modo algum redução do controle sobre a programação estabelecida. Po-

de-se admitir neste caso que o desvio ocorrido proveio de um volume maior de despesa durante o mês de julho, uma vez que se empenhou o governo em diminuir a pressão das despesas de junho sobre a sua caixa na mesma oportunidade. Normalizado o processo de dispêndio, é de se esperar que, já a partir de agosto ou setembro, venha a programação financeira a acusar resultados mais favoráveis.

ÁGUA À VONTADE PARA MAIS BRASILEIROS!

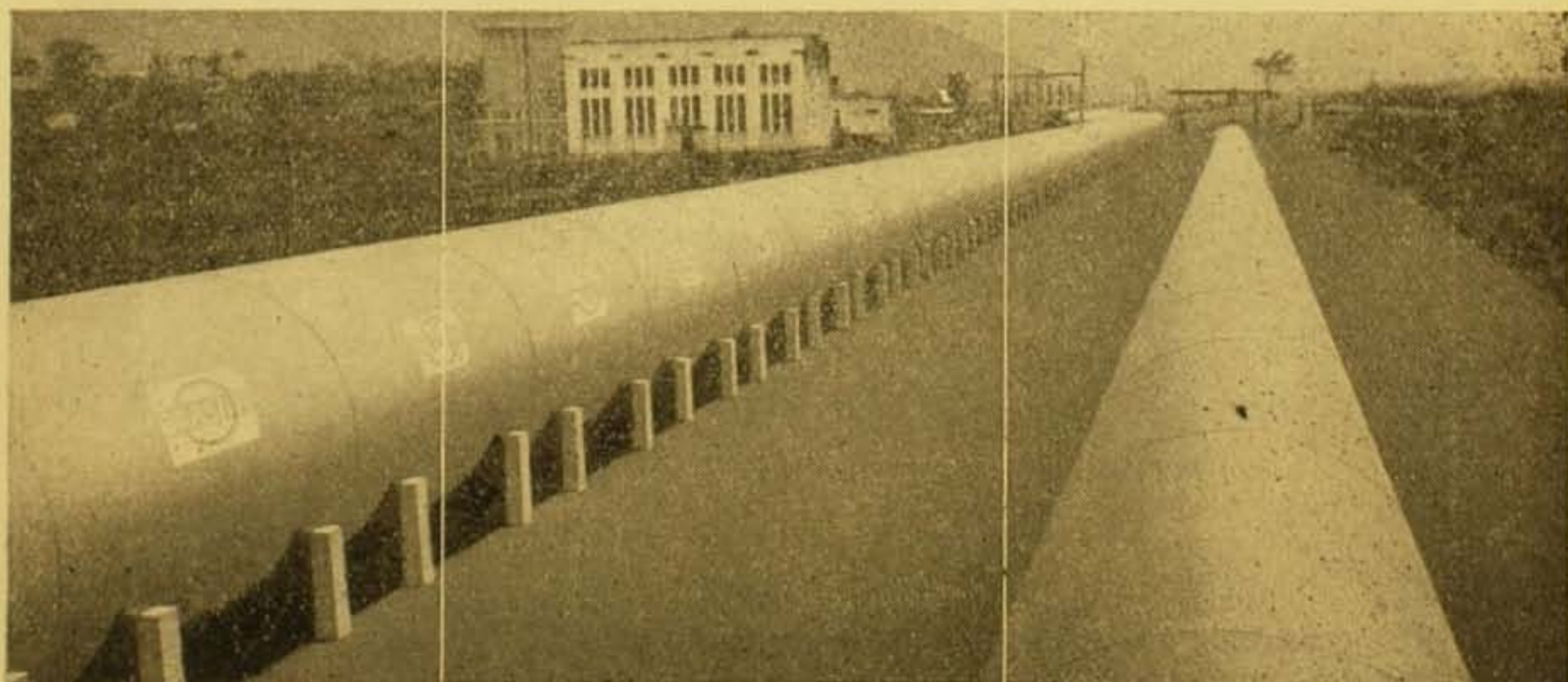
Graças à considerável experiência adquirida nestes 27 anos de trabalho, a Brasilit capacitou-se para produzir estes gigantesco tubos de concreto, indispensáveis à realização das obras da Adutora do Guandú. A fabricação destes tubos exigiu dos técnicos da Brasilit um conhecimento altamente especializado - já tão evidenciado em fornecimentos feitos por ocasião da construção da Adutora de Ribeirão das Lajes, em 1937, e que funciona até os nossos dias com perfeição.

TUBOS DE CONCRETO

Pesando 13.750 kg, medindo 5 m de comprimento, 2,50 m de diâmetro e 130 mm de espessura, estes tubos foram fabricados sob supervisão dos mesmos engenheiros e técnicos que produzem os outros produtos Brasilit (tubos de cimento-amianto, chapas onduladas de cimento-amianto, caixas, etc.). A experiência da Brasilit em tubos foi uma das razões do sucesso de tão grandiosa realização, considerada a obra do século.

**S. A.
TUBOS
BRASILIT**

SEDE: R. Marconi, 131 - 6.º - Tel.: 34-4127 - São Paulo
FÁBRICAS: São Paulo - Rio de Janeiro - Porto Alegre -
Recife - Belo Horizonte - Belém (em construção)
AGÊNCIAS: São Paulo - Belém - Belo Horizonte - Blumenau -
Brasília - Curitiba - Fortaleza - Goiânia - Juiz de Fora -
Porto Alegre - Recife - Rio de Janeiro - Salvador - Vitória



★ ADUTORA DO GUANDÚ - no Estado da Guanabara, onde foram empregados 5,5 km de Tubos de Concreto Brasilit, com 2,10m, 2,50m e 3,10m de diâmetro.

dólares latino-americanos ?

Não deixam de ser. Porque diversos países do continente já nos enviaram dólares em pagamento de material ferroviário produzido no Brasil. Nós, da Santa Matilde, que fomos os pioneiros dessas exportações, mantemos um esquema de trabalho que visa ao incremento de nossas relações comerciais com os países da América Latina. Após termos realizado a primeira exportação brasileira de vagões ferroviários (para o Uruguai), estamos empenhados em fornecê-los a outros países latino-americanos. Em estreita cooperação com os representantes da ALALC, a Santa Matilde mantém constantes entendimentos com as ferrovias latino-americanas visando manter e aumentar o fluxo dessas exportações, de modo a criar uma importante e permanente fonte de divisas para o Brasil. O que ontem parecia impossível, hoje é uma realidade: Brasil, exportador de progresso!



Publicibrás

Fábricas: Cons. Lafaiete, MG e Três Rios, RJ

Esc.: R. Buenos Aires, 100 - GB • R. Barão de Itapetininga, 273 - 11.º conj. D - SP

CA INDUSTRIAL
S^{ta}Matilde

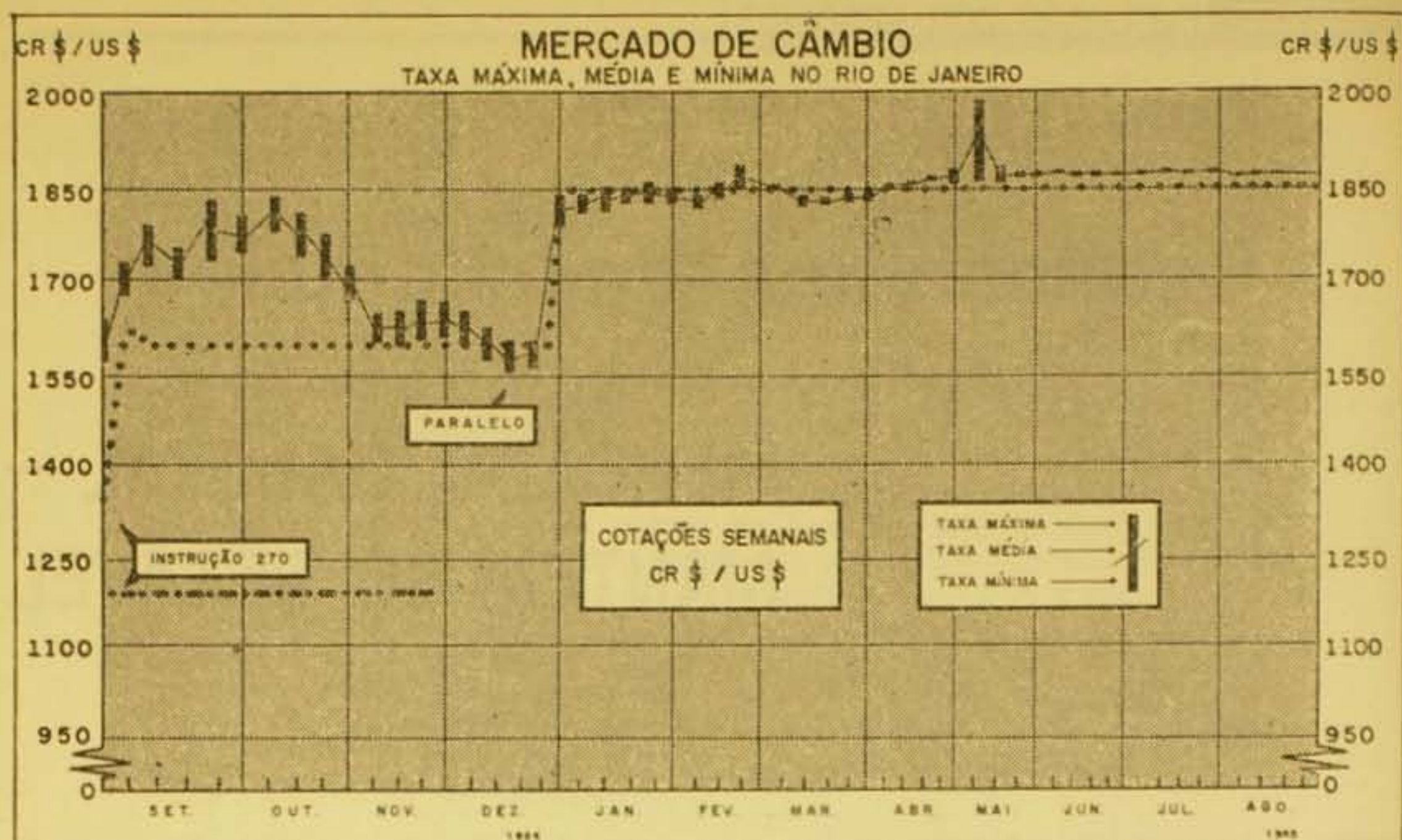
MERCADO CAMBIAL — MANTÉM-SE ESTÁVEL

O mercado de câmbio, no período coberto pelos dados do QUADRO I, apresentou-se estabilizado em todos os setores que o integram. Após a eliminação de determinados artifícios que permitiam aos especuladores, algumas vezes, alterar as cotações, mantêm as Autoridades Monetá-

rias absoluto contrôlo do mercado. Não fôra a presença ostensiva do Banco do Brasil no mercado, as cotações teriam declinado, em face da tendência que se observa desde 1964 e pela qual a oferta tem superado a procura de divisas. Mesmo nos momentos em que as operações financeiras se

COTAÇÕES DO DÓLAR AMERICANO
RIO DE JANEIRO — 1965
(Cr\$/US\$)

DIAS	BANCO DO BRASIL			OUTROS BANCOS		MERCADO PARALELO			
	Livre		GLP e Fuel			Cheque		Manual	
	Compra	Venda	Venda	Compra	Venda	Compra	Venda	Compra	Venda
De 21/6									
a 31/8	1825	1850	1850	1830	1840	1855	1865	1855	1865

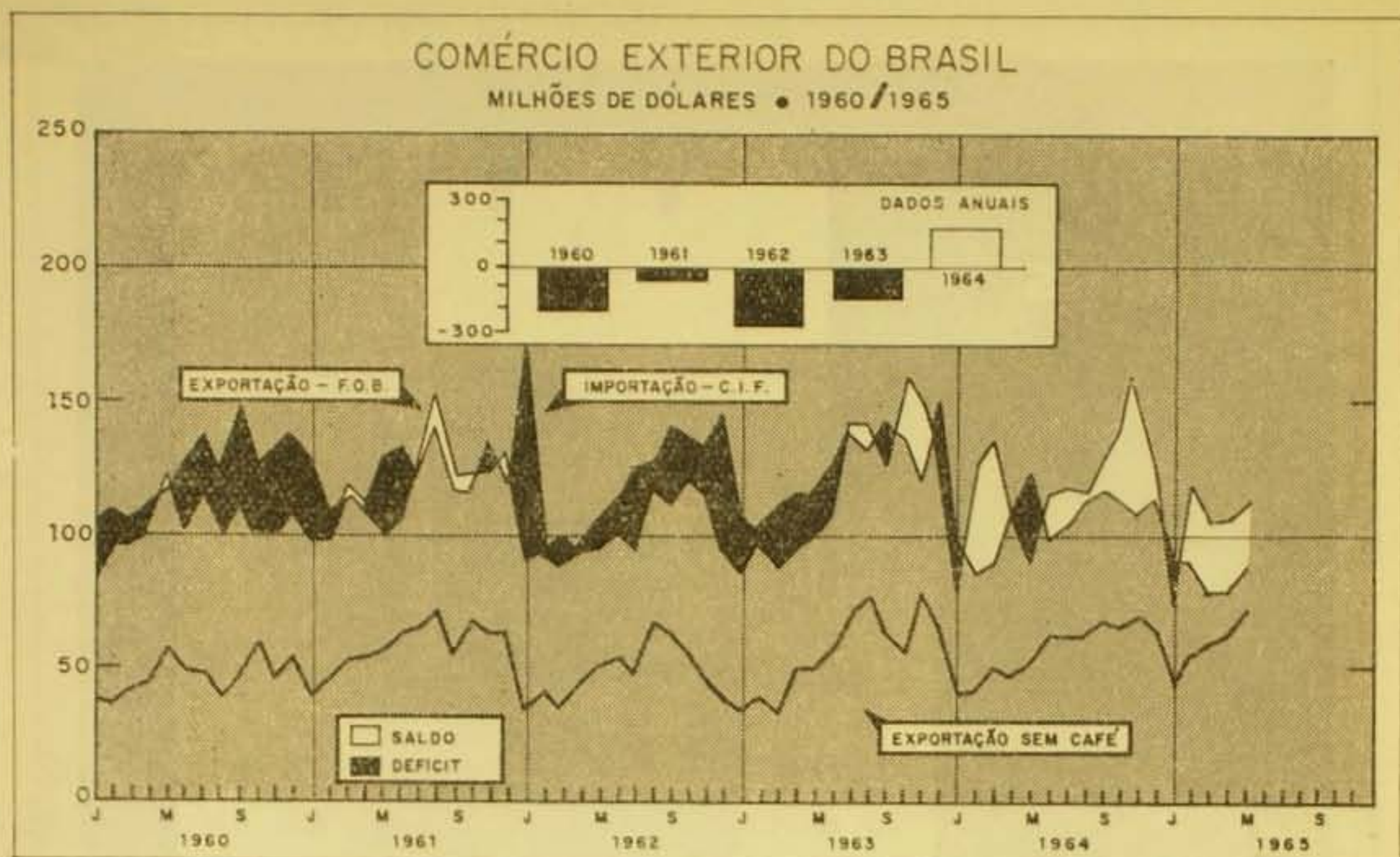


tornaram mais ativas, as cotações não oscilaram, em virtude da cobertura que o Banco do Brasil vem oferecendo ao mercado.

Essa situação, se encarada do ponto de vista externo, mostra melhoria do crédito brasileiro com o exterior, pois, conforme apontado no n.º de agosto último de CONJUNTURA ECONÔMICA, o balanço de pagamentos do país, no 1.º semestre, foi substancialmente superavitário. Todavia, no que se refere à situação interna, êsse superavit obriga as Autoridades Monetárias a desviarem recursos em cruzeiros, a fim de atender a compras de divisas.

Os bancos particulares, por êsse motivo — excesso de oferta — são obrigados a repassar ao Banco do Brasil seus excedentes e assim obrigados a manter suas cotações nas variações por êle permitidas, ou seja, dentro da faixa de Cr\$ 1 825 a Cr\$ 1 850 por dólar.

Quanto ao mercado manual, não obstante apresentar cotações estáveis, é um setor desequilibrado potencialmente. Isto ocorre, em vista de a procura ser superior à oferta, fato que não se nota porque o Banco do Brasil dá cobertura a tôdas as casas de câmbio, sejam do Rio de Janeiro,



sejam de outras praças, notadamente São Paulo.

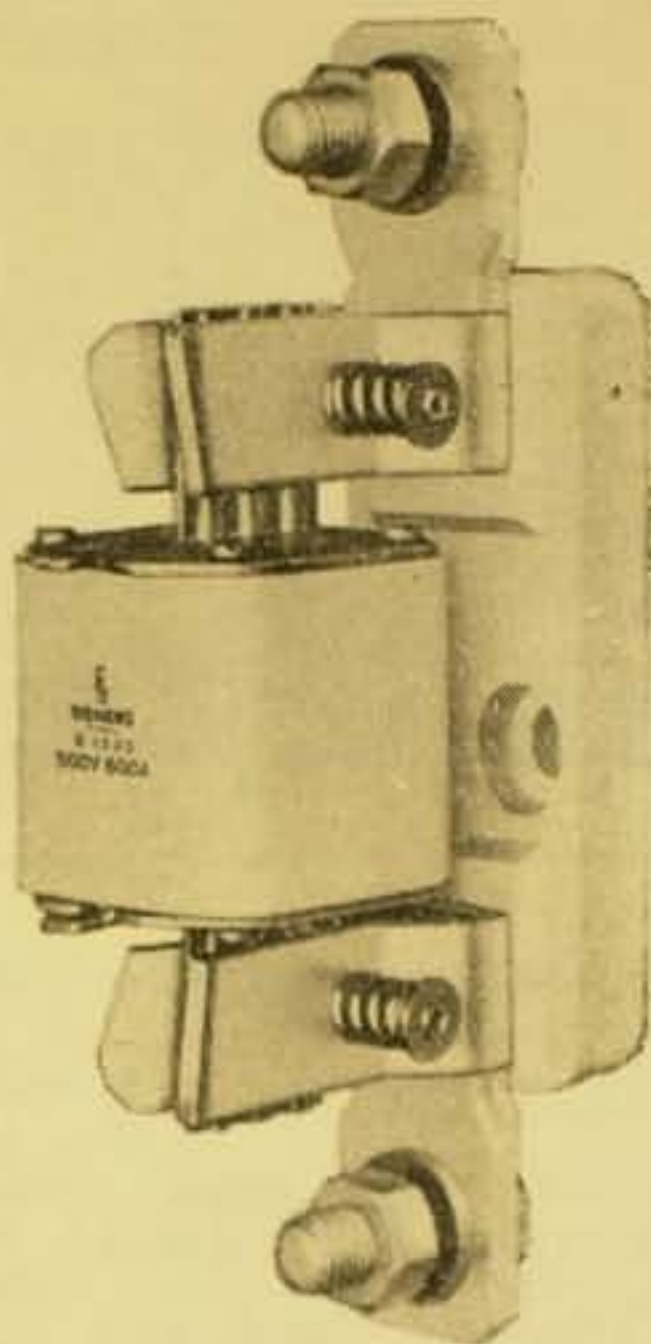
A procura, contudo, tem duas componentes: a interna, bem inferior à oferta global, e a externa, representada por solicitações maciças oriundas de Montevideu e Buenos Aires. Supõe-se que o excesso de cruzeiros, naqueles dois países, provém de turistas e mesmo de compras efetuadas no comércio fronteiriço.

Quanto ao setor marginal, apesar de não mais haver um conhecimento razoável de suas cotações — por motivos óbvios — continua a operar, embora reduzido em 40% do seu movimento

anterior. Estima-se que as cotações do paralelo estão sendo efetuadas a taxas superiores a Cr\$ 1 880, em face dos riscos que essas operações oferecem e também porque os meios de comunicação com as diversas praças do mundo foram alterados, provocando o aumento dos custos da operação.

Finalmente, a expectativa para o próximo período é ainda de inteira estabilidade, podendo-se apenas admitir ligeiras modificações na sistemática das importações — possivelmente, eliminação de encargos e depósitos compulsórios — como incentivo à procura de divisas.


SIEMENS
DO BRASIL



Quer ver
um
agente
de seguro
contente?

—mostre
uma
Segurança NH!

Quando a rede elétrica de uma fábrica está protegida por Seguranças NH, as companhias de seguros sossegam: Fusíveis NH evitam infalivelmente curto-circuitos, paralização de máquinas e danos de instalações. Isto significa que o Sr. também pode dormir tranquilo: Seguranças NH são o melhor meio de evitar prejuízos e lucros cessantes causados por incêndios.

SIEMENS DO BRASIL - CIA. DE ELETRICIDADE
S. Paulo • Brasília • R. de Janeiro • P. Alegre • Recife • Curitiba • B. Horizonte • Salvador

MERCADO DE TÍTULOS – GRANDE ALTA EM AGÔSTO

Subiu muito o preço médio S-N de ações em agosto, passando de 3 322 pontos no primeiro dia daquele mês para 4 053 no dia 24. O volume de transações na Bôlsa do Rio de Janeiro foi também elevado, superando o milhão de cruzeiros por dia durante a maior parte do mês.

A escassez de títulos de primeira categoria preocupou os profissionais do mercado, pois, em vista do maior interêsse que se verificou, muitos receiam que in-

vestidores forcem os preços das poucas ações existentes a níveis exagerados, como já aconteceu antes. Caso isto aconteça, poderá haver forte reação. Oscilações radicais dêste tipo em níveis de preços tendem a desanimar investidores mais sérios a entrar no mercado.

Companhias de investimentos acham-se dispostas a garantir, em bases firmes, blocos substanciais de ações para redistribuição. No entanto, apesar das vantagens



fiscais da nova lei sobre o mercado de capitais, as empresas mais importantes ainda não mostraram maior interesse na venda de suas ações ao público no mercado geral.

A Bolsa de Valores do Rio de Janeiro adotou em agosto algumas medidas preliminares, destinadas a iniciar a tendência para uma reformulação completa nos processos das transações. O sistema de lotes redondos foi inaugurado como a unidade das transações para mais ou menos 22 das ações principais. Um processo especial foi estabelecido para as transações com lotes não arredondados e para as ações de menor procura. Estas modificações

são naturalmente temporárias e de nenhuma maneira resolvem o sério problema administrativo que a Bolsa vai enfrentar. Para uma solução definitiva a longo prazo dos problemas relacionados com a modernização do mercado, a Bolsa do Rio de Janeiro contratou um estudo mais profundo, que já se acha pronto após 6 meses de exaustivas análises e planejamentos. Este trabalho, preparado pelo Serviço Nacional de Investimentos Ltda., propõe medidas práticas que, no prazo de 2 anos, transformarão o mercado da Guanabara numa das Bolsas mais dinâmicas no mundo. Entre as modificações propostas, está o emprêgo de equipamento eletrônico de computação, a fim

BANCO BOAVISTA S. A.

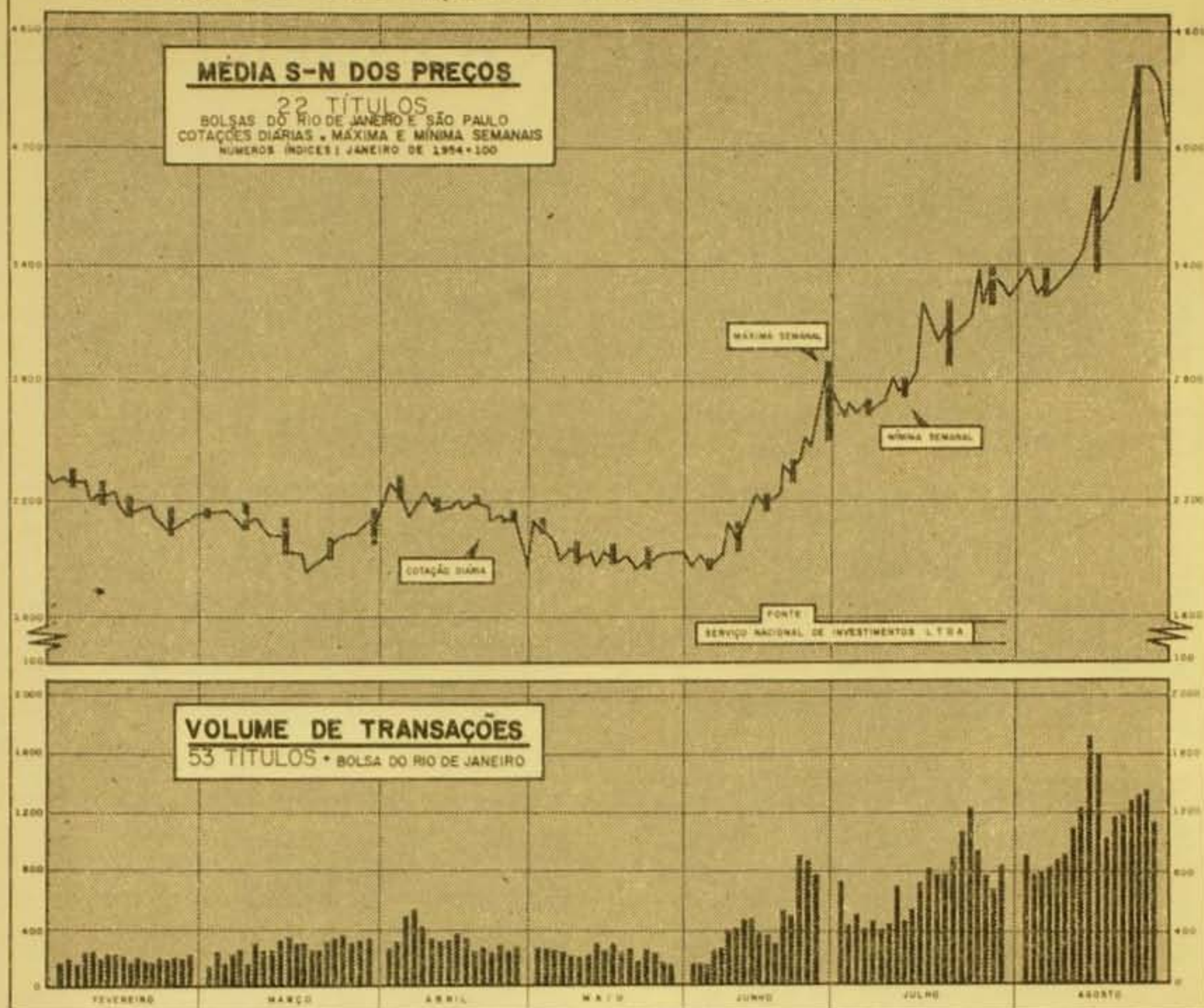
UMA COMPLETA ORGANIZAÇÃO BANCÁRIA

•
**DEPÓSITOS — EMPRÉSTIMOS — DESCONTOS E OPERAÇÕES DE
CÂMBIO EM GERAL.**

•
Só opera no Rio de Janeiro

Capital e Reservas Cr\$ 11.544.186.529

MERCADO DE AÇÕES NAS BOLSAS DE VALORES



de reduzir custos e aumentar a eficiência, com a eliminação de papelório que consome tempo demasiado. Também se planejou um moderno sistema de Telex-comunicações a fim de pôr a Bolsa em maior contato direto com o público investidor.

As vendas efetuadas pelos Fundos Mútuos melhoraram consideravelmente em agosto, o que veio eliminar a pressão antes gerada pelo excesso de retiradas de cotas.

O colapso do mercado paralelo para papéis comerciais, juntamente com a continuação da tendência para uma redução nas taxas de juros, contribuiu para canalizar um volume maior de fundos para o mercado de ações.

As perspectivas imediatas para o mercado de ações são favoráveis, perturbadas apenas pelos receios de que venha a haver escassez de bons títulos, o que poderá afetar seus preços.

Polietileno Union Carbide

DYNB

Índice de fusão: 15 a 24. Por seu alto índice de fusão, recomendado para injeção de peças complexas com alto brilho e flexibilidade.

DYND

Índice de fusão: 4,5 a 7. Alto índice de fusão e peso molecular médio. É uma resina que apresenta propriedades intermediárias entre DYNB e DYNF.

DYNF

Índice de fusão: 2,7 a 3,6. De peso molecular médio. É uma resina de uso geral, apresentando ótima combinação de moldabilidade e propriedades físicas.

DYNH

Índice de fusão: 1,7 a 2,4. Pelo seu peso molecular mais alto, possui melhores propriedades mecânicas e acentuada resistência ao "stress-cracking".

DYNI

Índice de fusão: 0,95 a 1,6. Resina básica de compostos para moldagem por sopro e para extrusão de fios e cabos.

DYNJ

Índice de fusão: 0,53 a 0,9. Resina de alto peso molecular, especialmente recomendada para aplicações especiais, onde forem necessárias maior rigidez e resistência mecânica.

Para maiores informações, consulte nosso Departamento de Produtos Plásticos, que lhe fornecerá literatura técnica e quaisquer esclarecimentos que desejar.



**UNION
CARBIDE**

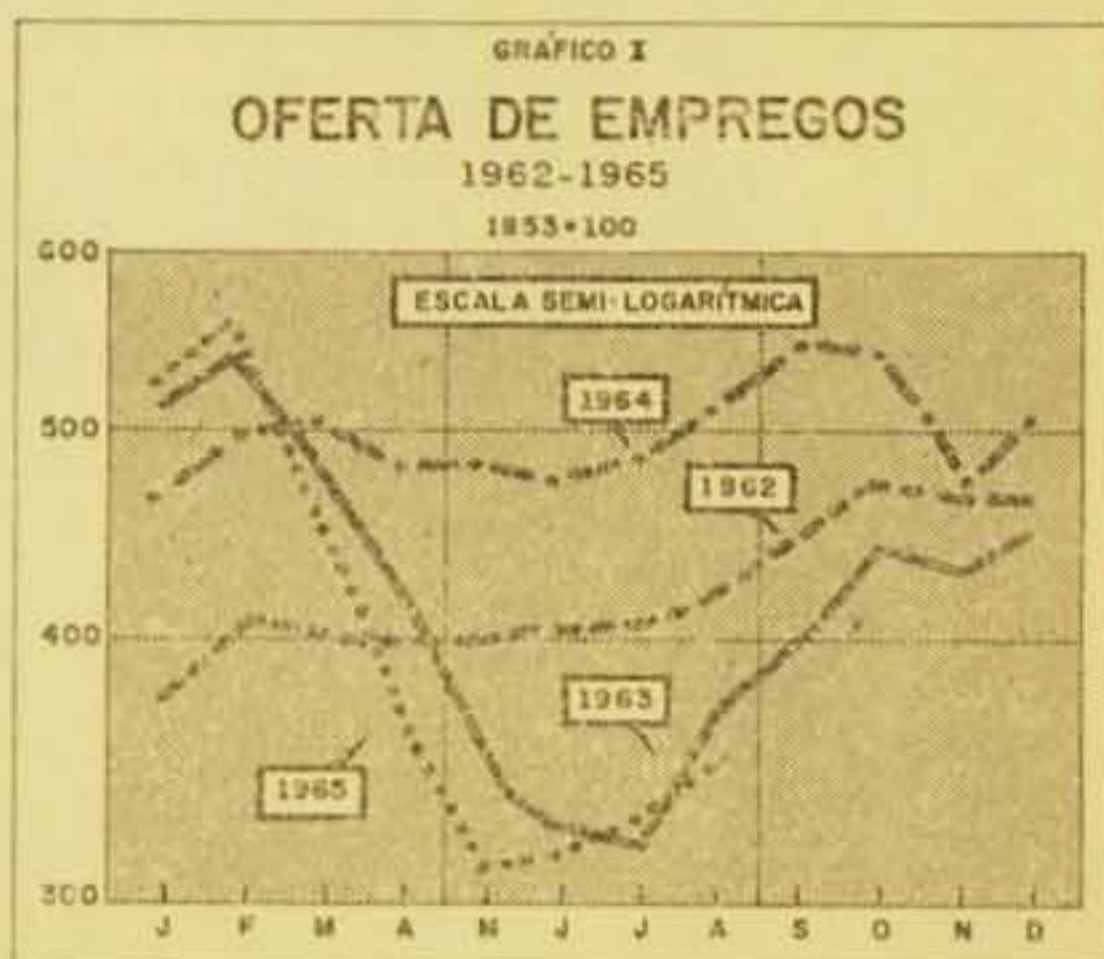
UNION CARBIDE DO BRASIL S.A.
INDÚSTRIA E COMÉRCIO

São Paulo: Avenida Paulista, 2073 - 24.º andar - (Conjunto Nacional) - Telefone 33-5171 • Rio de Janeiro: Rua Araújo Porto Alegre, 36 - 4.º andar - Telefone 42-8030 - Endereço Telegráfico "UNICARBIDE"

MERCADO DE EMPREGOS — INICIA-SE A RECUPERAÇÃO

Um exame das ofertas de empregos, traduzidas por anúncios na imprensa paulista, demonstra ter havido inversão das expectativas. Desde meados de junho, as empresas esperam uma melhora dos negócios e, por conseguinte, aumentou a procura de novos empregados.

O GRÁFICO I mostra o desenvolvimento da oferta geral de empregos em 1965, em comparação com os dois anos anteriores. Com efeito, a diminuição do movimento no 1.º semestre de 1965 foi semelhante à de 1963, por ocasião do Plano Trienal. A recuperação, que se verificou no 2.º semestre daquele ano, se associou ao recrudescimento da taxa de inflação que, então, chegou a níveis nunca antes atingidos.



Por outro lado, a recuperação deste ano, embora lenta, parece fundada em fatores mais permanentes e, por isso, mais seguros que os de há 2 anos. As admissões de novos empregados não são mais feitas indiscriminadamente, sem atentar para as condições de produtividade, mas se baseiam agora em absoluta necessidade de serviço, depois de esgotadas tôdas as possibilidades

atuais de obter maior rendimento da mão-de-obra.

Isso não significa que a produtividade dessa mão-de-obra já seja a máxima possível. Sem dúvida, dezenas de anos de inércia fizeram com que o rendimento da mão-de-obra se situasse muito abaixo do que se considera normal em países industrializa-



Novas Coleções

BANGU

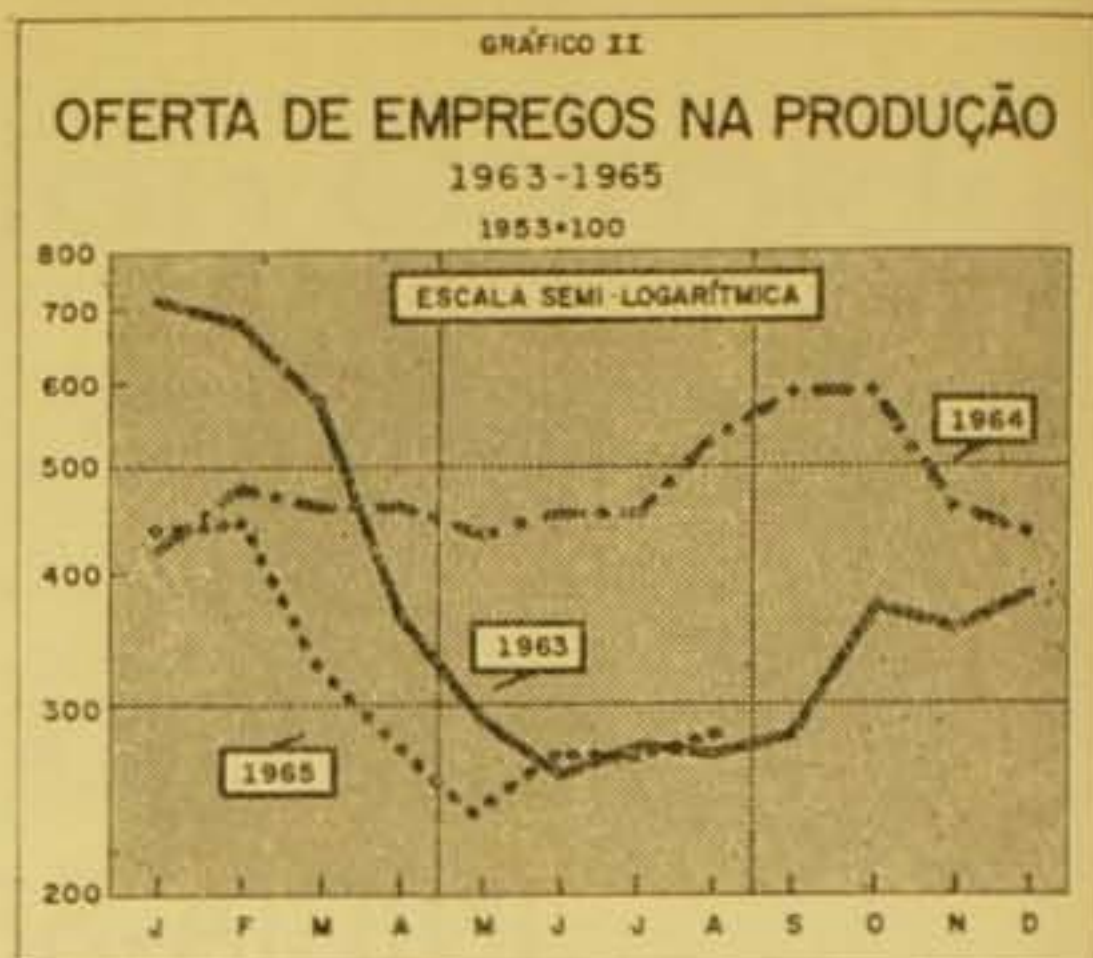
Para as elegantes do Brasil!

BANGU

Garantia de:

- * ELEGÂNCIA
- * CÔRES FIRMES
- * QUALIDADE

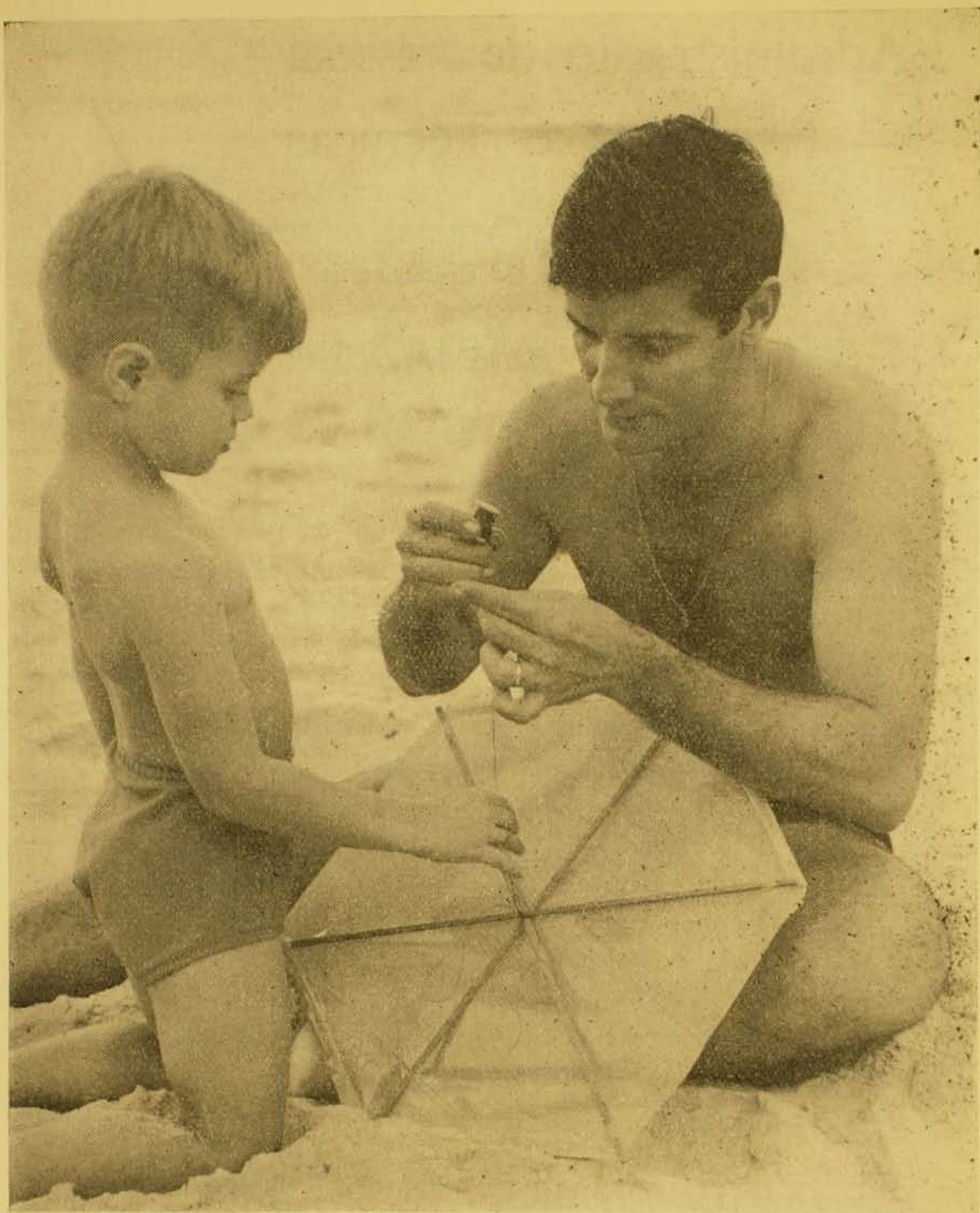
EXIJA NA DURELA A MARCA BANGU



dos. Contudo, pode-se ter certeza de que a necessidade do aumento da produtividade já não está sendo relegada ao esquecimento, como em anos anteriores, quando era fácil esquecê-la e, ao mesmo tempo, contratar mais um empregado.

Melhora semelhante pode-se observar no setor dos empregos diretamente ligados à produção. Também ali se refletiu a inversão de expectativas e, desde junho, as empresas olham o futuro com certo otimismo, admitindo novos empregados, a fim de aumentar a produção. Não se devem esquecer, a respeito, os incentivos fiscais com que o governo deu impulso inicial de recuperação às atividades industriais, que, destarte, têm demonstrado a sua eficácia de maneira clara.

O GRÁFICO II mostra o desenvolvimento do mercado nesse setor específico.



COM TODO CARINHO. Corresponder à confiança de quem espera. Desde a ideia. Desde o começo. Também no desenvolvimento e no aperfeiçoamento daquilo que se faz. Mesmo coisa simples. Ou que assim possa parecer. Mas sempre visando à confiança de quem usa, para orgulho de quem produz. Carinho também na espectrografia de um óleo industrial; na descoberta de novos

defensivos agrícolas; ou em mais um Posto de Serviço - sinal de outra etapa de progresso.

VOCÊ PODE CONFIAR NA



Administração de Pessoal

— Princípios e Técnicas

da Professôra BEATRIZ M. DE SOUZA WAHRLICH,
Diretora da Escola Brasileira de
Administração Pública,
é o livro que a Fundação Getúlio Vargas
acaba de lançar.

- *Introdução à administração de pessoal*
- *Princípios e técnicas relativos ao cargo ou função*
- *Princípios e técnicas relativos ao funcionário ou empregado*
- *Condições de emprêgo e relações humanas.*

Um verdadeiro manual de administração
de pessoal, para uso do administrador de todos
os níveis, bem como das pessoas que
se iniciam em sua preparação técnica
na administração.

Reserve já seu exemplar.

Recorte e envie êste cupom à Fundação Getúlio Vargas — Ser-
viço de Publicações — Caixa Postal 4081 - ZC-05 — Rio de
Janeiro - GB.

Peço enviar-me pelo Serviço de Reembôlso Postal, ☐ exemplar (es)
do livro Administração de Pessoal — Princípios e Técnicas.

Nome

Rua

Cidade Estado

EMISSÕES DE CAPITAL — CONTINUAM ELEVADAS AS REAVALIAÇÕES DE ATIVO

Mantiveram-se altas em julho as reavaliações de ativo processadas pelas sociedades anônimas nacionais, como incremento dos respectivos capitais. A soma correspondente a tais operações no período totalizou cerca de 300 bilhões de cruzeiros, atingindo, aproximadamente, a média das reavaliações nos últimos 9 meses. Com isso, o valor das reavaliações de ativo feitas pelas sociedades anônimas desde outubro de 1964 até julho deste ano montou a 3,8 trilhões de cruzeiros. Essas operações, como já assinalamos em números precedentes de CONJUNTURA ECONÔMICA, são uma decorrência do que dispõe a lei federal n.º 4 357, de 16-7-64. Só no ano em curso a parcela equivalente às reavaliações de ativo alcançou até julho a soma de 2,7 trilhões, cabendo assim cerca de 1 trilhão

acs meses de outubro, novembro e dezembro de 1964.

Particularmente às emissões de julho, no total de 440 bilhões de cruzeiros, 432 bilhões decorreram do aumento do capital de 1 386 sociedades anônimas e os restantes 8 bilhões da fundação de 68 outras empresas do gênero. Quanto ao processo de subscrição de capital, 69% resultaram da reavaliação de ativos imobilizados; 13% da subscrição em dinheiro; 11% de incorporação ao capital social de reservas próprias das empresas e de acionistas, mantidas essas em conta corrente, e os restantes 7% de outras operações menos importantes.

No que tange à participação dos ramos de atividades, as emissões mais proeminentes assim se desdobraram: industrial 71%; comercial 12%; serviços públi-

I — EMISSÕES DE CAPITAL — JULHO DE 1965
(Em milhões de cruzeiros)

UNIDADES FEDERADAS	TOTAL GERAL	NOVAS SOCIEDADES	AUMENTO DE CAPITAL MEDIANTE:					
			Total	Subscrição em dinheiro	Incorporação de reservas	Incorporação de C/C	Reavaliação de ativo	Outras operações
Alagoas	7 293,8	6,0	7 287,8	1 931,4	1,7	—	5 354,7	—
Bahia	5 832,7	20,0	5 812,7	727,0	309,6	—	4 697,8	78,3
Ceará	376,3	—	376,3	—	—	—	376,3	—
Distrito Federal	550,3	—	550,3	—	3,4	—	546,9	—
Espírito Santo	7 348,3	120,0	7 228,3	—	62,0	—	7 166,3	—
Goiás	478,5	200,0	278,5	51,3	8,8	—	218,4	—
Guanabara	141 306,6	549,0	140 757,6	22 386,5	10 870,0	3 118,6	95 628,8	7 753,7
Maranhão	260,0	260,0	—	—	—	—	—	—
Mato Grosso	1 806,4	30,0	1 776,4	655,0	75,0	—	1 046,4	—
Minas Gerais	48 469,7	739,0	47 730,7	8 945,5	263,8	10,0	25 786,3	12 725,1
Pará	2 491,0	—	2 491,0	202,2	340,4	14,0	1 934,4	—
Paraná	12 121,1	253,2	11 867,9	1 428,5	254,4	82,7	9 920,0	182,3
Pernambuco	30 162,3	290,0	29 872,3	3 770,3	763,9	227,4	25 004,4	106,3
Rio de Janeiro	7 558,8	—	7 558,8	703,1	426,7	1,5	6 419,0	8,5
Rio Grande do Norte	1 525,5	111,0	1 414,5	164,6	722,4	—	527,5	—
Rio Grande do Sul	35 561,8	3 557,0	32 004,8	654,2	890,6	8 484,2	21 258,1	717,7
Santa Catarina	7 302,2	130,5	7 171,7	3 340,1	849,6	81,8	2 870,2	29,9
São Paulo	128 286,5	1 245,0	127 041,5	11 072,5	11 808,0	6 547,3	87 096,4	10 517,3
Sergipe	871,0	16,0	855,0	350,0	100,0	—	405,0	—
TOTAL	439 602,7	7 526,7	432 076,0	56 382,2	27 750,3	18 567,5	297 256,9	32 119,1

FONTE: Diários Oficiais.

II — EMISSÕES DE CAPITAL — JULHO DE 1965
(Em milhões de cruzeiros)

UNIDADES FEDERADAS	RAMOS DE ATIVIDADE											
	BANCOS E SEGUROS		COMERCIAL		IMOBILIÁRIO		INDUSTRIAL		SERVIÇOS PÚBLICOS		DIVERSOS	
	Novas Empresas	Aumento de Capital	Novas Empresas	Aumento de Capital	Novas Empresas	Aumento de Capital	Novas Empresas	Aumento de Capital	Novas Empresas	Aumento de Capital	Novas Empresas	Aumento de Capital
Alagoas	—	1 400,0	—	71,8	—	—	6,0	4 614,6	—	491,4	—	710,0
Bahia	—	100,0	—	315,4	—	—	20,0	4 673,3	—	250,0	—	474,0
Ceará	—	211,3	—	22,6	—	140,0	—	2,4	—	—	—	—
Distrito Federal	—	—	—	293,5	—	—	—	200,0	—	—	—	56,8
Espírito Santo .	—	48,0	—	195,3	—	—	120,0	5 760,0	—	1 225,0	—	—
Goiás	—	—	—	—	—	—	100,0	16,6	—	—	100,0	261,9
Guanabara	200,0	3 666,5	—	16 646,4	100,0	915,3	100,0	114 210,1	—	2 041,2	149,0	3 278,1
Maranhão	—	—	—	—	—	—	—	—	260,0	—	—	—
Mato Grosso ...	—	—	—	155,0	—	810,0	—	24,8	—	750,0	30,0	36,6
Minas Gerais ..	100,0	6 400,0	10,0	1 667,5	—	1 152,0	486,0	34 419,7	133,0	1 607,8	10,0	2 483,7
Pará	—	—	—	59,0	—	—	—	2 267,0	—	—	—	165,0
Paraná	—	60,0	95,0	2 669,4	6,2	57,0	100,0	8 065,7	—	303,9	52,0	711,9
Pernambuco ...	—	2 730,2	10,0	5 416,7	—	1 339,5	279,0	11 986,1	—	6 632,0	1,0	1 767,8
Rio de Janeiro	—	—	—	1 720,3	—	—	—	5 381,9	—	192,2	—	264,4
R. G. do Norte	—	15,0	—	326,6	—	—	111,0	901,6	—	—	—	171,3
R. G. do Sul .	100,0	489,6	3 240,0	2 828,6	—	35,0	65,0	19 379,0	—	8 573,6	152,0	699,0
Santa Catarina	50,0	1 000,0	—	1 207,2	—	—	60,0	4 363,3	—	431,8	20,5	169,4
São Paulo	250,0	4 450,0	125,0	15 925,6	—	568,7	780,0	93 898,1	—	4 770,9	90,0	7 428,2
Sergipe	—	450,0	—	3,0	—	—	—	402,0	—	—	16,0	—
TOTAL	700,0	21 020,5	3 480,0	49 523,9	106,2	5 017,5	2 227,0	310 566,2	393,0	27 269,8	620,5	18 678,1

FONTE: Diários Oficiais.

III — EMISSÕES DE CAPITAL — JANEIRO A JULHO DE 1965
(Em milhões de cruzeiros)

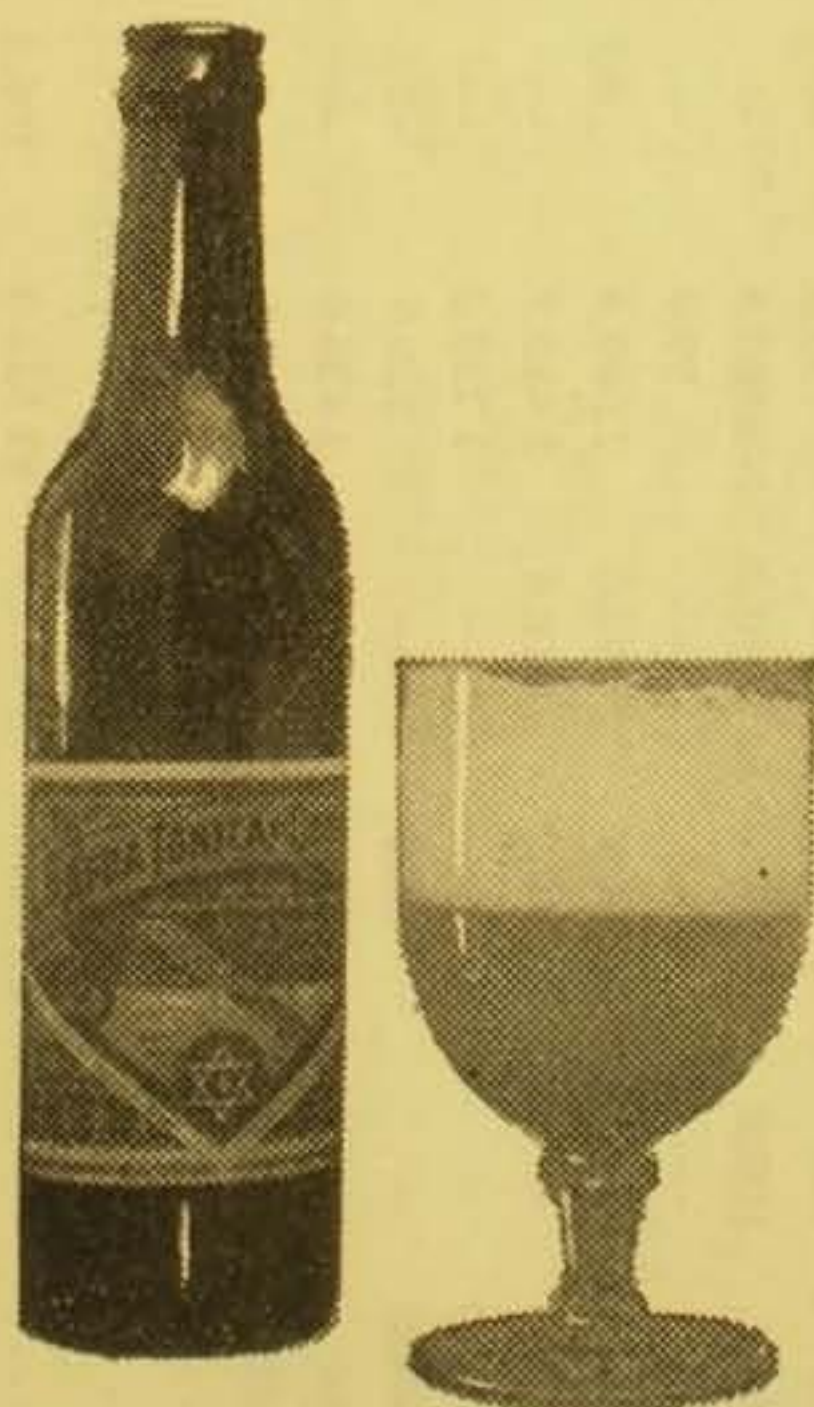
UNIDADES FEDERADAS	TOTAL	FUNDAÇÕES	AUMENTO
Bahia	45 962,2	1 090,0	44 872,2
Distrito Federal	63 255,6	50,0	63 205,6
Guanabara	963 819,3	9 374,9	954 444,4
Minas Gerais	394 480,6	3 718,4	390 762,2
Paraná	79 303,7	2 570,2	76 733,5
Pernambuco	51 473,7	420,0	51 053,7
Rio de Janeiro	53 983,4	668,6	53 314,8
R. G. do Sul	134 417,9	4 975,5	129 442,4
Santa Catarina	51 388,5	20 562,0	30 826,5
São Paulo	2 046 320,6	18 467,9	2 027 852,7
Outros	140 850,8	8 584,3	132 266,5
TOTAL	4 025 256,3	70 481,8	3 954 774,5

FONTE: Diários Oficiais.

cos 6%; bancos e seguros 5%; e os restantes 6% ao ramo imobiliário e diversos.

No mês em aprêço 21 empresas se transformaram em sociedades anônimas, com um capital

global de 1,5 bilhão de cruzeiros. Houve também emissões de "debêntures" no valor de 4,5 bilhões de cruzeiros por parte de 3 empresas, sediadas uma na Guanabara e duas em Minas Gerais.



ÁGUA TÔNICA DE QUININO

Pura ou com limão,
dá um novo ânimo,
uma nova disposição.

ANTARCTICA



INSOLVÊNCIAS — REFLETE A INDECISÃO DOS NEGÓCIOS

A capacidade dos devedores por compromissos a prazo curto e os insucessos comerciais continuaram a apresentar em junho, tal como em diversos meses precedentes, um quadro pouco uniforme. No Rio de Janeiro foram levados a protesto 3,1 mil títulos, no total de Cr\$ 794 milhões (ver QUADRO I), o que representa resultado menos favorável do que nos meses imediatamente anteriores. Em S. Paulo houve ligeira melhoria quanto ao valor global dos papéis não liquidados, visto que o protesto de promissórias e duplicatas se limitou a 7,2 mil títulos por Cr\$ 1 388 milhões, contra a média de 7,5 mil totalizando Cr\$ 1 445 milhões em cada um dos meses de abril e maio.

Nas duas principais praças declinaram em junho os pedidos de insolvência. Entre falências e concordatas, deram entrada 23 requerimentos no Rio de Janeiro e 106 na capital paulista (ver QUADRO II). Também as falências decretadas e concordatas deferidas (em conjunto) ocorreram no Rio em menor escala do que até maio. Em S. Paulo, porém, continuaram com a elevada incidência anterior.

AINDA ELEVADO O ÍNDICE DE SOLVÊNCIA

O GRÁFICO revela que os índices de solvência continuam a ocupar plano bem elevado. A taxa de protesto de promissórias no período janeiro a junho de 1965 foi, por exemplo, 5 vezes

mais alta que no ano-base 1954. No Rio os devedores, em cada milhão de cruzeiros de empréstimos em C/C vencidos, deixaram de amortizar, segundo revela o QUADRO III, Cr\$ 24,3 mil e em S. Paulo Cr\$ 18,3 mil. Todavia, na capital paulista se observa progresso, neste particular, pelo segundo mês consecutivo. No Rio, ao contrário, a situação

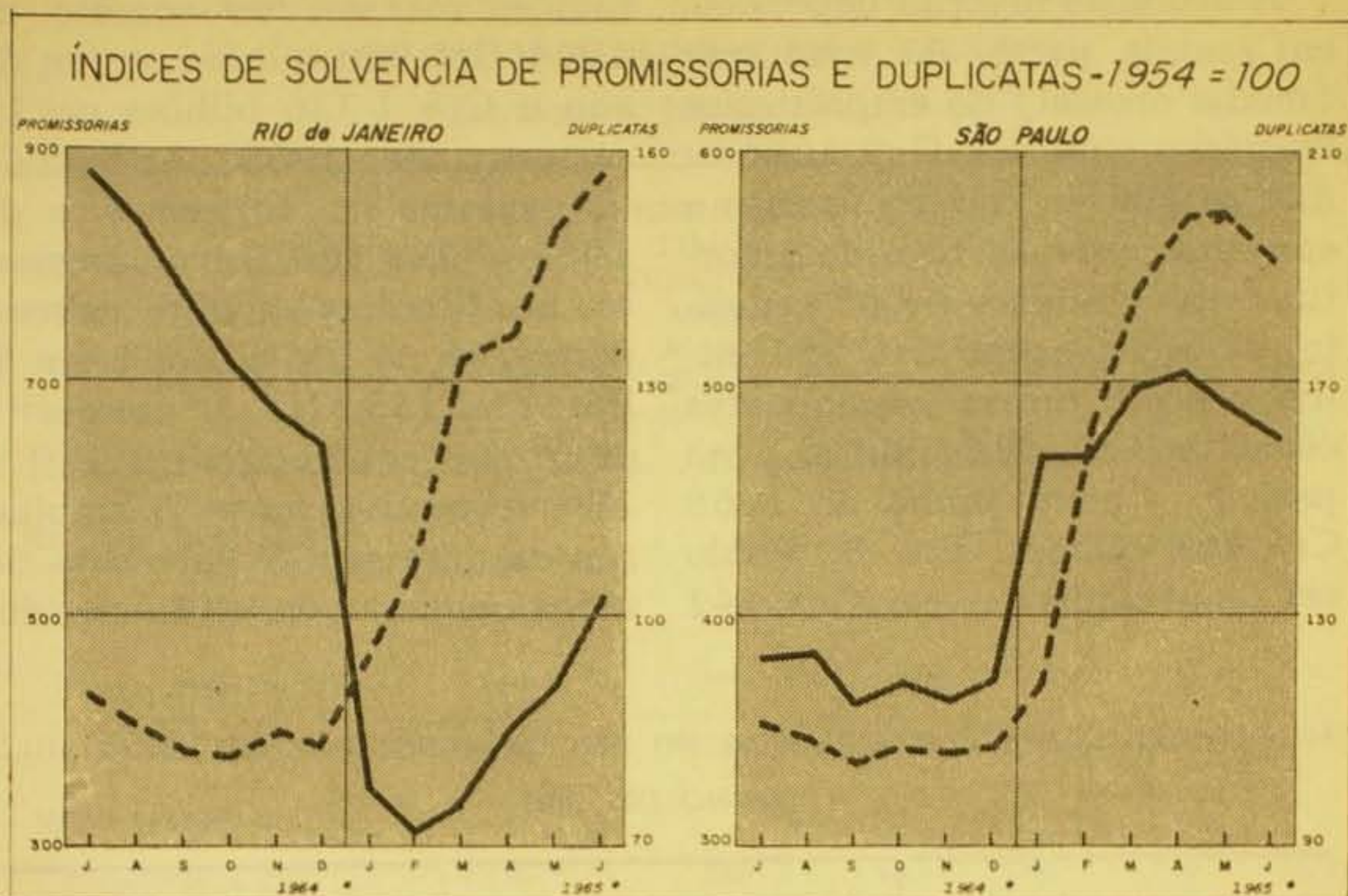
se agravou ininterruptamente desde fevereiro (ver GRÁFICO); mesmo assim, o índice de solvência de promissórias permaneceu abaixo do resultado de igual época de 1964 (quando eventos extraordinários de origem não econômica determinaram a excepcional alta) e em S. Paulo foi cerca de 25% mais elevado.

I — TÍTULOS PROTESTADOS NO RIO DE JANEIRO E EM SÃO PAULO
JUNHO DE 1965

Número em milhares — Valor em milhões de Cr\$

PRAÇA E PERÍODO	PROMISSÓRIAS		DUPLICATAS		TOTAL	
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
RIO DE JANEIRO:						
Junho de 1965	1,4	472	1,7	322	3,1	794
Janeiro a junho de 1965 ...	5,3	1 579	9,0	1 564	14,4	3 143
Janeiro a junho de 1964 ...	4,3	2 037	6,2	489	10,5	2 526
Julho a dezembro de 1964 ..	3,7	917	5,8	539	9,5	1 455
SÃO PAULO:						
Junho de 1965	2,9	700	4,3	688	7,2	1 388
Janeiro a junho de 1965 ...	16,1	4 216	26,7	4 363	42,8	8 579
Janeiro a junho de 1964	14,3	1 805	18,3	1 413	32,6	3 219
Julho a dezembro de 1964 ..	15,0	2 444	18,7	1 722	33,8	4 165

FONTE: Cartórios.



Também o índice relativo a duplicatas seguiu ultimamente tendência ascensional, conforme mostra o GRÁFICO. Este medidor, que durante anos oscilou em volta de 100, revelava até fins de 1964 tendência para diminuição. Enquanto vigoraram elevadas taxas de aumento de preços, a defasagem entre a aquisição de mercadorias pelo comércio e o seu pagamento, em geral 3 meses após, beneficiava as firmas nas ocasiões de fortes elevações dos preços de venda, facilitando-lhes a liquidação de duplicatas vencidas, quando estas tinham como base o antigo preço de compra. Comumente, este fenômeno era descrito como “valo-

rização do estoque”. Com o ritmo de incremento de preços mais lento (particularmente dos de atacado) em 1965, firmas devedoras por obrigações referentes a compra de bens (matérias-primas ou produtos acabados) não tiveram mais a facilidade anterior de atender os seus compromissos por duplicatas. O conseqüente aumento de protestos pelos respectivos credores fez crescer a taxa em aprêço (duplicatas protestadas/créditos vencidos) e o índice nela baseado. É assim que no Rio este passou de 94 em janeiro de 1965 para 157 em junho e em S. Paulo de 107 para 190.

A evolução descrita dependeu, em grande parte, do montante (média mensal) de empréstimos bancários vencidos. O QUADRO IV mostra que no Rio de Janeiro a economia privada teve de amortizar mensalmente no 1.º semestre do ano passado Cr\$ 254 milhões, nos 6 meses subseqüentes cerca de Cr\$ 324 bilhões e no período janeiro/junho de 1965 Cr\$ 454 bilhões. Em S. Paulo tal ônus importou em Cr\$ 742

bilhões mensais no começo de 1964, Cr\$ 986 bilhões no fim do ano e Cr\$ 1 336 bilhões no 1.º semestre de 1965. Atribuindo aos valores no 1.º semestre de 1964 a base 100, os compromissos nos 6 meses seguintes corresponderam no Rio a 128 e em S. Paulo a 133. No 1.º semestre deste ano equivaleram a 179 e 180, respectivamente. A ampliação das obrigações na escala de aproximadamente 80% no de-

II — FALÊNCIAS E CONCORDATAS NO RIO DE JANEIRO E EM SÃO PAULO
JUNHO DE 1965

PRAÇA E PERÍODO	FALÊNCIAS			CONCORDATAS		
	Reque- ridas	Decre- tadas	Dene- gadas	Reque- ridas	Decre- tadas	Dene- gadas
RIO DE JANEIRO:						
Junho de 1965	16	2	3	7	9	3
Janeiro a junho de 1965 ..	95	28	26	48	42	14
Janeiro a junho de 1964 ..	94	31	24	18	12	22
Julho a dezembro de 1964 .	101	21	39	14	19	15
SÃO PAULO:						
Junho de 1965	91	15	—	15	14	—
Janeiro a junho de 1965 ..	542	55	1	109	72	3
Janeiro a junho de 1964 ..	346	52	1	34	34	6
Julho a dezembro de 1964 .	434	55	2	29	21	1

FONTE: Cartórios.

III — TAXA DE PROTESTO DE TÍTULOS E ÍNDICE DE SOLVÊNCIA
NO RIO DE JANEIRO E EM S. PAULO
JANEIRO A JUNHO DE 1965

PRAÇA E NATUREZA DOS EMPRÉSTIMOS	TÍTULOS PROTES- TADOS (Milhões de Cr\$)	EMPRES- TIMOS VENCIDOS Média Mensal (Bilhões de Cr\$)	TAXA DE PROTESTO (Por 1 000)		ÍNDICE DE SOLVÊNCIA (1954 = 100)	
			1965 (2)	1954	1965	1964
			(3) (4)*			
(1)	(2)	(3)	(4)*	(5)	(6)	(7)

RIO DE JANEIRO:

Empréstimos C/C ...	1 579	65	24,3	46,8	513	988
Títulos descontados ..	1 564	389	4,0	2,3	157	91
Total	3 143	454	6,9	9,9	186	268

SÃO PAULO:

Empréstimos C/C ...	4 216	230	18,3	14,4	476	373
Títulos descontados ..	4 363	1 106	3,9	2,3	190	112
Total	8 579	1 336	6,4	4,3	217	147

FONTES: "Conjuntura Econômica" e Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda.

correr do último ano superou a alta dos preços por atacado ... (44%), bem como a do custo da vida no Estado da Guanabara (60% também entre julho de 1964 e junho de 1965). Uma evolução mais moderada do crédito bancário teria contribuído para resultados numéricos mais desfavoráveis do índice de solvência. É que este aumenta em razão inversa dos financiamentos vencidos e proporcionalmente ao vulto de títulos protestados.

MAIOR O PASSIVO DE FIRMAS
INSOLVENTES

O passivo médio de firmas com concordata deferida até junho do corrente ano importou em Cr\$ 316 milhões, contra Cr\$ 89 milhões em igual época de 1964. A intensidade deste incremento (cêrca de 3,5 vezes o valor inicial) indica que empreendimentos com grande capital e importantes compromissos a atender correram riscos de insolvência mais apreciáveis do que modestas casas. O passivo médio de

IV — MÉDIA MENSAL DE EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS A AMORTIZAR
(Valôres em bilhões de Cr\$)

Praça e natureza dos empréstimos	Janeiro a junho 1964	Julho a dezembro 1964	Janeiro a junho 1965
RIO DE JANEIRO:			
Empréstimos C/C .	44	52	65
Títulos descontados	211	272	389
T o t a l	254	324	454
SÃO PAULO:			
Empréstimos C/C .	126	171	230
Títulos descontados	616	815	1 106
T o t a l	742	986	1 336

FONTE: Serviço de Estatística Econômica e Financeira, do Ministério da Fazenda.

uma sociedade anônima quase triplicou no intervalo examinado (Cr\$ 868 milhões, contra 272 milhões), ao passo que o de firmas individuais dobrou aproximadamente (Cr\$ 36 milhões, contra 16 milhões). A importância correspondente a uma sociedade de responsabilidade limitada ocupa posição intermediária (Cr\$ 161 milhões). No 1.º semestre de 1964 as firmas organizadas sob esta forma haviam acusado um passivo extraordinariamente modesto (Cr\$ 8 milhões).

SEGURANÇA E SERVIÇOS COMPLETOS

Contas-Correntes Particulares e Comerciais. • Depósitos a Prazo Fixo. • Custódia de Valores. • Descontos, Empréstimos e Financiamentos. • Cobranças — no Brasil e no Exterior. • Ordens de Pagamento, Transferências, Cheques Visados, Serviços de Mobilização Monetária. • Informações Comerciais e Cadastrais — do Brasil e do Exterior. • Câmbio — Remessas, Cobranças, Cartas de Crédito, Financiamento de Importações e Exportações, Travellers' Cheques, Bancos Associados e Correspondentes em todo o Mundo.

BANCO LAR BRASILEIRO S/A

Associado ao

THE CHASE MANHATTAN BANK
New York



RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO • SANTOS • CAMPINAS • SANTO ANDRÉ •
SALVADOR • NITERÓI • PÔRTO ALEGRE • GOIÂNIA • BELO HORIZONTE • RECIFE
CURITIBA • FORTALEZA • BRASÍLIA

MERCADO IMOBILIÁRIO — RITMO MAIS FIRME

Após haver aumentado durante 3 meses consecutivos o número de negócios imobiliários no Rio de Janeiro, a quantidade de transações declinou em junho: realizaram-se então 391 promessas de compra e venda por Cr\$ 1 066 milhões, contra 454 no valor de Cr\$ 729 milhões em maio. Todavia, podem-se considerar razoáveis tais resultados, uma vez que superam o movimento médio mensal nos 5 meses iniciais do ano, o qual foi de 315 promessas de compra e venda totalizando Cr\$ 545 milhões. Em comentário anterior afirmamos que, em virtude da nova lei de inquilinato, afluiria ao mercado um certo número de inversores, que desejam comprar moradias para, a seguir, alugá-las a terceiros. A estatística referente aos meses transcorridos indica de

fato reanimação no mercado e mostra que a crescente procura já foi em grande parte satisfeita.

Empresas de construção, incorporadores e outros interessados tiveram entendimentos com o governo a respeito das dificuldades que se opõem à edificação em grande escala, em face de dispositivos de leis recentemente sancionadas. As declarações publicadas não deixam dúvida de que modificações serão introduzidas a fim de sanar os inconvenientes. Tal expectativa contribui, em parte, para um movimento modesto de transações, já que apartamentos em início de construção são negociados em número reduzido.

Confrontando os algarismos relativos ao 1.º semestre do ano

com os observados até junho de 1964, verifica-se ligeiro incremento dos negócios em conjunto. Em 1965 venderam-se 1 968 imóveis com o valor declarado de Cr\$ 3 789 milhões, contra 1 813 por Cr\$ 3 754 milhões em 1964. Acontece, porém, que exclusivamente na categoria de terrenos houve maior quantidade de transações (464 contra 107). Um recuo pronunciado ocorreu entre apartamentos (1 035 contra 1 214 vendas) motivado também pelo declínio da atividade de edificação de condomínios e li-

geiro decréscimo entre prédios (469 contra 492 vendas).

A maior atividade no mercado de bens de raiz se observou principalmente em abril e maio. Durante o 2.º trimestre as transações aumentaram de aproximadamente 30% (número). Os problemas tributários de construção civil, incorporações etc. continuaram em junho, como nos 2 meses precedentes, a induzir numerosos interessados em imóveis a adquirir terrenos, em sua maioria localizados nos subúrbios.

I — PROMESSAS DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS NO RIO DE JANEIRO
JUNHO DE 1965

Áreas em mil m2 — Valôres em milhões de Cr\$

ZONA E PERÍODO	PRÉDIOS			TERRENOS			APARTAMENTOS	
	N.º	Área	Valor	N.º	Área	Valor	N.º	Valor
Subúrbios	64	17	100	112	145	58	27	93
Norte	20	4	48	8	3	28	27	78
Centro	—	—	—	—	—	—	29	92
Sul	4	2	113	—	—	—	87	421
Ilhas	2	2	21	9	509	10	2	4
TOTAL	90	25	282	129	657	97	172	688
Janeiro a junho de 1965	469	148	864	464	1 084	284	1 035	2 640
Janeiro a junho de 1964	492	231	926	107	49	47	1 214	2 781
Julho a dezembro de 1964	396	161	705	76	50	38	988	2 178

FONTE: Cartórios.

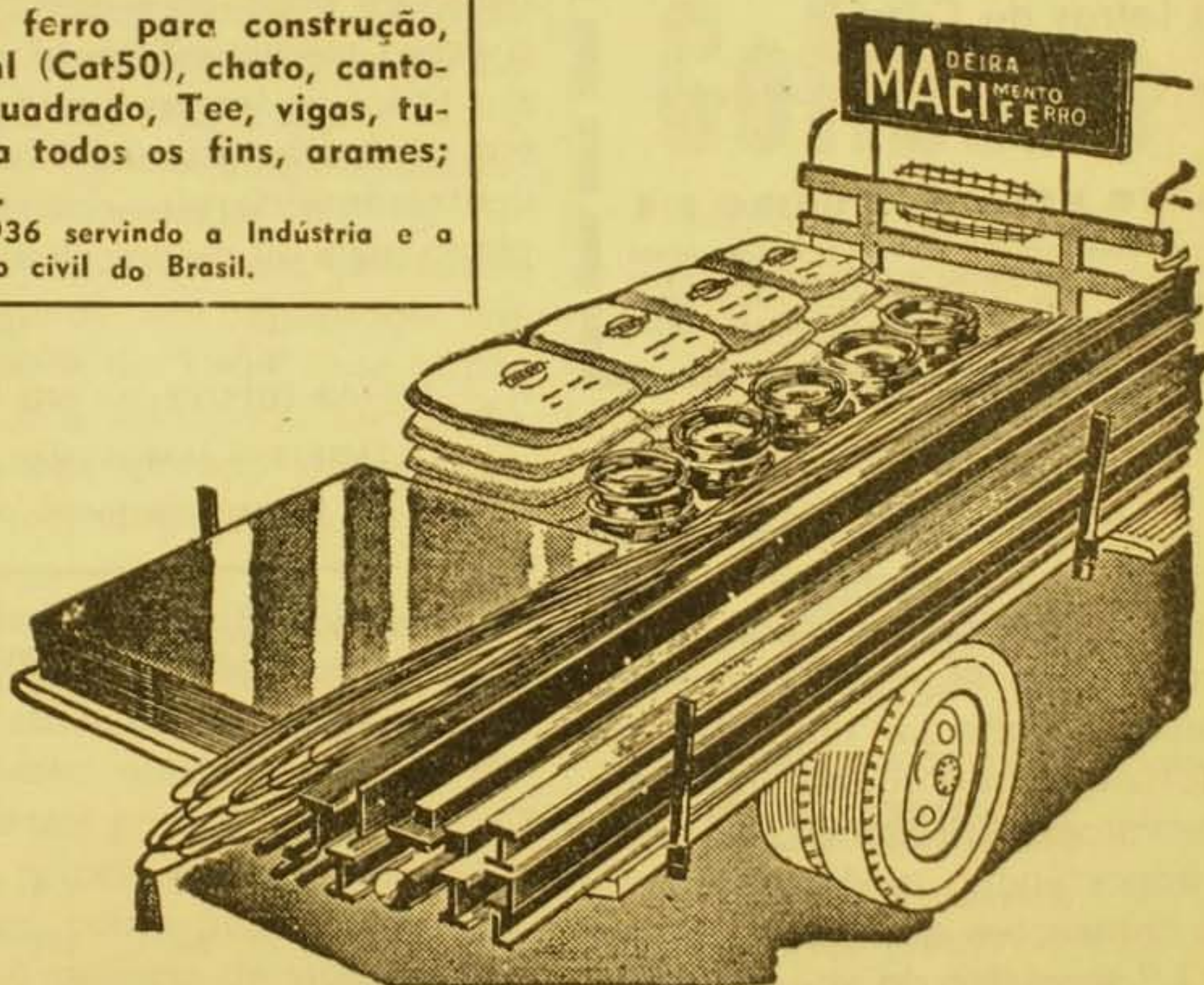
PREÇOS EM ALTA MÔDERADA

Com a maior procura durante os últimos meses por parte dos compradores, os preços imobiliários receberam novo impulso altista. A quantia média de venda de um apartamento no 2.º trimestre deste ano importou em Cr\$ 2 737 mil, contra Cr\$ 2 319 mil nos 3 meses anteriores. Na categoria de prédios se obtive-

ram Cr\$ 2 190 mil contra Cr\$ 1 400 por unidade. Um terreno, finalmente, rendeu, também em média, Cr\$ 637 mil, contra Cr\$ 486 mil. No período examinado, os valores de bens de raiz evoluíram, portanto, sem acusar grande influência dos preços de bens de consumo e serviços. Estes só sofreram incremento percentualmente inferior ao dos imóveis.

Chapas; ferro para construção, Macstahl (Cat50), chato, cantoneira, quadrado, Tee, vigas, tubos para todos os fins, arames; cimento.

Desde 1936 servindo a Indústria e a construção civil do Brasil.



D. F.: Brasília, Taguatinga
Guanabara: Rio, Realengo
E. do Rio: Niterói, N. Iguaçu, Caxias.
S. Paulo: Capital, Campinas, Jundiaí, Limeira, Piracicaba, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Pres. Prudente, Marília, Araraquara, Sorocaba, Botucatu, Araçatuba

MACIFE

Paraná: Curitiba, Ponta Grossa, Londrina

R. G. Sul: Porto Alegre

Minas: Belo Horizonte, Gov. Valadares, Montes Claros

Goiás: Goiânia
E. Santo: Vitória



HBU

HBU

VALORIZE SEU CAPITAL...

consultando o
BANCO HOLANDÊS UNIDO S/A
para seus investimentos

- Sempre as melhores sugestões sobre
as inversões mais rendosas e ainda:

- Letras de Câmbio
- Obrigações Reajustáveis

BANCO HOLANDÊS UNIDO S/A

Rio: Rua Buenos Aires, 11/13 - Tel.: 31-3855 - Telex: 031104
 Salvador: Pça. da Inglaterra, esq. Av. Estados Unidos - Tel.: 2-3591
 Santos: Rua 15 de Novembro, 157/159 - Tel.: 2-7757
 São Paulo: Rua 15 de Nov., 150 - Tel.: 32-4106 - Telex: 021322

A alta de cotações de bens de raiz no Rio de Janeiro segue-se a uma diminuição dos preços, determinada pela longa retração no mercado. Para dar uma idéia da valorização imobiliária no último intervalo anual, vamos comparar a importância média realizada nas transações de cada categoria no 1.º semestre do ano em curso com os respectivos resultados em 1964. Assim, achamos Cr\$ 2 551 mil para um apartamento (Cr\$ 2 291 mil no ano anterior), Cr\$ 1 843 mil para um prédio (Cr\$ 1 883 há 1 ano) e Cr\$ 613 mil

para um terreno (Cr\$ 435 mil há 1 ano). Os preços médios de apartamentos tiveram neste ínterim uma alta de 11%, os de prédios baixaram 2% e os de terrenos registraram um incremento aparente de 41%. Este último coeficiente deve ser aceito como uma ressalva. Em 1965, estão sendo vendidos em maior número do que no ano anterior lotes em bairros mais valorizados, onde, portanto, os preços por m² são mais altos do que nas zonas de cotações mais acessíveis. Assim, o preço médio referente a 1965 e a todos os terrenos negociados, em conjunto, situou-se, independentemente da alta ocorrida, em plano mais ou menos elevado.

II — NOVAS HIPOTECAS NO RIO DE JANEIRO (AMOSTRA) JUNHO DE 1965

PRAZO (anos)	N.º	VALOR (Milhões de Cr\$)	JUROS MÉDIOS %
Até 5	40	147	12,0
6 a 15	14	56	9,4
16 ou mais	2	8	11,9
TOTAL	56	211	11,3
Janeiro a junho de 1965	301	1 181	10,9
Janeiro a junho de 1964	484	1 396	11,0
Julho a dezembro de 1964	329	1 102	10,5

Fonte: Cartóricos.

A diversidade de taxas de valorização acima transmitidas e a redução de preço de prédios devem ser atribuídas em primeiro lugar à longa estagnação do mercado e à queda radical da atividade de construção civil.

CRÉDITO ACOMPANHA VENDAS

O maior interesse dos inversores em bens de raiz no 2.º trimestre do ano provocou também uma procura mais ativa de empréstimos hipotecários. Segundo a amostra examinada (ver QUADRO II), realizaram-se no Rio de Janeiro 56 operações no valor de Cr\$ 211 milhões, o que eleva o total do 1.º semestre a 301 financiamentos somando Cr\$ 1,2 bilhão. Estes algarismos permanecem aquém dos apurados em igual época de 1964, mas superaram os dos últimos 6 meses do mesmo ano, quando as compras de imóveis baixaram a um mínimo.

A taxa média nominal de juros, 10,9% em 1965 até junho, cresceu em confronto com o custo do dinheiro no 2.º semestre do ano anterior porque a Caixa Econômica, principal credor de novas hipotecas, cobra atualmente, em relação à maioria de suas operações recém-contratadas, 12% ao ano, ao passo que em 1964 ainda vigoravam para numerosos empréstimos taxas preferenciais mais módicas (devedores: funcionários públicos etc.).

A maneira mais
rendosa e segura
de aplicar
seu dinheiro

Letras de Câmbio Cofibens

Maior rentabilidade
Liquidez imediata
Garantia absoluta
Facilidade de resgate
Operações lastreadas
por duplicatas



Cia. Financiadora de Bens de Produção

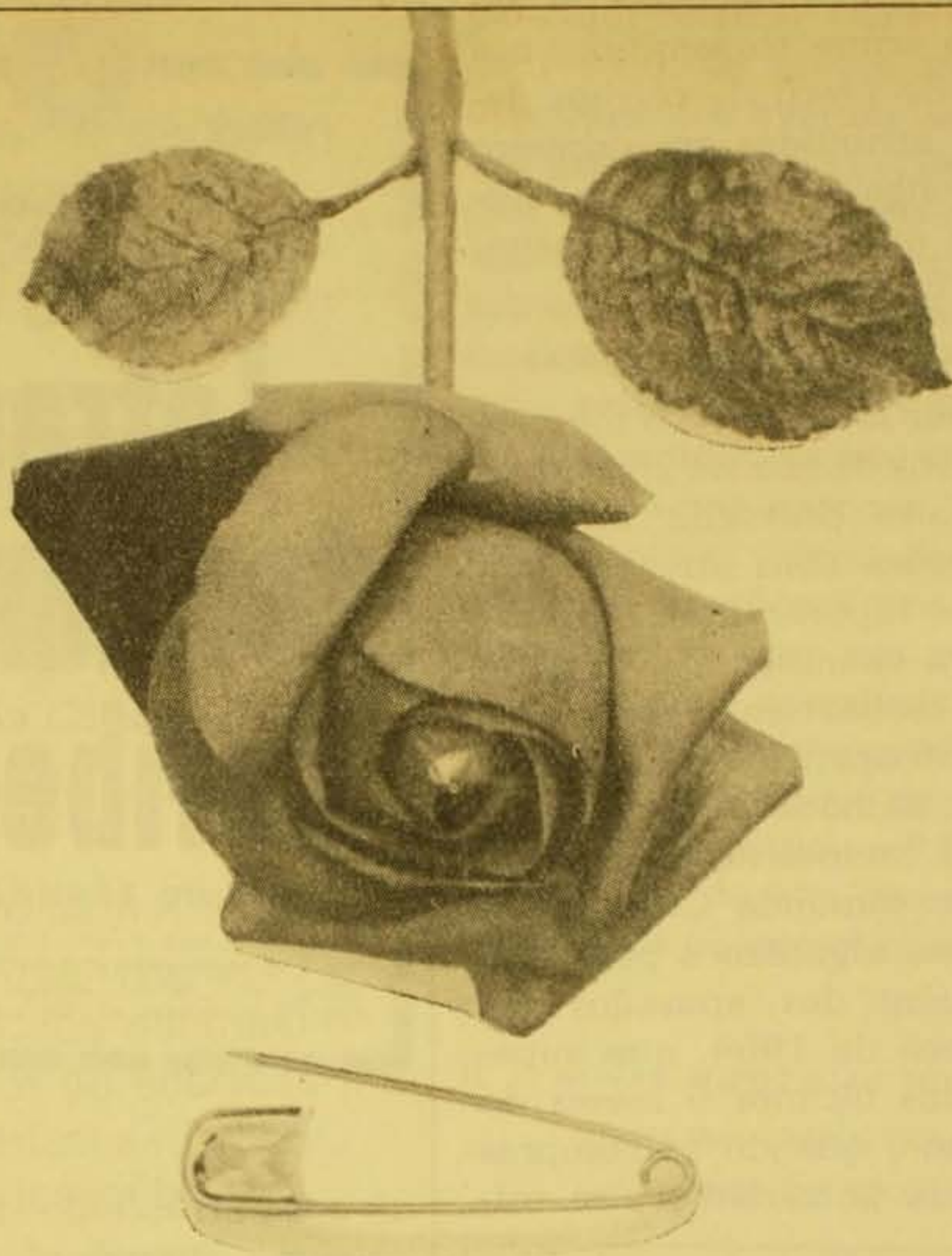
COFIBENS

crédito, financiamento
e investimento

Carta de Autorização n.º 201 - SUMOC - 11/8/64
Capital e reservas - Cr\$ 277.000.000

Agente financeiro do BNDE para operações
de financiamento através do FINAME

Rua Libero Badaró, 293 - 26.º - Conj. 26 D
Telefone 35-7111 (PBX) - São Paulo



DENOMINADOR COMUM

Você compra um alfinete. Ou um automóvel.
Ou uma rosa artificial. A energia elétrica
está presente. Ela é o denominador comum.
Foi graças a energia elétrica (da Light)
que se implantou na região entre o Rio e São Paulo
o maior parque industrial da América Latina.
Essa região representa apenas 0,37% do território
nacional. Mas nela se concentram
12 milhões de habitantes e se localizam

os maiores centros comerciais,
agrícolas, bancários e portuários do País.
Agora, Rio e São Paulo vão crescer ainda mais.
Em virtude de novos empreendimentos
e iniciativas. A Light oferece também sua
nova contribuição: começou a investir
Cr\$ 420 bilhões para melhorar e ampliar
seu sistema de transmissão e
distribuição de energia para o progresso.

LIGHT



A SERVIÇO
DO PROGRESSO
DO BRASIL

POSSIBILIDADES MADEIREIRAS DA AMAZÔNIA

A intensificação da exploração das madeiras da Amazônia brasileira, que se vem acentuando, especialmente nos últimos 10 anos, leva a crer nas imensas possibilidades que se abrem ao país em futuro não remoto, tanto na produção e exportação de tais madeiras, como na de seus produtos e subprodutos.

Assim é que, além da extensa e intensa atividade dos madeiros e serrarias regionais, quer nos misteres de desdobramento e aparelhagem, quer nos de manufatura de artefatos diversos (leves, médios e pesados), desenvolvem-se indústrias de lâminas, compensados, contraplacados e concrecionados de madeiras, e se aprestam projetos visando à produção regional de celulose e papel e até ao aproveitamento integral da madeira (com a produção de diversos produtos e subprodutos químicos).

Em fim de 1960, a FAO (Organização Mundial para a Agricultura e a Alimentação), órgão das Nações Unidas, em convênio com a SPVEA — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, concluiu dois trabalhos básicos do maior alcance para o conhecimento progressivo das madeiras amazônicas: um, abrangendo a faixa ao sul da “calha amazôni-

ca”, entre os rios Purus e Gurupi; outro, ao longo da rodovia Belém—Brasília, visando particularmente a levantar a “área florestal” do mogno, que é hoje uma das madeiras de mais valor no mundo, com intensa procura tanto na Europa como na América do Norte e em outras partes.

De tais trabalhos da FAO, de que resultou a criação do CT

— Centro de Treinamento de Curuá-Una, em Santarém (PA), núcleo da futura Escola de Florestas da Amazônia, assinala-se, além de extensas pesquisas, a descoberta de 12 novas espécies de madeiras, aptas a serem comercializadas no país e no exterior, além das que já são tradicionalmente transacionadas.

CATEGORIAS DE MADEIRAS

É usual, no comércio madeireiro da região amazônica, a distinção das centenas de espécies de madeiras em três grandes categorias, designadas como “brancas”, “de lei” e “vermelhas”. As madeiras ditas de leis são as mais procuradas para fins ou aplicações mais nobres, tendo assim maior valor unitário, nelas destacando-se o mogno, cedro, angelim rajado, louro, pau-amarelo, pau-roxo, macacaúba, sucupira, mui-racatiara, pequiá e numerosas outras. Acompanham-nas, em valor aproximado ou pouco abaixo, as “madeiras vermelhas”, como a quaruba, andiroba, mangue-vermelho.

As “madeiras brancas” têm sua aplicação mais restrita a emprêgo em armações, construções civis e industriais, estaqueamentos, dormentes, postes, carroçarias, construção naval, forros, moldes e fôrmas, traves, vigas etc. Tratamentos especiais, com a utilização de secagem e estufas e pro-

cessos químicos ou físico-químicos, têm permitido, todavia, o emprêgo de “madeiras brancas” em móveis e decorações. Estas, entretanto de durabilidade e beleza bem menores que as dos outros tipos de madeiras. Seu uso é igualmente objeto de avançadas pesquisas e experiências de aplicação industrial na produção de celulose e papel, podendo vir a se constituir numa das perspectivas de maior significado para a Amazônia.

Assim, além do emprêgo generalizado em construção (leve, média, pesada, industrial e naval) das “madeiras brancas”, assinala-se a grande aplicação: do acapu no estaqueamento; da tatajuba e sucupira na produção de dormentes; do pau-darco em postes, e da tatajuba, especialmente, na construção naval e de carroçarias. Outras “brancas” como a ucuuba, cinzeiro, morototó, pará-pará, achuá, marupá, têm aplicação genérica em construção civil, montagens e fôrmas.

APLICAÇÕES DAS “MADEIRAS DE LEI”

O mogno, mógono ou aguano, cuja área geográfica atualmente mais conhecida no Brasil é a do Alto-Tocantins, possui alto valor no mercado madeireiro internacional, pelas suas extensas aplicações na fabricação de aparelhos e instrumentos ultra-sensíveis, de réguas-de-cálculo, caixas para

PREÇOS MÍNIMOS DE MADEIRAS PARA EXPORTAÇÃO DA AMAZÔNIA, PARA
OUTROS MERCADOS, EXCETO PORTUGAL

Abril de 1964

ESPÉCIES FLORESTAIS		PREÇOS EM US\$ F.O.B. POR M ³		
NOME VULGAR	REFERÊNCIA BOTÂNICA	TOROS		
		Rolços	Lavrados ou esquadre- jados	Serrados
Andiroba	Carapa guianensis	21,00	—	42,00
Aguano (Mogno)	Swietenia macrocarpa	50,00	—	90,00
Cedro	Cedrela sp.	50,00	—	90,00
Freijó	Cordia goeldiana	35,00	—	60,00
Jacareúba	Calophyllum brasiliense	21,00	—	42,00
Jacarandá	—	30,00	—	—
Louro	Ocotea rubra	21,00	—	42,00
Macacaúba	Platymiscium sp.	33,00	—	66,00
Maçaranduba	Manilkara Huberi	26,00	30,00	50,00
Pau-amarelo	Euxylophora paraensis	50,00	—	70,00
Pau-mulato	Calycophyllum Spruceanum	21,00	—	50,00
Sucupira	Bowdichia virgilioides	26,00	30,00	56,00

FONTE: Div. ref. INP.

aparelhos de televisão, móveis de alto luxo etc., inclusive pela sua baixa densidade (700 kg/m³). Dado que sua idade ideal de produção se situa em torno de 80 a 100 anos, a exploração desordenada de suas principais formações preocupa, seriamente, quanto às possibilidades de exploração em larga escala e a longo prazo.

As aplicações do cedro (densidade de 600 a 700 kg/m³) estendem-se desde as de fabricação

de móveis e emprêgo em decorações às de esquadrias, caixas para aparelhos de televisão, armações de aeromodelismo, caixas para charutos (com o conhecido aroma da madeira). E as do freijó (700 a 800 kg/m³), em móveis, hélices e peças de aviões, arcos para grandes vãos em galpões etc., unindo a resistência à leveza.

O pau-amarelo e a macacaúba (côr vermelha) têm, a seu turno, grande emprêgo em móveis, de-

corações, soalhos e outras aplicações de alto luxo, oscilando a respectiva densidade em torno de $1,1 \text{ t/m}^3$. De densidade equivalente são a sucupira (construções e decorações, internas e externas), a muiacatiara (móveis e decorações), o angelim-rajado (decorações, lambris e parquês), o pequiá (construção naval e de carroçaria) e outras. Mais denso é o pau-roxo ($1,4 \text{ t/m}^3$), com aplicação principalmente em decorações, soalhos, tacos, lambris e parquês enquanto a maçaranduba se emprega principalmente em construção, inclusive pesada, estaqueamento, carroçarias, vigamentos, postes etc.

O louro-vermelho é a madeira usada, de preferência, na construção naval (sua grande aplicação), sendo de observar que o mogno também se presta magnificamente para esse emprêgo, como o demonstram as lanchas e iates de alta classe que com ele se fazem.

PROJETOS MADEIREIROS EM CURSO

Além dos projetos madeireiros, com capitais do país e do exterior, que ora se encontram em fase de entendimentos, providências e estudos preliminares, sendo pois ainda pouco conhecidos, já é significativa a relação dos empreendimentos madeireiros, novos e em aplicação, na Amazônia.

Assinalam-se dentre eles: uma grande serraria industrial no Acre; um projeto setorial avançado no Amapá; a COMPENSA (lâminas e compensados), a fábrica do Grupo Kaleth a COMPAINA (em Nova Aripuanã), no Estado do Amazonas; as serrarias industriais S. José de Ribamar, S. Pedro, S. Bernardo, Arruda Pinto, Sbil, Madeiras do Pará S/A, no Pará, movelarias diversas, a FACEPA-Fábrica de Celulose e Papel, no Pará, além de outros.

Iniciam-se, igualmente, projetos regionais de reflorestamento que, embora de dimensão ainda restrita, se vinculam a empreendimentos empresariais como os da S. José de Ribamar Industrial, na Ilha de Cumbu (ucuuba e andiroba) e outros. (A idade de corte da ucuuba oscila em torno de 7 anos, da andiroba em cerca de 10 a 12 anos, a de outras "madeiras brancas" entre 7 e 10.)

Assim, com as perspectivas de ampliação e diversificação das atividades de aproveitamento madeireiro na Amazônia brasileira, tudo indica esteja o país em condições de, em futuro não remoto, transformar-se num dos principais produtores e exportadores mundiais de madeiras, seus produtos e subprodutos, em faixa diversificada dificilmente encontrável em outras áreas.

ÓLEOS VEGETAIS — EXCELENTES PERSPECTIVAS

Dispondo de imensa área de cerca de 2 milhões de km² como *habitat* de espécies oleígenas nativas, com maior ou menor grau de adensamento, e de quase meio milhão de km² de área total cultivada de plantas passíveis de aproveitamento oleífero, o Brasil apresenta ótimas perspectivas como produtor, consumidor e exportador de óleos e gorduras vegetais.

Apesar disto, são ainda modestos os índices brasileiros de consumo interno e de exportação de tais produtos, cuja demanda mundial aumenta sensivelmente, em contraposição à discreta evolução do mercado de gorduras e produtos afins de origem animal. Assim é que, em 1964, o consumo brasileiro *per capita* de óleos e gorduras vegetais mal chegava a 5 kg/ano, contra valores de 10 a 20 kg/ano em outros países latino-americanos e nos países afro-asiáticos, e de 15 a 30 kg/ano em países europeus e nos Estados Unidos.

No ano findo, aliás, importamos cerca de 30 mil t (US\$ 13 milhões) de óleos vegetais, especialmente óleo refinado de oliva e outros azeites comestíveis (80% em volume e 85% em valor), e exportamos 125 mil t (US\$ 30 milhões) de óleos vegetais comestíveis e de uso industrial. Ainda em 1964, a produ-

ção nacional terá chegado à ordem de meio milhão de t de óleos e gorduras vegetais (sendo 350 mil t de óleos e gorduras comestíveis), contra 350 mil t de óleos e gorduras comestíveis de origem animal, igualando-se pois ambos os contingentes de substâncias de uma e outra origem. Há 5 anos atrás, o total de óleos vegetais

I — ÓLEOS E GORDURAS VEGETAIS — PRODUÇÃO, POR GRUPO E ESPÉCIE — 1961/1963

GRUPO E ESPÉCIE	QUANTIDADE (tonelada)			VALOR (Cr\$ 1 000)		
	1961	1962	1963	1961	1962	1963
ÓLEOS ALIMENTÍCIOS (exceto os de côco)	242 365	258 851	246 536	19 443 337	23 058 563	37 201 617
Amendoim	91 808	90 349	78 034	8 202 295	9 582 495	12 122 769
Café	5 451	4 335	2 101	201 442	280 026	198 080
Caroço de algodão	116 230	135 503	130 825	8 536 837	10 413 224	18 459 620
Gergelim	819	122	37	90 354	11 678	20 292
Girassol	3	8	1	251	642	147
Milho	6 460	4 234	5 226	833 876	535 441	1 523 309
Soja	21 594	26 300	30 312	1 578 282	2 235 057	4 877 400
ÓLEOS E GORDURAS DE CÔCO (alimentícios e industriais)	65 155	71 402	58 486	5 381 274	5 614 054	10 129 990
Babaçu	52 038	59 601	45 170	4 410 505	4 649 142	7 769 308
Buriti	2	3	3	125	187	627
Côco-da-baía	1 071	637	389	77 335	46 063	52 076
Dendê	3 993	5 126	5 340	222 161	476 369	963 707
Licuri	1 540	539	2 554	134 460	37 345	406 967
Macaúba	345	484	337	23 709	28 235	36 042
Murumuru	183	127	43	12 869	8 087	4 570
Piaçava	2	2	2	130	203	417
Tucum	3 369	1 712	1 511	292 150	160 858	333 245
Mistos:						
Babaçu e licuri	—	—	34	—	—	4 401
Babaçu e tucum	1 211	2 479	2 262	95 740	161 709	416 014
Côcos diversos	1 401	692	841	112 090	45 856	142 616
ÓLEOS ESSENCIAIS	1 700	2 073	1 091	1 628 618	1 727 063	1 200 640
Alfavação	—	0	0	—	18	100
Cabriúva	4	4	7	2 875	5 678	18 120
Cedro	—	0	0	—	41	324
Eucalipto	54	65	61	16 110	45 501	68 761
Geraniom	—	—	0	—	—	302
Hortelã-pimenta	1 025	1 498	599	1 452 158	1 500 935	801 446

GRUPO E ESPÉCIE	QUANTIDADE (tonelada)			VALOR (Cr\$ 1 000)		
	1961	1962	1963	1961	1962	1963
Laranja	7	8	8	5 924	14 486	15 072
Lemongrass	8	7	12	8 693	14 122	27 611
Limão	4	5	5	2 622	11 358	16 399
Louro	—	0	0	—	167	748
Palmarosa	0	1	3	433	1 049	6 269
Patchuli	1	1	1	4 724	6 370	11 190
Pau-rosa	221	157	134	93 852	86 116	160 806
Sassafrás	372	327	253	34 611	37 574	53 244
Tangerina	0	0	0	765	1 064	2 450
Vetiver	0	0	2	4 021	1 738	12 475
Não especificados	4	0	6	1 825	846	5 323
ÓLEOS SECATIVOS	26 494	32 995	16 671	1 275 383	2 188 019	2 601 348
Linhaça	8 456	6 808	8 962	590 084	544 655	1 127 801
Noz-de-iguape	38	39	48	2 752	3 942	7 478
Oitica	16 483	25 141	5 784	553 897	1 493 445	930 559
Tungue	1 517	1 007	1 877	128 650	145 977	535 510
OUTROS ÓLEOS E GORDURAS ..	123 088	99 230	109 347	9 276 042	11 885 011	20 542 979
Andiroba	258	349	162	17 695	25 357	16 992
Arroz	57	—	—	3 722	—	—
Bacuri	1	—	1	80	—	168
Cacau (manteiga)	15 932	17 629	15 875	3 004 702	4 714 405	7 616 219
Castanha de caju	885	1 162	1 369	11 321	38 474	101 075
Castanha-do-pará	51	56	19	2 932	3 972	3 153
Copaíba	62	85	64	6 047	13 676	12 314
Mamona	105 097	79 336	91 213	6 186 890	7 052 300	12 743 654
Pequi	44	29	33	3 724	2 916	6 441
Ucuuba (sebo)	701	584	611	38 929	33 911	42 963
TOTAL	458 802	464 551	432 131	37 004 654	44 472 710	71 676 574

alimentícios produzidos atingia apenas 170 mil t, contra 240 mil t de gorduras animais comestíveis.

É nítida, portanto, a tendência evolutiva ascensional do consumo dos óleos e gorduras vegetais no país, seja em níveis absolutos, seja em relação ao das gorduras de origem animal, a partir de 1964/65, acentuando-se aludida marcha na medida em que a própria suinocultura, reagindo as preferências dos consumidores orienta-se cada vez mais para a produção de carne, ao invés de gorduras (banha e toucinho).

EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA

Já ao fim do século passado/início do atual são registradas algumas fábricas produtoras ou extratoras de óleos vegetais, tudo indicando tenha sido a Martins Irmão & Cia., de São Luís (MA), a pioneira no ramo no Brasil. Quase ou tão antiga quanto esta é a Consiglio & Cia., de São Paulo, também dedicada à produção de óleos vegetais e farelos, cuja fundação data de 1902. As primeiras fábricas do Grupo Matarazzo datam de 1911, da SANBRA de 1919, da Pereira Diniz de 1920, da Carioca Industrial de 1925 e da Refinação de Milho Brazil de 1929.

Pode-se considerar que é a partir do início da década dos 20 que a indústria brasileira de óleos

vegetais se estrutura e se diversifica. E é no decurso da segunda guerra mundial e logo após que o setor adquire seu maior desenvolvimento e a atual maturidade.

Durante e a partir da primeira guerra, ampliaram-se no país as áreas de cultivo (além das de extração) da mamona, enquanto no segundo período de após-guerra surgiram as culturas de soja, em especial no Sul, crescendo progressivamente as de algodão, amendoim, gergelim, linhaça, dendê e girassol.

Possui hoje o Brasil mais de 400 fábricas ou usinas produtoras de óleos e gorduras vegetais, pertencentes a 380 empresas. Em 1950, o número de fábricas era de 342, contra 114 em 1940 e 50 em 1920. De par com o aumento do número de estabelecimentos fabris do setor, aumentou a diversificação dos óleos produzidos, tipos e graus de preparação, elaboração e refino, não sendo exagêro dizer-se que essa indústria é das que atualmente possuem maior avanço tecnológico em todo o mundo.

AMPLAS POSSIBILIDADES TECNOLÓGICAS

Assim como a petroquímica oferece extensa e quase imprevisível gama de produtos e subprodutos, reais e potenciais, também a química dos óleos, gorduras e cêras vegetais oferece imensa ri-

II — ÓLEOS E GORDURAS VEGETAIS

RESUMO DA PRODUÇÃO, SEGUNDO AS REGIÕES FISIOGRAFICAS E AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1961/1963

REGIÕES FISIOGRÁFICAS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	QUANTIDADE (tonelada)			VALOR (Cr\$ 1 000)		
	1961	1962	1963	1961	1962	1963
NORTE						
Rondônia	12	9	10	846	920	1 232
Acre	2	2	2	138	207	583
Amazonas	218	188	154	74 824	79 568	142 329
Roraima	—	—	—	—	—	—
Pará	1 503	1 551	1 360	131 862	133 583	233 887
Amapá	48	9	12	3 386	892	2 280
NORDESTE						
Maranhão	9 779	33 688	35 029	635 990	2 527 530	5 703 841
Piauí	9 508	8 805	8 551	655 771	600 608	1 656 245
Ceará	44 706	58 323	40 210	2 305 177	3 643 709	5 160 649
R. G. do Norte	12 321	10 128	9 057	813 780	680 108	1 132 355
Paraíba	20 674	19 276	14 279	1 072 816	1 014 042	1 827 268
Pernambuco ..	36 321	31 853	33 319	1 989 076	2 146 693	3 597 450
Alagoas	858	475	538	48 871	21 536	34 943
LESTE						
Sergipe	1 439	875	805	97 940	57 001	82 725
Bahia	54 912	33 944	45 733	5 287 216	6 171 210	12 813 003
Minas Gerais ..	5 464	5 969	5 377	445 003	516 100	770 653
Espírito Santo ..	4	0	2	384	17	231
Rio de Janeiro	819	423	636	49 828	40 842	139 353
Guanabara	21 690	10 175	2 281	2 157 122	982 358	565 977
SUL						
São Paulo	199 886	205 350	187 271	17 298 422	20 809 482	29 780 056
Paraná	8 504	10 949	10 369	1 746 554	2 266 651	2 372 525
Santa Catarina ..	443	390	358	42 907	49 628	77 110
R. G. do Sul ..	29 653	32 141	36 748	2 121 656	2 700 231	5 538 087
CENTRO-OESTE						
Mato Grosso ..	24	18	9	24 270	29 001	38 779
Goiás	14	10	20	815	793	5 008
Distrito Federal	—	—	—	—	—	—
RESUMO						
Norte	1 783	1 759	1 538	211 056	215 170	380 311
Nordeste	134 167	162 548	140 983	7 521 481	10 634 226	19 112 756
Leste	84 328	51 386	54 835	8 037 493	7 767 528	14 371 942
Sul	238 486	248 830	234 746	21 209 539	25 825 992	37 767 778
Centro-Oeste ..	38	28	29	25 085	29 794	43 787
BRASIL ...	458 802	464 551	432 131	37 004 654	44 472 710	71 676 574

FONTE: MA — Dep. Econ. — SEP.

queza de possibilidades de produtos e subprodutos, inclusive mediante larga aplicação dos processos de desdobramento, síntese e combinações químicas, bem como de ações físicas e físico-químicas.

Não apenas na produção de óleos comestíveis de tipos e paladares os mais diversos, com variáveis graus de digestibilidade e aplicações, como na de óleos industriais de utilização, nos ramos das indústrias químicas, farmacêuticas, de detergentes, perfumaria e saboaria, minero-metalúrgicas, mecânicas, de beneficiamento e transformação de produtos diversos, combustíveis e lubrificantes etc., os óleos, gorduras e cêras vegetais têm dia a dia acrescidas suas imensas aplicações técnico-científica industriais, agropecuárias e comerciais.

No domínio das pesquisas científicas e tecnológicas de tais produtos, merece ênfase especial o papel que vêm desempenhando Institutos e Departamentos, nacionais e do exterior, como por exemplo o Instituto de Óleos do Ministério da Agricultura (Brasil) e os seus congêneres da França, Espanha, Portugal, Bélgica, Inglaterra, Alemanha, Itália, Estados Unidos, Índia, Japão, China, Israel e de alguns outros países.

É de recordar, aliás, o esforço pioneiro de técnicos e cientistas

brasileiros, de renome internacional, que desde antes da década dos 20 se vêm dedicando ao desenvolvimento de tais pesquisas, ampliadas adiante com a colaboração de capitais e técnicos do exterior, elevando a indústria brasileira de óleos e gorduras vegetais ao nível de progresso que hoje ostenta.

Para tanto, muito terá contribuído o esforço de quase meio século de atividade técnico-científica de pesquisadores como o Prof. Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, do naturalista Paul Le Cointe e alguns outros, e especialmente de entidades como o Instituto de Óleos, criado em 1940 mas funcionando inicialmente como curso em 1929 (na Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, posteriormente Escola Nacional de Agronomia, e após, Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas), do antigo Museu Paraense e Escola de Química do Pará, de Institutos de Tecnologia e Escolas de Química do País, de Institutos Regionais de Pesquisas Agronômicas, além de outras.

ÓLEOS DE PLANTAS CULTIVADAS

Destacam-se na produção brasileira óleos de plantas cultivadas e óleos ou gorduras obtidas de espécies nativas, através de atividades básicas extrativas.

III — ALGUMAS ESPÉCIES VEGETAIS OLEÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA E PRINCIPAIS APLICAÇÕES

DESIGNAÇÃO DA PLANTA		APLICAÇÕES
Vulgar	Científica	
<i>Ucuuba</i>	<i>Virola surinamensis</i>	"Sêbo vegetal", matéria-prima para indústria de sabões, etc.
<i>Pequiã</i>	<i>Caryocar villosum</i>	Gordura comestível, sucedâneo da manteiga; matéria-prima para sabões.
<i>Castanha Caiatê</i>	<i>Omphalea diandra</i>	Óleo comestível e medicinal.
<i>Saboneteiro</i>	<i>Sapindus saponaria</i>	Fabricação de sabões.
<i>Uxi</i>	<i>Saccoglottis uchi</i>	Gordura comestível.
<i>Mamorana</i>	<i>Rachira aquática</i>	Óleo comestível e industrial (assemelhável ao cacau).
<i>Palmáceas:</i>		
Açaí	<i>Euterpe oleracea</i>	Bebida; óleo comestível.
Bacaba	<i>Oenocarpus distichus</i>	Bebida; óleo comestível, sucedâneo do azeite de oliva; palmito comestível.
Bacabaí	<i>Oenocarpus minor</i>	Bebida; óleo comestível; palmito.
Patauá	<i>Oenocarpus pataua</i>	Bebida; óleo comestível substituto do óleo de oliva.
Mucajá	<i>Acrocomia sclerocarpa</i>	Óleo comestível, sucedâneo do óleo de oliva.
Tucumã	<i>Astrocaryum tucuma</i>	Bebida; óleo comestível; fibras e palhas, para cordoalha, cestas, paneiros.
Tucumã-Açu	<i>Astrocaryum princeps</i>	Bebida; óleo comestível; fibras; palhas.
Jauari	<i>Astrocaryum jauari</i>	Fibras; palhas; óleo comestível.
Murumuru	<i>Astrocaryum murumuru</i>	Óleo comestível e industrial.
Curuá-Piranga	<i>Attalea monosperma</i>	Óleo industrial; palha.
Curuai	<i>Attalea de l'affinité</i>	Óleos comestível e industrial.
Urucurí	<i>Attalea excelsa</i>	Óleo industrial; defumação do caucho.
Pindoba	<i>Attalea sp.</i>	Óleo sucedâneo de amêndoa doce.
Caiaué (Dendê do Pará)	<i>Elaeis melanococca</i>	Óleos sucedâneos dos de dendê.
Inajá	<i>Maximiliana regia</i>	Óleo comestível; palmito; palha.
Inajáí	<i>Cocos Inajáí</i>	Amêndoa e óleo comestíveis.
Miriti (buriti)	<i>Mauritia flexuosa</i>	Bebida; confeitaria; óleo comestível; farinha; fibra; palmito.
Babaçu	<i>Orbignia Speciosa</i>	Óleo e gordura comestíveis; bebida; palha; fibra; palmito.
Pupunha	<i>Guilielma speciosa</i>	Caroteno alimentício; óleo comestível.
Piririma	<i>Cocos syagrus</i>	Óleo comestível; palmito.
Jupati	<i>Raphia taedigera</i>	Medicamento.
Mumbaca	<i>Astrocaryum mumbaca</i>	Amêndoa comestível.
Bacuri	<i>Platonia Insignis</i>	Óleo comestível; confeitaria.
Sumaumeira	<i>Ceiba pentandra</i>	Óleo industrial.
Jaboti araconha	<i>Erisma calcaratum</i>	Graxa industrial.
Pracachi	<i>Pentaclethra filamentosa</i>	Óleo industrial.
Mauba	<i>Acrodididium mauba</i>	Óleo industrial.
Mutamba	<i>Guazuma ulmifolia</i>	Óleo para cabelereiro.
Castanha de Arara	<i>Joannesia heveoides</i>	Farmacêutico.

Quanto aos óleos alimentícios do primeiro desses grupos, cabe salientar os de caroço de algodão (140 mil t/ano), amendoim (90 mil t/ano), soja (35 mil t/ano), milho (8 mil t/ano), arroz (500 t/ano), gergelim (mil t/ano) e mais recentemente de café (5 mil t/ano) e de uva (produção ainda em fase inicial-experimental, no Rio Grande do Sul).

Dentre os óleos ou gorduras provenientes de plantas cultivadas (às vezes também obtidas de espécies nativas), para fins industriais diversos, não necessariamente comestíveis, assinalam-se os da amêndoa do dendê (para fins metalúrgicos, em contraposição ao da polpa do dendê, utilizado em culinária), linhaça, tungue, cacau (manteiga), mamona etc.

ÓLEOS DE PLANTAS NATIVAS

No conjunto das plantas nativas produtoras de óleos, gorduras e cêras, destacam-se, como se sabe, a Amazônia, o Nordeste e o Centro-Oeste, seguidos de longe pelo Leste e Sul.

É sobretudo a Amazônia a área privilegiada em tal ocorrência, não apenas pela natureza e diversidade das formações ecológicas propícias (que também o são o Nordeste e o Centro-Oeste), como pelas imensas extensões em que se espalham os va-

riados e ricos espécimes oleígenos da flora brasileira.

Na Amazônia, além dos vastos babaquais (também existentes em grande escala no Pará, Goiás e Maranhão-Piauí) são facilmente encontráveis a ucuuba ("sebo vegetal"), o pequiá, a castanha caiatê, o "saboneteiro", o uxi, a mamorana, as inúmeras espécies de essências (pau-rosa, cedro, cumaru, copaíba, pau-cravo, "casca preciosa", casca-açucena, poranga, umiri, baunilha, patchuli etc.), as resinas vegetais (jutaí, breu, anani, umiri, tamacoaré, lacre, caju, angico, cunuaru etc.) as palmáceas (patauá, bacaba, açai, mucajá, tucumã, jauari, muru-muru, curuá, urucurí, pindoba, miriti, pupunha, bacuri etc.), a sumaumeira, o pracachi, a mutamba e inúmeras outras espécies.

Chamam a atenção óleos como os de patauá (sucedâneo do óleo de oliva), o de côco da Bahia, o de oiticica do Nordeste (de propriedades secativas, largamente procurado para a indústria de tintas), o de tucum etc., e gorduras de amplo emprêgo em indústrias diversas, como as de saboaria e detergentes, como o sebo de ucuuba, pequiá, "saboneteiro", "jaboti" etc. Assim como êsses, outros óleos e gorduras, de plantas nativas ou que só agora estão a merecer cultivo, indicam de maneira nítida a importância

de tal setor na economia do país e as possibilidades imensas que se oferecem à respectiva industrialização e comércio, interno e exterior.

INVESTIMENTOS PROGRAMADOS

Estão em curso mais de 20 projetos de implantação e ampliação de indústrias de óleos e gorduras vegetais, principalmente na Amazônia e no Nordeste.

Na região Amazônia e Meio-Norte, assinalam-se os de ampliação da OLEAMA — Oleaginosas Maranhenses S/A (S. Luís, MA), Martins Irmãos & Cia. (São Luís, MA), Indústria de Sabões e Óleos (Belém, PA), OLPASA — Óleos do Pará S/A (Belém, PA), Sa-boaria Amazônia (Belém, PA), Cia. Industrial do Brasil (Belém, PA), S/A Bitar Irmãos (Belém, PA), Overcosa (Coroatá, MA), Cia. Industrial Maranhense (Codó, MA), Fábrica de Óleos Vegetais do Grupo Júlio Müller (MT), Fábrica de Óleos Vegetais do Norte de Goiás, entre outros, quase todas com o apoio financeiro da SPVEA — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e do BCA — Banco de Crédito da Amazônia.

No Nordeste, há entre outros os projetos da Ceará Industrial (Fortaleza, CE), Indústrias Reunidas de Monteiro (Monteiro, PB), Martins Irmãos & Cia. (São

SE VOCÊ É ASSINANTE DO
SERVIÇO NACIONAL DE
TELEX
(DCT)
EM QUALQUER CIDADE
É SÓ DISCAR
0308
PARA LIGAÇÕES INTERNACIONAIS

RADIONAL
Comunicações
Mundiais
Via **ITT**

Rio de Janeiro: 22-5191

Luís, MA), Medeiros & Cia. (Jardim Seridó, RN), Dalmo Peixoto (Penedo, AL), Indústria e Comércio de Óleos (Mossoró, RN), Veremundo Soares & Cia. (Salgueiro, PE), A. F. Néo (Mossoró, RN), João Ataíde Filho (Maceió, AL) etc., notando-se indústrias participantes dos programas da SPVEA-BCA e da SUDENE-Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste/BNB-Banco do Nordeste do Brasil.

Tudo indica que o Brasil marcha para uma posição singular de liderança na produção e exportação de óleos e gorduras vegetais, em virtude de suas imensas possibilidades agrícolas e extrativas.

credibrás financeira do brasil s.a. crédito, financiamento e investimento

Sede: Rua do Carmo, n.º 8 - 6.º andar — Rio de Janeiro — Tel.: 31-0020
Filial: Rua Libero Badaró, n.º 293 — 27.º andar — São Paulo — Tel.: 34-2355
CARTAS DE AUTORIZAÇÃO N.ºs 86 E 87

DIRETORIA:

Diretor Presidente — Dr. Walther Moreira Salles
Diretor Vice-Presidente — Dr. Demosthenes Madureira de Pinho
Diretor Superintendente — Dr. José Braz Ventura
Diretores — Dr. Erwin Feder (licenciado)
— Dr. Hélio José Pires Oliveira Dias
— Dr. Italo Julio Romano Barbero
— Dr. Rócio de Castro Prado

CONSELHO CONSULTIVO:

Presidente — Theodoro Quartim Barbosa
Vice-Presidente — Silvano Santos Cardoso
Conselheiros — Antoine Forgach
— Dácio de Moraes Jr.
— Hélio Beltrão
— Hélio Cassio Muniz de Souza
— Henrique de Botton
— Homero Souza e Silva
— Joel de Paiva Côrtes
— José de Almeida Barbosa Mello
— Pamphilo Pedreira Freire de Carvalho
— Pedro di Perna
— Sérgio Pinho Mellão

BALANCETE GERAL EM 3 DE SETEMBRO DE 1965

A T I V O		P A S S I V O	
DISPONÍVEL		NÃO EXIGÍVEL	
Caixa e Bancos	1.660.917.598	Capital e Reservas	757.627.765
REALIZÁVEL		EXIGÍVEL	
Devedores p/responsabilidades Cambiais, títulos descontados e negociados, valores mobiliários, outros créditos, dev. p/Resp. de Refinanc. (FINAME)	23.228.906.610	Aceltes Cambiais, Agência no País, outros créditos, Obrigações p/ Refinanciamento (FINAME)	23.985.335.061
IMOBILIZADO		RESULTADOS PENDENTES	
Edifício de Uso da Firma, móveis, utensílios, instalações	198.455.161	Contas de Resultados	177.204.402
RESULTADOS PENDENTES		LUCROS E PERDAS	
Contas de Resultados	84.317.085	Saldo à disp. da A. G. Ordinária	252.429.226
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		CONTAS DE COMPENSAÇÃO	
Valores Cauçionados, outras contas	34.405.591.954	Depositantes de Valores em Garantia, outras contas ...	34.405.591.954
	59.578.188.408		59.578.188.408

Rio de Janeiro. 3 de setembro de 1965

José Braz Ventura, Diretor Superintendente — Bernardino Madureira de Pinho Netto, Gerente Geral — Milton Pizzini, Técnico em Contabilidade — C.R.C., n.º 14.284 — GB.

INDÚSTRIA DE MINERAÇÃO

Em assunto de política de minérios, o Brasil continua sob regime de improvisação. Malgrado freqüentes e acaloradas discussões em torno dos meios, modos e propósitos que devem prevalecer para que o país possa aumentar sua exploração dos recursos minerais, continuamos a ser, sob tal aspecto, não apenas pobres, mas sobretudo dependentes da importação de alguns minérios e produtos metalúrgicos de largo consumo industrial.

É verdade que vários dos minérios de grande aplicação metalúrgico-industrial, encontrados no subsolo brasileiro, são de teor metálico inferior aos de outros países, pelo que, em face do estágio tecnológico atual, continua mais econômico importar minérios de melhor qualidade, ou seus

produtos já elaborados, do que fabricá-los internamente. Os casos do cobre, estanho, zinco e níquel são os mais conhecidos, dentre os de importação mais significativa.

Em vista disso, torna-se cada vez mais premente que o governo estabeleça uma política capaz de incentivar por todos os meios a pesquisa e a lavra de minerais e minérios metálicos e não metálicos, de modo a que, por força de seus resultados, surja o necessário estímulo ao desenvolvimento tecnológico para que aumente o consumo dos minérios do subsolo brasileiro, mesmo nos casos de qualidade inferior aos produtos habitualmente importados.

Embora seja conhecida nossa deficiência qualitativa e quantitativa no que respeita aos mi-

nérios de cobre, de estanho (cassiterita) e de níquel, assim como a ausência de tecnologia adequada para produção de zinco em escala industrial com o nosso minério (calamina), a utilização desses minérios se impõe de tal

forma que somente uma política governamental de pesquisa tecnológica em larga escala, conjugada com uma adequada política mineralógica, poderá solucionar esse problema da economia industrial do Brasil.

I — BRASIL — PRODUÇÃO EXTRATIVA MINERAL — 1962/63

PRODUTOS	1 000 TONELADAS		CR\$ 1 000 000	
	1962	1963	1962	1963
Carvão mineral	2 508	2 828	6 993	19 535
Minério de ferro	10 737	11 212	3 265	10 070
Minérios de manganês	1 171	1 254	3 511	8 384
Sal marinho	1 240	1 115	2 474	5 093
Cassiterita	1,2	2	330	1 668
Minérios de chumbo	204	240	441	931
Cristal de rocha	0,7	0,9	441	494
Dolomita	421	478	264	451
Mármore	59	53	223	277
Gesso	108	120	124	245
Cobre	75	85	141	237
Talco	38	35	100	218
Minério de alumínio	191	170	108	161
Minério de cromo	25	44	76	151
Minério de tungstênio	1	0,5	233	148
Apatita	310	215	114	132
Amianto	88	133	77	130
Magnesita	94	90	38	116
Mica	2	1,5	103	106
Fluorita	255	64	162	71
Minério de níquel	16	53	9	53

FONTE: Banco do Brasil. Relatório de 1964, pág. 126.

Ainda que venha aumentando a produção extrativa mineral de alguns produtos como minério de ferro, minério de manganês (pirolusita), minério de chumbo, minério de alumínio e minério de estanho, continua desprezível, do ponto de vista econômico, a produção dos demais minerais, principalmente os metalíferos.

A apuração das quantidades produzidas dos diversos minérios de uso corrente se cinge a apenas 20 produtos, ainda que na verdade a exploração alcance mais de 100 tipos de minérios e minerais. Isso se deve ao fato de as quantidades serem tão pequenas que o seu registro estatístico se torna irrelevante (ver QUADRO I). Uma política conveniente não pode, contudo, ater-se a esses aspectos superficiais da potencialidade econômica ou da viabilidade técnico-industrial de uma utilização adequada dos recursos minerais do país. Se demorarmos muito a enfrentar tais problemas, poderemos correr o risco de não usar, nos próximos 5 ou 10 quinquênios, numerosos dos atuais minérios que, de momento, ainda não têm substitutos resultantes da marcha do progresso tecnológico, substitutos estes que em breve poderão surgir causando uma perda econômica-mente irrecuperável.

Caso típico é o do zinco. Embora possua o Brasil reserva inesgotável de minério (calamina) adequado à produção desse metal e já se conhecendo o processo tecnológico para a sua utilização, somente agora se tenta sair da fase experimental de produção em usina piloto. Enquanto isso, o Brasil importou nos últimos 5 anos, em média, 33 mil t de zinco em bruto, com o dispêndio médio anual de US\$ 8,6 milhões. Se adicionarmos às quantidades de zinco em bruto o equivalente desse produto importado sob a forma de manufatura, de ligas e de zinco contido em outras formas metálicas, obteremos, em média, mais 30% em peso e, assim, também um acréscimo correspondente a US\$ 12 milhões anuais.

Em 1963, por exemplo, importamos 39,4 mil t de zinco sob a forma de lingotes e o equiva-

II — BRASIL — IMPORTAÇÃO DE MINÉRIO DE ZINCO — 1959/63
(Toneladas)

ANOS	TONELADAS	US\$ 1 000
1959	22 188	5 431
1960	27 164	7 885
1961	32 849	8 967
1962	42 788	10 612
1963	39 351	10 027

FONTES: Banco do Brasil, Relatórios de 1959 a 1964. Mensário Estatístico — SEEF, MF, n.º 165.

III — BRASIL — CONSUMO APARENTE
DE ZINCO — 1959/63
(Toneladas)

ANOS	IMPORTAÇÃO (1)
1959	27 872
1960	38 880
1961	41 406
1962	54 704
1963	49 615

FONTE: Banco do Brasil, Relatório de 1964 — pág. 158.

(1) Matéria-prima mais zinco sob a forma de manufaturas e zinco contido em produtos diversos.

lente a 10,2 mil t do zinco contido em produtos diversos (ver QUADRO II). É claro que o consumo aparente do zinco apurado sob tal critério desconsidera as variações de estoque em cada ano, mas ao longo de 3 a 4 anos essas variações devem compensar-se (ver QUADRO III).

COBRE

No quinquênio 1959/63 a produção de minério de cobre passou de 71,8 mil t para 84,8 mil, com um acréscimo relativo, portanto, de 18% (ver QUADRO IV).

No mesmo período, o consumo aparente (produção interna + importações) passou de 23 mil t para 51,4 mil, ou seja, um aumento relativo de 124% (ver QUADRO V).

No caso, não apenas a produção doméstica de minério de co-

bre é desprezível, como o seu teor metálico é bem inferior ao de outros países produtores, pois a produção brasileira de cobre metálico é de apenas 4% do consumo.

Em virtude do crescimento do consumo de cobre e, conseqüentemente, do dispêndio de divisas com a sua importação, que já atingiu US\$ 33,6 milhões (ver QUADRO IV) somente no que respeita à importação de matérias-primas (cobre bruto e suas ligas), torna-se inadiável uma intensificação do uso de meios e técnicas de prospecção, de pesquisa e de lavra dêsse minério, para se resolver o problema.

Essa providência impõe-se ainda mais porquanto se sabe que, até agora, o minério de cobre encontrado em nossas jazidas não ultrapassa 2% de teor metálico (Camaquã, Rio Grande do Sul), sendo que algumas delas apre-

IV — BRASIL — PRODUÇÃO DE
MINÉRIO DE COBRE — 1959/63
(Toneladas)

Anos	Bahia	R. G. do Sul	Total
1959	—	71 818	71 818
1960	—	70 241	70 241
1961	3 773	65 000	68 773
1962	802	74 027	74 829
1963	568	84 192	84 760

FONTE: Banco do Brasil, Relatório de 1964 (pág. 151).

V — BRASIL — CONSUMO APARENTE
DE COBRE — 1959/63
(Toneladas)

Anos	Produção interna	Importação (1)	Total
1959	1 800	21 209	23 009
1960	1 212	30 926	32 138
1961	1 659	37 335	38 994
1962	2 000	43 533	45 538
1963	2 000	49 449	51 449

FONTE: Banco do Brasil, Relatório de 1964 (pág. 152).

(1) Matéria-prima mais cobre contido em manufaturas.

sentam qualidade ainda inferior: 1% do teor metálico (Seival no Rio Grande do Sul e Caraíba na Bahia). Outra jazida — a de Pedra Verde, no Ceará — registra um teor metálico médio de 2%, mas a sua produção não ultrapassa 2 milhões de t.

ESTANHO

Matéria-prima de amplo consumo industrial, o estanho é empregado na produção de fôlhas-de-flandres e em várias ligas. O emprêgo do estanho sob a forma de ligas metálicas nas indústrias mecânicas, na metalurgia e em materiais de transporte é cada vez mais intenso, principalmente nos países em fase de desenvolvimento industrial.

A produção do minério de estanho (cassiterita), é obtida

principalmente nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul e nos territórios do Amapá e Rondônia. Segundo os registros estatísticos disponíveis, a produção nacional de minério de estanho foi irregular no período 1959/63, acusando não só oscilações no total, como também enormes variações nas quantidades produzidas regionalmente (ver QUADRO VII).

Na medida em que crescer a produção extrativa da cassiterita e, conseqüentemente, fôr se reduzindo a importação dessa matéria-prima, a nossa dependência dos mercados externos diminuirá.

É que a produção de estanho metálico já se processa no país de modo satisfatório, pois temos uma capacidade instalada de 6 000 t/ano em Volta Redonda, Estado do Rio, além de pequenas unidades produtoras em Minas Gerais e São Paulo. Essa capa-

VI — BRASIL — IMPORTAÇÃO
DE COBRE (1) — 1959/63

Anos	Toneladas	US\$ 1 000
1959	20 364	14 263
1960	26 339	19 545
1961	36 336	24 287
1962	42 492	29 868
1963	48 643	33 638

FONTE: Banco do Brasil, Relatórios de 1960, 1963 e 1964.

(1) Cobre e suas ligas (matéria-prima).

VII — BRASIL — PRODUÇÃO DE MINÉRIO DE ESTANHO
1959/63
(Toneladas)

Anos	Rondônia	Amapá	Minas Gerais	Goiás	Outros	Total
1959	18	93	508	—	2	621
1960	49	85	312	2 183	1	2 635
1961	35	62	344	540	4	985
1962	678	62	337	162	—	1 239
1963	1 038	16	437	462	—	1 953

FONTE: Banco do Brasil, Relatório de 1964, pág. 154.

cidade de produção é, atualmente, o dôbro do consumo. Assim, à proporção que a produção doméstica de minério de estanho aumentos, a de estanho irá crescendo a um baixo custo adicional, pois, durante muito tempo, não teremos necessidade de expandi-la a não ser com vistas ao mercado externo de exportação.

O consumo de estanho importado sob a forma indireta, isto é, estanho contido em manufaturas como fôlhas-de-flandres t e n d e

também a diminuir, na medida em que a respectiva produção nacional aumentar. Para se ter idéia da mudança estrutural que se operou no particular, basta dizer que no triênio 1950/52 a importação de estanho sob a forma de matéria-prima bruta representava 87% do seu total, inclusive do estanho metálico contido em fôlhas-de-flandres. No triênio 1960/62 essa relação caiu para 9 por cento.

CHUMBO

VIII — BRASIL — IMPORTAÇÃO DE MINÉRIO DE ESTANHO — 1959/63

Anos	Toneladas	US\$ 1 000
1959	1 484	2 518
1960	2 040	2 908
1961	2 178	3 589
1962	1 871	4 109
1963	2 989	6 810

FONTE: Relatórios do Banco do Brasil, de 1959 a 1963.

A produção de minério de chumbo continua em franca ascensão. Entre 1959 e 1963 o volume de exploração extrativa passou de 45,2 mil t para 240,3 mil, cabendo à Bahia 61% do total nacional e ao Paraná, praticamente, os restantes 39%, pois o 3.º Estado (S. Paulo) teve a sua participação reduzida de 6,6 mil t em 1959 para 1,0 mil t em 1964 (ver QUADRO X).

IX — BRASIL — CONSUMO APARENTE
DE ESTANHO — 1959/63
(Toneladas)

Anos	Produção interna	Importação (1)	Total
1959	1 247	583	1 830
1960	1 332	463	1 795
1961	1 549	227	1 776
1962	2 354	187	2 541
1963	2 400	330	2 730

FONTE: Banco do Brasil, Relatório de 1964, pág. 155.

(1) Matéria prima bruta mais estanho sob a forma de manufaturas e contido em fôlhas-de-flandres.

ASPECTOS FINANCEIROS

Dentre as empresas da indústria de mineração, e cujos balanços são regularmente publicados no D. O., destacamos as aqui selecionadas. Os dados das empresas de mineração de ferro considerados neste trabalho (9), por exemplo, dominam pela sua magnitude econômica a soma dos recursos financeiros das demais em-

presas (60) agregadas para fins de análise. Daí se impõe a observação sobre a relatividade de tais dados, não apenas quanto ao conjunto, mas também no que se refere aos elementos individuais entre si.

Inversões adicionais

Em 1964, 69 empresas do setor mineração mobilizaram 151,6 bilhões, dos quais Cr\$ 68,8 bilhões de origem externa (aumento de capital e acréscimo nas contas exigíveis) e Cr\$ 82,8 bilhões de origem interna (reservas, depreciações e reavaliações).

Admitindo-se que o cálculo das reavaliações tenha sido feito com critérios análogos por todas as empresas dos diversos ramos aqui considerados como integrantes do setor mineração, os metais não-ferrosos foram o ramo que mais atualizou tais valores. De fato, a relação "reavaliação/ativo imobilizado" (1963) no ramo "outros metais" (não-ferrosos)

X — BRASIL — PRODUÇÃO DE MINÉRIO DE CHUMBO
1959/63
(Toneladas)

Anos	Bahia	São Paulo	Paraná	Total
1959	32 901	6 560	5 764	45 225
1960	70 570	7 162	63 171	140 903
1961	102 460	5 034	67 928	175 422
1962	131 862	186	72 145	204 193
1963	169 852	1 011	69 419	240 282

FONTE: Banco do Brasil, Relatório de 1964 (pág. 154).

foi de 162% contra 56% no de "ferro". Em "diversos" essa relação foi de 80%.

Com a faculdade, admitida na legislação do imposto de renda, de as reavaliações do ativo fixo poderem ser contabilizadas, tanto a crédito da conta capital como da de reservas especiais, criou-se uma nova sistemática contábil-financeira: a do registro concomitante do ativo fixo reavaliado, em contrapartida com uma conta de "reavaliações" no passivo não-exigível. Este último transferível, oportunamente, no todo ou em parte, para a conta capital, a critério da administração de cada empresa.

Por força de o montante das reavaliações (no setor da mineração) procedidas em 1964 ter sido excepcionalmente alto, o valor dêsses "recursos" (Cr\$ 56,6 bilhões), mais as entradas líquidas reais (aumento de capital real e aumento nas contas exigíveis), mais as reservas reais (reservas oriundas de capitalização), atingindo Cr\$ 151,6 bilhões, fizeram com que as inversões totais se elevassem, em 1964, a Cr\$ 287,8 bilhões. Daí resultou que estas, em fins de 1964, chegassem ao índice 212 do que o valor original relativo (100).

No caso particular do ramo "outros metais" (não-ferrosos), embora o acréscimo relativo glo-

bal seja aproximadamente da mesma magnitude ($213 - 100 = 113$), a incidência da reavaliação do ativo imobilizado no resultado final desta conta foi bem mais expressiva (índice 290, em 1964, contra 100 em 1963) do que no ramo "ferro" (180 contra 100).

Rentabilidade

Sob o aspecto global, a taxa de lucros na atividade "lavra e comércio de minerais" subiu de 17,6%, em 1963, para 23,5% em 1964 sobre inversões próprias brutas. No mesmo período, essa taxa sobre inversões próprias líquidas passou de 20,0% para 27,1% e sobre capital nominal de 31,8% para 43,2%.

Examinando o assunto sob o ângulo individual de cada empresa, essas taxas de lucros apresentam resultados inteiramente distintos. Enquanto as empresas do ramo "ferro" (extração e comércio, inclusive e principalmente de exportação) tiveram suas taxas de lucros bem aumentadas, os não-ferrosos registraram decréscimos violentos em seus lucros relativos. É o que se verifica pelos dados comparativos insertos no QUADRO XIV.

Evidentemente, há que levar em consideração o fato de as empresas do ramo dos não-ferrosos terem feito substanciais realizações em seu ativo fixo, ainda que

XI — ORIGEM E DESTINO DAS INVERSÕES EM 1964
(Em milhões de cruzeiros)

R A M O	O R I G E M										D E S T I N O					
	E X T E R N A				I N T E R N A						I M O B I L I Z A D O		D I S P O N Í V E L	R E A L I Z Á V E L		T O T A L D O D E S T I N O
	Capital	E x i g í v e i s		Total	R e s e r v a s		Depreciações	Reavaliações	Total	TOTAL D A O R I G E M	Reavaliações	Nôvo		Estoques	Outros	
		Bancos	Outros		Incorp. ao capital	Novas										
Ferro	4 009	3 025	27 323	34 357	7 400	29 662	9 142	8 800	55 004	89 361	30 075	13 041	8 186	9 706	27 993	89 361
Outros metais	1 842	61	16 075	17 978	4	— 1 296	3 945	15 112	17 765	35 743	21 533	3 753	37	2 338	8 082	35 743
Diversos	9 357	1 030	6 021	16 408	993	2 789	1 355	4 901	10 038	26 446	4 963	6 765	148	501	14 069	26 446
TOTAL	15 208	4 116	49 419	68 743	8 397	31 155	14 442	28 813	82 807	151 550	56 571	23 919	8 371	12 545	50 144	151 550

XII — ATIVO E INVERSÕES
(Em milhões de cruzeiros)

R A M O	N.º DE SOCIEDADES	A T I V O		A T I V O		A T I V O R E A L I Z Á V E L				I N V E R S Õ E S					
		I M O B I L I Z A D O		D I S P O N Í V E L		E s t o q u e s		O u t r o s		T o t a i s		P r ó p r i a s B r u t a s		P r ó p r i a s L í q u i d a s	
		1963	1964	1963	1964	1963	1964	1963	1964	1963	1964	1963	1964	1963	1964
Ferro	9	53 330	96 806	2 482	10 668	11 743	21 449	17 047	45 040	84 602	173 963	52 983	111 996	47 744	97 615
Outros metais	13	13 270	38 556	1 146	1 183	1 827	4 165	15 376	23 458	31 619	67 362	20 297	39 904	15 825	31 487
Diversos	47	6 189	17 917	993	1 141	1 530	2 031	11 287	25 356	19 999	46 445	11 853	31 248	11 297	29 337
TOTAL	69	72 789	153 279	4 621	12 992	15 100	27 645	43 710	93 854	136 220	287 770	85 133	183 148	74 866	158 439

XIII — PASSIVO E LUCROS
(em milhões de cruzeiros)

R A M O	PASSIVO NÃO EXIGÍVEL						PASSIVO EXIGÍVEL				L U C R O					
	Capital nominal		Reservas e provisões		Depreciações acumuladas		Bancos		Outros		Total		Retido		Distribuído	
	1963	1964	1963	1964	1963	1964	1963	1964	1963	1964	1963	1964	1963	1964	1963	1964
Ferro	29 057	49 266	18 687	48 349	5 239	14 381	2 552	5 577	29 067	56 390	7 533	38 465	6 223	35 676	1 310	2 789
Outros metais ...	9 116	26 074	6 709	5 413	4 472	8 417	181	242	11 141	27 216	6 050	771*	2 684	— 1 254	3 366	2 025
Diversos	8 955	24 206	2 342	5 131	556	1 911	1 826	2 856	6 320	12 341	1 426	3 743	590	2 775	836	968
TOTAL	47 128	99 546	27 738	58 893	10 267	24 709	4 559	8 675	46 528	95 947	15 009	42 979	9 497	37 197	5 512	5 782

(*) Os lucros da principal empresa referem-se a 3 meses.

XIV — PERCENTAGENS

R A M O	R E N T A B I L I D A D E						I N V E R S Õ E S P R Ó P R I A S				A P L I C A Ç ã O D E L U C R O S				S O L V Ê N - C I A	
	S/inversões próprias brutas		S/inversões próprias líquidas		S/capital nominal		Imobilizadas		Em giro		Retidos		Distribuídos			
	1963	1964	1963	1964	1963	1964	1963	1964	1963	1964	1963	1964	1963	1964	1963	1964
Ferro	14,2	34,3	15,8	39,4	25,9	17,2	99,3	86,4	0,7	13,6	82,7	92,7	17,3	7,3	101,1	124,5
Outros metais ...	29,8	2,0	38,2	2,4	66,0	3,0	65,4	96,6	34,6	3,4	44,4	—	55,6	—	162,1	104,9
Diversos	12,0	12,0	12,6	12,8	15,9	15,5	52,2	57,3	47,3	42,7	41,4	74,1	58,6	25,9	169,5	187,7
TOTAL	17,6	23,5	20,0	27,1	31,8	43,2	85,5	83,7	14,5	17,3	63,3	86,5	36,7	13,5	124,2	128,5

isso não baste para justificar a queda da taxa de lucros sobre capital nominal (por exemplo) de 66%, em 1963, para 3% em 1964. Na verdade, isso se deve, em parte, a um fato inusitado, pois a principal empresa do ramo alterou o seu período de apuração de lucros e perdas, registrando, em 1964, apenas 3 meses de atividades. Outros elementos, de efeito análogo, devem ter ocorrido, sem que se saiba quais deles.

Reinversões

As empresas do ramo "ferro" em 1964 retiveram 92,7% dos

lucros obtidos, contra 82,7% em 1963. Essa elevada taxa de reinvestimentos tem sido uma constante nas decisões econômicas do empresariado brasileiro, embora no caso ela ultrapasse de muito a média dos demais setores econômicos (75%).

Quanto ao ramo "outros metais" (não-ferrosos), não é possível proceder-se à análise do problema pelos motivos expostos. E em relação às demais empresas (ramos diversos), essa taxa passou de 41,4% em 1963 para 74,1% em 1964, com um acréscimo relativo, portanto, de 80%.

Banco Sul Americano do Brasil, S. A.

Matriz: SÃO PAULO

Rua Álvares Penteado, 65 — C. Postal 8.222

End. Telegráfico: SULBANCO — Patente N.º 2 948

Capital e Reservas Cr\$ 5.194.000.000

AGÊNCIAS

Alvares Machado — Andradas (M. Gerais) — Auriflama — Balsamo — Burlitama — Campinas — Capivari — Caraguatatuba — Catanduva — Cianorte (Paraná) — Cruzeiro — Curitiba (Paraná) — Engº Schmidt — Fernandópolis — Guapiaçú — Itaguagé (Paraná) — Itapevi — Jacaré — José Bonifácio — Leme — Londrina (Paraná) — Lorena — Louveira — Macauba — Maringá (Paraná) — Mirante de Paranapanema — Neves Paulista — Paranaguá (Paraná) — Penápolis — Pindamonhangaba — Pindorama — Pinhal — Piracicaba — Pirapózinho — Poloni — Presidente Prudente — Ribeirão Preto — Rio de Janeiro — Rio de Janeiro, Urbana — Santa Albertina — Santos (Centro) — Santos (Mercado) — São João do Caiuá (Paraná) — São José dos Campos — São José do Rio Preto — Tatui — Uberaba (Minas Gerais) — Umuaçama (Paraná) — Vinhedo — Urbana nº 1, Centro — Urbana nº 2, Vila Prudente — Urbana nº 3, Belénzinho — Urbana nº 4, Av. São João — Urbana nº 5, Mercado (São Paulo) — Urbana nº 6, Jardim América — Urbana nº 7, Pça. da República — Urbana nº 8, Molho Velho — Urbana nº 9, Brig. Luiz Antônio — Urbana nº 10, São Luiz — Urbana nº 11, Ipiranga — Urbana nº 12 — Mooca — Urbana nº 13, Vila Leopoldina — Urbana nº 14, Álvares Penteado — Urbana nº 15, Almirante Barroso.

**TODAS AS OPERAÇÕES BANCARIAS
INCLUSIVE CAMBIO**

CUSTOS —

PRINCÍPIOS, CÁLCULO E CONTABILIZAÇÃO

Professor Américo Matheus Florentino

“No presente trabalho, vindo a lume em época das mais oportunas — exatamente quando os economistas brasileiros travam a árdua batalha de vencer a inflação e estabilizar os custos —, o Professor Américo Florentino expõe com clareza e precisão os aspectos econômicos e administrativos que envolvem os problemas de custos”.

Alim Pedro

Atende-se pelo Reembolso Postal

Pedidos à
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

Praia de Botafogo, 186 — C. Postal 4081-ZC-05 — Tel.: 46-4010
Rio de Janeiro, GB — Brasil



A RODOVIA NO COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

Com o início efetivo das atividades da ALALC-Associação Latino-Americana de Livre Comércio, em fim de 1961/início de 1962, passou a se intensificar o tráfego rodoviário entre o Brasil e os países platinos, já agora estendendo-se igualmente em direção ao Paraguai, face à inauguração, em meados do 1.º semestre de 1965, da Ponte Internacional da Foz do Iguaçu. Estudos realizados no IPR-Instituto de Pesquisas Rodoviárias assinalam amplas perspectivas que, a curto, médio e longo prazos, se oferecem ao nosso comércio exterior, através das estradas de rodagem que ligam importantes áreas brasileiras a outros países limítrofes ou não (como o Chile, via Argentina, e o Equador, via Peru).

Mostram tais estudos que duas formas básicas compuseram o comércio exterior por rodovia mantido inicialmente com a Argentina e o Uruguai: mediante baldeio de cargas nos postos aduaneiros de fronteira (entre empresas rodoviárias brasileiras e platinas) e por intermédio da penetração dos próprios caminhões brasileiros nesses países, levando as cargas diretamente até Buenos Aires, Montevideu e outros pontos, satisfeitas as exi-

gências alfandegárias e fiscais. É este segundo tipo, o da viagem direta, que vem prevalecendo ultimamente.

COMÉRCIO RODOVIÁRIO COM O PRATA, PARAGUAI E BOLÍVIA

Assim, após a concessão a algumas empresas brasileiras de transporte de cargas, de diversas permissões de caráter provisório para esse tipo de viagens diretas, as Secretarias de Transportes da Argentina e do Uruguai concede-

ram, em meados de janeiro de 1965, a primeira autorização definitiva à empresa brasileira Transportadora Coral S. A. Continuam também operando nesse transporte, na área platina, a Expresso Rio Grande—S. Paulo e a Sulina.

Ao Paraguai vão as empresas brasileiras Glória, Brasil—Paraguai e Rodofiel; à Bolívia, o Cuiabano e o Expresso Real, tudo indicando que, em futuro não remoto, essas duas últimas companhias, pelo menos, se dirijam ao Peru e, através dêste, ao Equador e Colômbia.

Aliás, parece, pensamento do Grupo Coral (que integra também o Consórcio Rodoviário Latino-Americano) ir até o Chile, via Mendoza, desde que o governo argentino autorize o percurso dessa empresa ou do Consórcio pelo território portenho.

Para que se tenha idéia do vulto que toma essa parcela do comércio exterior do Brasil, por estradas de rodagem, basta assinalar que em 1964 por elas exportamos cerca de 7 mil t de mercadorias diversas (70% para a Argentina e 30% para o Uruguai), contra 2 mil t em 1963 e menos de mil t em 1962.

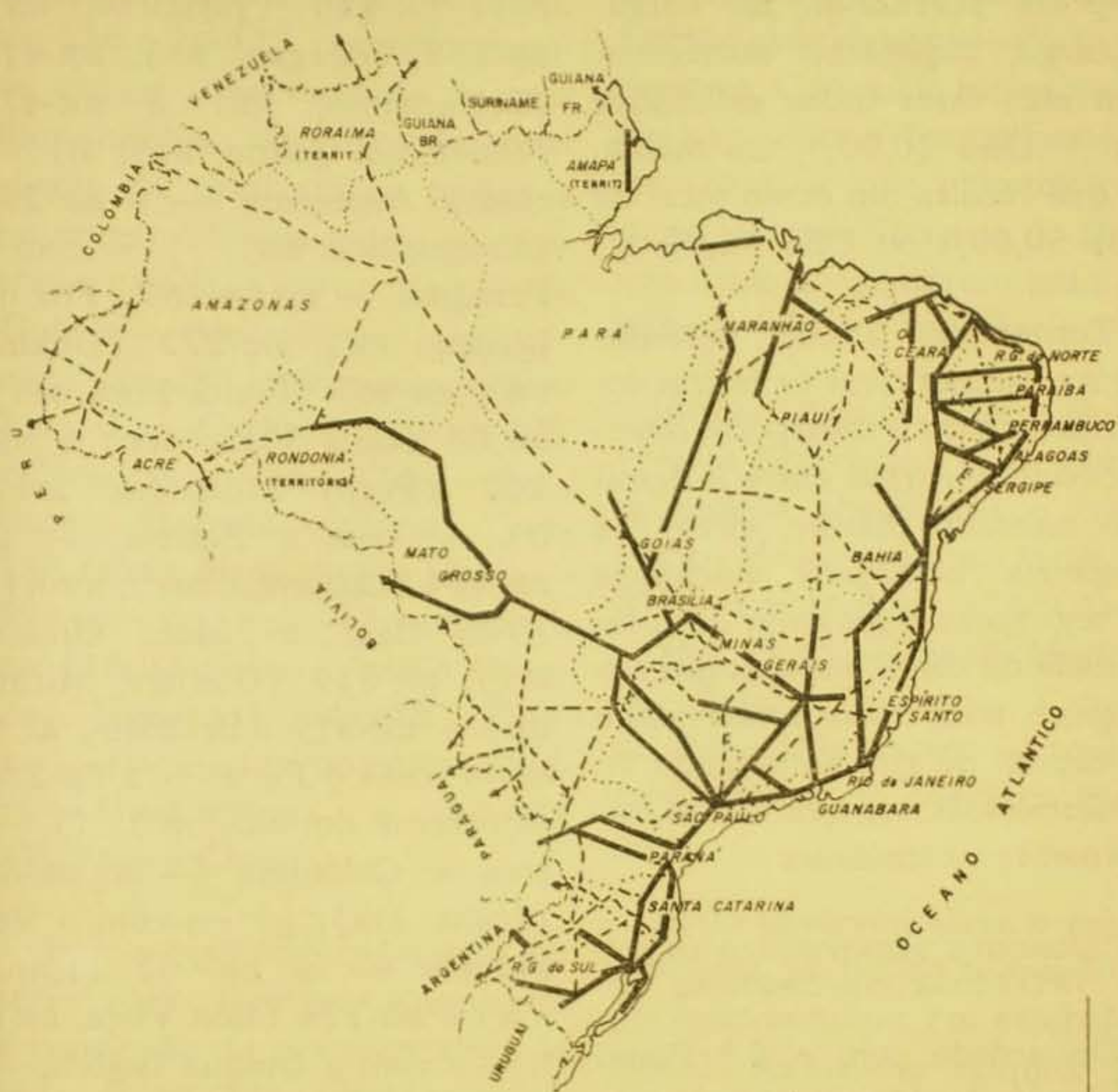
Exportamos por estradas de rodagem: para a Argentina — artigos eletrônicos, máquinas de costura, autopeças, juta em tela,

contraplacados de madeira, tijolos refratários, banana, mate, chá, máquinas operatrizes e afins, empilhadeiras, implementos para tratores etc.; para o Uruguai — chapas e perfilados de ferro e aço (cerca de 50% do total), elevadores, máquinas, banana (20%), mate, chá etc. Em contrapartida, importamos por estrada de rodagem: da Argentina — máquinas beneficiadoras de arroz, frutas secas e frescas, cidra, azeite de oliva, conservas, negro-de-fumo etc.; do Uruguai — vidro plano, cevada etc.

TARIFAS RODOVIÁRIAS COMPETITIVAS

Nesse transporte rodoviário internacional de cargas, que dia a dia ganha importância, a base tarifária média é, a preços de março de 1965, da ordem de US\$ 0,01.7/t km. Corresponde tal base a uma tarifa de US\$ 55,00/t de mercadoria transportada de S. Paulo (Rio ou Belo Horizonte) a Buenos Aires, e de cerca de US\$ 40,00/t de mercadoria, também de S. Paulo (Rio ou Belo Horizonte) a Montevideu.

Por via marítima, a tarifa ou frete médio entre Rio e Buenos Aires, ou Rio e Montevideu, é de respectivamente US\$ 30,00/t ou US\$ 28,00/t. A êsses valores se acrescentam os fretes de transporte



ESCALA
1:20 000 000

LEGENDA:

— PAVIMENTADA

- - - PLANEJADA

FONTE: DNES

terrestre entre o ponto de origem da carga e o pôrto de embarque, e entre o pôrto de desembarque e o ponto de destino, além de despesas portuárias, de carga-descarga, capatazia, armazenagem etc., êstes todos estimados em + US\$ 20,00/t, em média, do que resulta um custo total de US\$ 50,00/t ou US\$ 48,00/t.

Tornam-se, assim, perfeitamente competitivas as tarifas rodoviárias para o transporte internacional de cargas entre o Brasil e o mercado platino, além das inegáveis vantagens adicionais de segurança e garantia da integridade da carga, rapidez nas entregas e, pois, maior rotatividade do capital de giro empregado no comércio exterior que utiliza basicamente o caminhão.

LIGAÇÕES RODOVIÁRIAS DE INTERESSE CONTINENTAL

De acôrdo com o 9.º Plano Nacional de Viação (aprovado ao findar 1964), uma das condições alternativas essenciais para que uma estrada de rodagem seja considerada *rodovia nacional* é ligar duas ou mais capitais estaduais ou ponto importante da orla marítima com a fronteira terrestre, através de um ou mais Estados ou Territórios.

São, assim, ligações rodoviárias internacionais, nos pontos ou áreas indicados: a) — com o Uruguai — as BR-471 (Chuí, RS), BR-116 (Jaguarão, RS), BR-153 (Aceguá, RS), BR-473 (Livramento, RS) e BR-472 (Barra do Quaraí, RS); b) — com a Argentina — a BR-290 (Uruguaiana, RS); c) — com o Paraguai — as BR-369 (Foz do Iguaçu, PR), BR-272 (Guaira, PR), BR-463 (Ponta Porã, MT), BR-60 (Bela Vista, MT) e BR-267 (Pôrto Murtinho, MT); d) — com a Bolívia — as BR-454 (Corumbá, MT), BR-416 (Vila Bela de Mato Grosso, MT), BR-319 (Guajará Mirim, RD) e BR-317 (Brasiléia, AC); e) — com o Peru — a BR-236 (Cruzeiro do Sul, AC); f) — com a Colômbia — a BR-80 (Içana, AM); g) — com a Venezuela — as BR-402 (Içana, AM) e BR-174 (Boa Vista, RR); h) — com a Guiana Inglesa — a BR-401 (Boa Vista, RR); i) — com a Guiana Francesa — a BR-156 (Oiapoque, AP).

PRIORIDADES NAS LIGAÇÕES RODOVIÁRIAS INTERNACIONAIS

Dado que os caminhões do transporte internacional Brasil-Prata atravessam, geralmente, a

fronteira em Uruguaiana (em frente a Paso de Los Libres), BR-290, quando se destinam à Argentina, e em Jaguarão (Rio Branco) e Livramento (Rivera), BR-116 e BR-473, respectivamente, cresce a necessidade de melhoramentos, reconstrução, conclusão da implantação básica e pavimentação das rodovias e trechos: BR-290 (Pôrto Alegre—S. Gabriel—Alegrete—Uruguaiana), BR-285 (Vacaria—Passo Fundo—Caràzinho), BR-377 (Caràzinho—Cruz Alta—Santiago—Alegrete—Quaraí), BR-158 (Cruz Alta—Santa Maria—Rosário do Sul—Livramento), BR-116 (Pelotas—Arroio Grande—Jaguarão), BR-293 (Pelotas—Bagé—Livramento—Quaraí—Uruguaiana) e BR-471 (Pelotas—Chuí).

Para o comércio rodoviário exterior com o Paraguai, é essencial a conclusão da pavimentação de toda a BR-277 (Paranaguá—Curitiba—Irati—Relógio—Foz do Iguaçu), bem como a conclusão da construção e pavimentação dos trechos Jandaia do Sul—Campo Mourão—Cascavel (BR-368), Itapetininga—Ibaiti—Campo Mourão (BR-272), Sorocaba—Avaré—Ourinhos (BR-374), Lajes—Joaçaba—Xanxe-

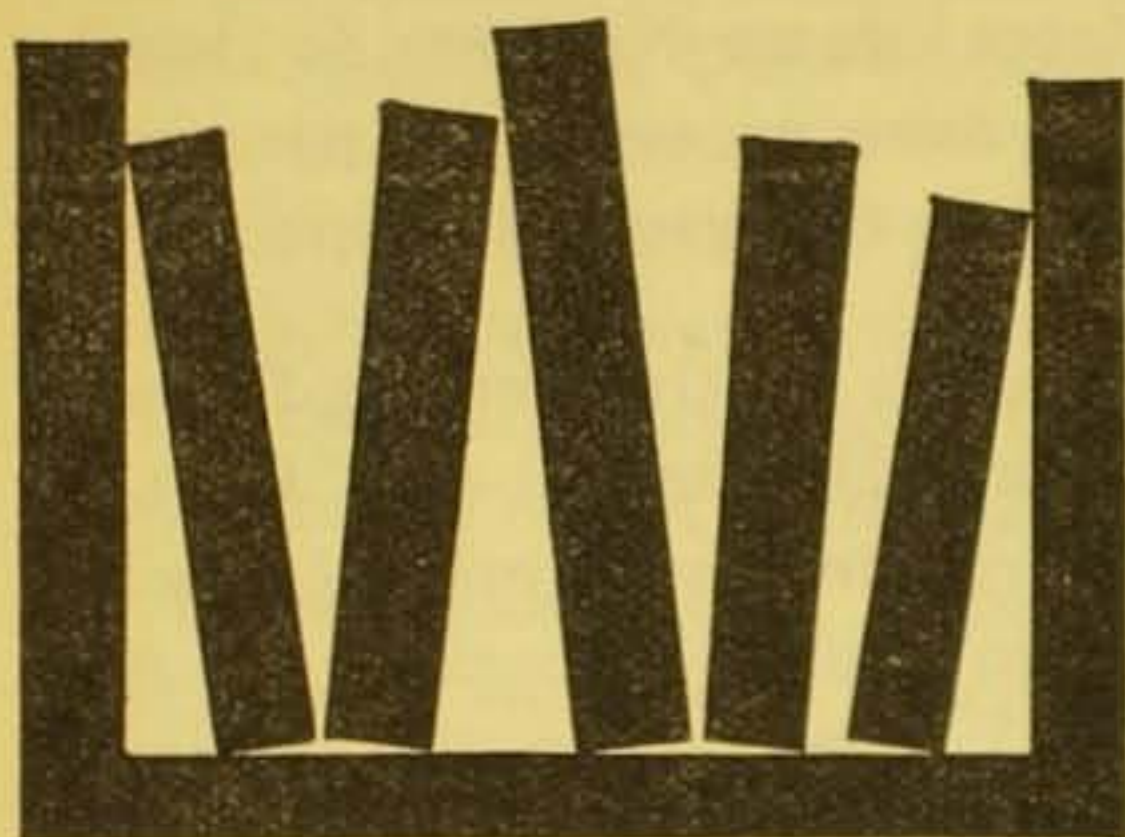
rê (BR-470), e Itajaí—Blumenau—Curitibanos (BR-470).

Quanto à ligação com a Bolívia, aparece como prioritário o trecho Aquidauana—Pôrto Esperança, Corumbá, inclusive desde logo com o “assoalhamento” das obras de arte (pontes e viadutos) da EF Noroeste do Brasil, que disso necessitarem para permitir o trânsito rodoviário.

Ainda relativamente à Bolívia (Norte Boliviano) e ao Peru, a prioridade abrangeria o trecho Pôrto Velho—Abunã (da BR-319) e toda a BR-236 (Abunã—Rio Branco—Sena Madureira—Feijó—Tarauacá—Cruzeiro do Sul—Vila Japim—Fronteira com o Peru, em direção a Pucallpa).

É de observar, aliás, o grande interesse há pouco reiterado, do governo peruano, em estabelecer ligação rodoviária daquele país com o Brasil, em mais de um ponto, especialmente agora que a República irmã desenvolve ambicioso plano de valorização da Amazônia peruana.

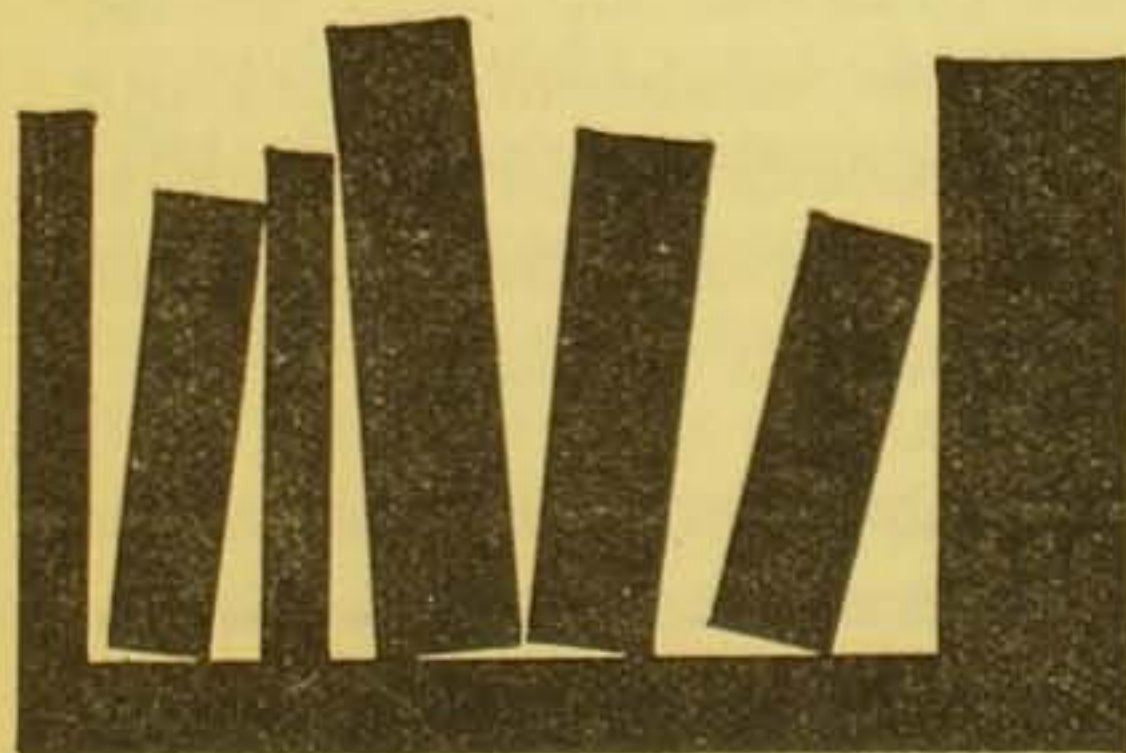
Também em futuro não remoto, parece recomendável a intensificação das obras de implantação tanto do trecho Manaus—



Livros e periódicos sobre Administração (Pública e de Empresas), Ensino, Economia, Psicotécnica, Direito Administrativo, Direito Público e Ciência Política.

Peçam catálogos e informações ao Serviço de Publicações da Fundação Getúlio Vargas. — Praia de Botafogo, 186 — Caixa Postal 4081 - ZC 05 — Rio de Janeiro - GB - Brasil

Atende-se pelo reembolso postal



Caracarái—Boa Vista, da BR-174, como de seu prosseguimento Boa Vista—Fronteira da Venezuela (direção a Santa Helena) e da BR-401 (Boa Vista—Fronteira da Guiana Inglesa, direção a Georgetown), além da conclusão da BR-156 no trecho Calçoene—Lourenço—Oiapoque—Fronteira da Guiana Francesa (direção a Caiena).

Já o comércio rodoviário exterior com a Colômbia tem a obstá-lo, a curto e médio prazos, as difíceis condições e a ainda pequena motivação atual, através do trecho Manaus—Tapuruquara—Içana—Fronteira da Colômbia. E o comércio com o Equador se fará indiretamente, através do Peru, igual podendo ocorrer com a Colômbia (via Peru ou Venezuela).

Afiguram-se amplas as possibilidades e perspectivas desse comércio por estradas de rodagem, no país, tudo indicando que, em futuro não remoto e na medida do sucesso da ALALC (núcleo do futuro Mercado Comum Latino-Americano), passe tal intercâmbio a representar parcela substancial do comércio exterior do Brasil.

A QUEM PERTENCE A INDÚSTRIA ALEMÃ?

Foi o *Deutsche Bundesbank*, o banco central da República federal da Alemanha, quem, baseando-se em ampla pesquisa, tentou dar resposta precisa a esta pergunta. Sem dúvida, o problema não interessa apenas aos alemães, mas também — pelo menos na Europa — a outros povos. Em numerosos países e sobretudo naqueles cuja economia fêz grandes progressos nos últimos 10 anos, o público quer saber qual é no momento a participação do capital estrangeiro nas minas, fábricas, transportes, em suma, no equipamento técnico da nação.

Ninguém contesta que a cooperação estreita com o capital estrangeiro foi necessária logo após a guerra, para reconstruir as instalações destruídas e modernizar o equipamento em parte usado e em parte negligenciado durante os anos da guerra. Entretanto, o período de reconstrução e modernização praticamente terminou mas o capital estrangeiro permaneceu no país.

Este participou do período de expansão e de prosperidade e reinvestiu seus lucros na economia nacional. Além disso, os lucros elevados — muitas empresas européias há longos anos pagam aos seus acionistas dividendos de 12-15% — atraíram capitais estrangeiros, em particular

norte-americanos, que não vieram no primeiro período do pós-guerra, quando os riscos de uma participação lhes pareciam demasiadamente grandes.

Em diversos países europeus e especialmente na Alemanha ocidental, já se tomaram severas medidas para impedir o afluxo

de capital estrangeiro e evitar que o antigo saia do país. A medida mais radical foi a dedução de 25% dos lucros dos estrangeiros não residentes na Alemanha. Embora este "impôsto de compensação" haja entrado em vigor unicamente a 1.º de julho último, há 1 ano já vem causando verdadeiro êxodo de capitais estrangeiros, notadamente investimentos sob a forma de empréstimos governamentais e obrigações industriais. Esta saída em massa — calculada em vários bilhões de marcos — muito contribuiu para a baixa dos respectivos títulos. É, portanto, provável que o total dos capitais estrangeiros investidos na Alemanha era há um ano ainda mais importante que o da época da pesquisa do Bundesbank, que se refere aos investimentos existentes no fim de 1964.

TRÊS MODALIDADES DE AVALIAR OS INVESTIMENTOS

Sob outros aspectos ainda, a pesquisa do Bundesbank procura evitar tudo que possa crescer exageradamente as cifras dos investimentos estrangeiros. Ela se limita aos investimentos diretos, isto é, a participações duráveis do capital estrangeiro no ativo das sociedades e de outras firmas estabelecidas no país, eliminando assim tôdas as inversões sob a forma de crédito a longo prazo

e os títulos de renda fixa, embora precisamente esta última categoria desempenhe importantíssimo papel na Alemanha.

Restam praticamente as participações do capital estrangeiro nas sociedades anônimas, de responsabilidade limitada e outras modalidades de associação de capitais e de pessoas, visto como a participação dos estrangeiros em firmas individuais não incorporadas é pouco significativa.

Há três modos de precisar o valor das participações: segundo o capital nominal, segundo o capital + reservas e segundo o valor ao preço do mercado, estimado conforme os preços das ações negociáveis na bolsa. Seguramente esta última avaliação está sujeita a grandes variações, mas ela é sempre mais realista do que o cálculo aparentemente mais exato na base do capital nominal; na Alemanha os preços das ações negociadas na bolsa representam ainda hoje, após longa e forte baixa, 350-400% do capital nominal.

As avaliações do capital americano investido no exterior, efetuadas anualmente pelo Dept.º de Comércio dos Estados Unidos, renunciam à estimativa na base do valor bolsista, mas compreendem, além do capital nominal, as reservas, portanto, o total de meios próprios das sociedades e ademais os investimentos sob a

forma de empréstimos, em síntese, aproximadamente o dobro do capital nominal e, em muitos casos, mais. Ao contrário, a pesquisa do Bundesbank refere-se unicamente ao capital nominal.

Não obstante esta limitação pouco realista, as cifras finais são impressionantes. Em fins de 1964, o total das participações estrangeiras no capital nominal das sociedades anônimas e em outras formas de sociedades de capital montava a 10,4 bilhões de DM, ou seja, 2,6 bilhões de dólares. Seu valor efetivo — baseado nos preços pagos à bolsa da época — correspondia a cerca de 10 bilhões de dólares e se eleva hoje a 9 bilhões. A participação do capital estrangeiro no capital total dessas sociedades era de 16%, enquanto a do capital estrangeiro em outras firmas alemãs só atingia 740 milhões de DM (185 milhões de dólares), isto é, menos de 1% do capital total. Mas a primeira categoria, na qual aproximadamente 1/6 do capital pertence aos estrangeiros, compreende a quase totalidade das grandes empresas, enquanto as médias e pequenas pertencem, como ocorre por toda parte, quase exclusivamente aos nacionais.

PARTICIPAÇÃO DOS DIVERSOS PAÍSES

A divisão do capital em capital nacional e estrangeiro tem

TELEFONE
INTERNACIONAL
SEMPRE AS MAIS RÁPIDAS
LIGAÇÕES!

DISQUE DIRETO

RIO - 52-6000

S. PAULO - 33-4111

SANTOS - 2-7194

O mundo a seu alcance

VIA **RADIOBRÁS**

Cia. Radiotelegráfica Brasileira

Telegramas • Telefone • Telex

• Radiofotos para o Exterior

certamente sua importância para o balanço de pagamentos, assim como sob o aspecto fiscal. O que mais interessa ao público, todavia, é a subdivisão do capital estrangeiro; em outras palavras: de onde vem ele. Este problema assumiu cada vez mais caráter político na Europa, sobretudo depois que o governo francês levantou obstáculos à invasão do capital americano. Todavia, os que observam os movimentos do capital internacional não ignoram que há muito tempo os investimentos americanos na França são relativamente fracos. Por exemplo, na indústria automobilística inglesa e alemã a participação do capital americano é muito maior do que na francesa.

A principal causa da abstinência americana em relação à França não foi de ordem política, mas monetária. Os americanos não gostam de investir nos países de moeda instável e os 44 anos de inflação francesa (de 1914 a 1958) afetaram, por conseguinte, o afluxo de capitais americanos. Na Alemanha, a rápida estabilização da nova moeda, criada em 1948 sob os auspícios americanos, tornou mais atraente o investimento de capital estrangeiro. A ocupação americana também favoreceu naturalmente a ligação financeira e econômica dos 2 países.

Levando em conta estes fatores, a predominância dos investimentos americanos entre os capitais estrangeiros na Alemanha não surpreende. Segundo o Bundesbank, ela representa apenas 1/3 dos 40 bilhões de dólares — capital nominal e efetivo — em mãos dos estrangeiros.

O que mais admira é a importante participação do capital holandês, que ocupa, com 17,4%, o 2.º lugar entre os investimentos estrangeiros. Segue-se pouco depois a Suíça, com 16%. Mas, como o mercado de capitais na Suíça é em grande parte alimentado por dinheiro de outras fontes, em particular americana, é provável que os investimentos originários dos Estados Unidos

sejam em realidade mais elevados do que indica a estatística do Bundesbank, que lhes atribui somente 34,1%. Uma relação semelhante existe, parece, entre a participação inglesa (9,8%) e a holandesa, quase duas vezes maior que aquela. Nos investimentos destes dois últimos países, o petróleo ocupa lugar de destaque. É sobretudo o grupo anglo-holandês da Royal Dutch-Shell que trabalha através de suas sucursais na Alemanha. Parece, entretanto, que o capital misto deste grupo figura em maior parte sob a rubrica "Holanda". Nos investimentos americanos o petróleo também prepondera. Em síntese, as instalações das companhias de petróleo constituem 18,3% dos investimentos estrangeiros totais.

Diversos pontos um pouco obscuros se esclareceriam provavelmente se o Bundesbank ou outro órgão fizesse uma pesquisa paralela sobre os investimentos do capital alemão em outros países, porque freqüentemente o entrelaçamento internacional das grandes empresas se efetua através da troca de ações. Em todo caso, pesquisas análogas às do banco central alemão deveriam ser empreendidas também em outros países para divulgar a verdade e evitar falsos rumores.

**SAFRA S.A.****CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS**

FUNDADOR: J. E. SAFRA

CARTA DE AUTORIZAÇÃO N.º 51 DA SUMOC

SAO PAULO: RUA LIBERO SADANO, 283 - 30 ANDAR SEDE PROPRIA - FONES: 37-3386 E 37-4191 - ENDEREÇO TELEGRÁFICO: SAFRABRAS - AGENCIA: RUA AUGUSTA, 1888/1528 - FONE: 31-8271

RIO DE JANEIRO: AV. GRAÇA ARANHA, 174 CONJ. 1317 - FONE: 52-4440

*CORRESPONDENTES: CURITIBA - PORTO ALEGRE - BAGE - BELO HORIZONTE - MACEIO - SALVADOR - RECIFE - SANTOS - CAMPINAS - RIBEIRAO PRETO

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em cumprimento a disposições legais e estatutárias, a Diretoria da Safra S/A — Crédito, Financiamento e Investimentos, apresenta aos seus Acionistas as contas referentes ao primeiro semestre do ano em curso, compreendendo o Balanço Geral, encerrado em 30 de junho de 1965. Demonstração da Conta de Lucros e Perdas e respectivo Parecer do Conselho Fiscal. Neste ensejo, faz acompanhar os aludidos documentos do presente Relatório, no qual procura traçar, em rápido escôrcço, o panorama das atividades sociais desenvolvidas no período de 2 de janeiro a 30 de junho de 1965.

EVOLUÇÃO DOS ACEITES CAMBIAIS

1962	1963		1964		1965	TOTAL
2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	
1.333.056.000	3.743.700.000	4.176.300.000	9.441.300.000	15.402.700.000	21.588.500.000	55.685.556.000

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 1965

A T I V O			P A S S I V O		
A — DISPONIVEL			F — NÃO EXIGIVEL		
Caixa	22.197.802		Capital		
Bancos	1.396.085.849	1.418.283.651	Acionistas		
			Nacionais 314.000.000		
B — REALIZAVEL			Acionistas		
Devedores P/ Res-			Estrangei-		
pensabilidades Cam-			ros	36.000.000	350.000.000
biais	23.287.147.813				
Devedores P/ Finan-			Aumento de Capital	437.500.000	
ciamento - FINAME	174.765.136		Fundo de Reserva Le-		
Devedores Diversos.	838.420.386		gal	105.000.000	
Obrig. Reajust. do			Fundo de Reserva Es-		
Tesouro Nac. ao			pecial	355.514.667	
Portador	513.187.500		Fundo de Previsão ..	800.000.000	
Titulos e Valores Mo-			Fundo de Indeniz.		
biiliários	53.086.880		Trabalhista		
Titulos Descontados	196.839.425		— Lei 4.357	6.394.645	
Titulos Negociados			Fundo de Amortização		
em Participação ..	8.321.360		do Ativo Fixo	41.820.748	
Sociedade em Conta			Correção Monetária		
de Participação ...	140.000.000		no Imobilizado ...	3.769.940	2.100.000.000
Depósitos à Ordem do					
Banco Central	39.510.900		G — EXIGIVEL		
Empr. Compulsórios			Letras de Câmbio ..	24.463.100.000	
— Leis 1.474 e 4.242	25.356.108		Refinanciamento — FINAME ..	174.765.136	
Obrigações do Tesou-			Credores p/ Financia-		
ro Nacional	34.107.000		mento — FINAME ..	92.073.446	
Créd. em liquidação	740.000		Credores P/ Respon-		
Ações em Outras Em-			sabilidades Cambiais	150.129.483	
prêças	195.141.000		Credores P/ Opera-		
Superint. Desenv.			ções Pré-Determi-		
Nordeste - SUDENE			nadas	283.959.400	
— Lei 4.239	53.900.000		Credores Diversos ..	17.725.652	
Outros Valores	8.872.088	25.569.395.596	Impostos e Contribui-		
			ções a Pagar	113.742.777	25.295.495.900
C — IMOBILIZADO					
Móveis e Utensílios .	119.059.395		H — RESULTADO PENDENTE		
Máq. de Escritório ..	48.291.737		Comissões a Diferir .	409.192.000	
Instal. de Escritório	108.755.754		Juros e Descontos a		
Veículos	34.015.480		Vencer	226.926	
Edif. de Uso Próprio	426.871.296	736.993.662	Lucros e Perdas ...	8.670.200	418.089.126
D — RESULTADO PENDENTE					
Material de Expe-			I — CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
diente	27.757.034		Caução da Diretoria	40.000	
Despesas a Diferir	61.155.033	83.912.117	Contratos de Seguros	651.492.600	
E — CONTAS DE COMPENSAÇÃO			Outros Valores	3.084.626	654.617.226
Ações Caucionadas .	40.000				
Seguros Contratados	651.492.600				
Outros Valores	3.084.626	654.617.226			
		28.468.202.252			28.468.202.252

São Paulo, 30 de julho de 1965 — MOISE Y. SAFRA, Diretor Superintendente; JOSEPH SAFRA, Diretor Financeiro; JOSEF SCIOTTI, Economista CREP — SP — 1.007; WILSON CARLOS DE AGUIRRA, Tec. em Contabilidade CRC — SP — 38.192.

PARA LEIGOS E CONTABILISTAS

A teoria e a prática contábeis nem sempre andaram lado a lado nas escolas.

Américo M. Florentino conseguiu superar largamente este problema, expondo metodologicamente a teoria, e armando o leitor de conhecimentos que têm validade de aplicação em qualquer setor da Contabilidade, sem sujeitá-lo às soluções de esquemas rígidos.

TEORIA E ANÁLISE CONTÁBIL

é essencialmente uma obra didática,
um manual para contabilistas, além de interessar
a outros profissionais :
advogados ;
economistas ;
administradores ;
engenheiros
e aos leigos
que careçam de uma visão global da Contabilidade.

Informações:

TEORIA E ANÁLISE CONTÁBIL — Américo M. Florentino
2ª edição — Impresso em papel ilustração creme de primeira.
Cartonagem em Cartoplast — 368 páginas.

Pedidos à

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

PRAIA DE BOTAFOGO, 186 — Cx. Postal 4081 — ZC-05

RIO DE JANEIRO — GB.



CRISE NO MERCADO COMUM

A saída dos delegados franceses da sessão noturna de ministros do Mercado Comum, reunidos em Bruxelas, causou de início em todos os 6 membros dessa instituição verdadeiro pânico — inclusive na França, onde industriais e agricultores se indagavam se eles também não deveriam pagar as conseqüências econômicas desta ruptura inesperada. O motivo imediato do gesto — igualdade dos preços agrícolas para os membros da Comunidade Econômica Européia (CEE) — parece já de somenos importância. O que conta agora é o perigo a que se expõe o Mercado Comum, considerado por diversos membros como um passo decisivo para a união política dos “Seis”.

Sem dúvida, esta concepção, antes política que econômica, influenciou também sobre a decisão do governo francês, que jamais escondeu sua opinião a respeito: a realização de uma união política dos países membros da comunidade econômica, mesmo que desejável, seria prematura. Há ainda outras divergências. O chefe de Estado francês insiste em sua fórmula de “Europa européia”, o que quer dizer: uma Europa independente das ingerências americanas, mas não her-

méticamente fechada para o Leste — fórmula combatida pela maioria dos outros associados da CEE.

Êstes grandes problemas de ordem política, sobre os quais não se chegou sequer à proximidade de uma solução, envenenaram pouco a pouco a atmosfera e tornaram difícil o tratamento das questões econômicas. Todavia, até o início de julho de 1965, sempre se chegava a um compromisso e quando as diver-

gências eram demasiadamente grandes, adiava-se o debate sobre o assunto. Desta vez, não se trata, para os problemas puramente econômicos, de adiamento, ou de crise apenas, mas de bloqueio.

A AUSÊNCIA DA FRANÇA

Por certo, os serviços da CEE, em particular a Comissão Executiva do Mercado Comum em Bruxelas, que em alguns anos se transformou num gigantesco aparelho burocrático ocupando mais de mil pessoas, continuam a funcionar e a despachar os assuntos correntes. Mesmo os funcionários franceses conservaram os seus lugares. Mas, evidentemente, a engrenagem do aparelho ficará defeituosa se o bloqueio se prolongar. Isto porque tôdas as decisões importantes da CEE devem ser tomadas unânimeamente. A ausência dos representantes franceses não significa, portanto, simples lacuna, mas sério obstáculo.

Não é possível expulsar a França e restringir-se a uma organização dos "Cinco", ao invés dos "Seis", sem destruir o aparelho todo, tanto mais quanto boa parte da opinião na Alemanha, notadamente os partidários do ex-chanceler Adenauer, são contra uma ação desse tipo. E como a França e a Alemanha representam mais da metade de todos

os negócios que se referem ao Mercado Comum, uma CEE sem seus dois principais membros perderia o prestígio e razão de ser, pois os três países menores — Holanda, Bélgica e Luxemburgo — já estão ligados entre si pelo "Benelux".

Que fazer então? Uma capitulação pura e simples diante da França parece inadmissível aos outros países membros e mesmo impossível, visto como a França não deseja mais nada. O primeiro-ministro francês declarou que a França abandonou a CEE porque está desinteressada do Mercado Comum. Seria preciso, portanto, encontrar alguns argumentos palpáveis para de novo convencer os franceses da sua utilidade.

Não basta repetir o que já se disse inúmeras vezes: que o intercâmbio entre os "Seis" aumentou mais rapidamente do que o comércio mundial. Isto é verdade, porém é um argumento equívoco, pois as trocas comerciais dos países membros do mercado comum consistem principalmente de produtos acabados e semi-acabados, com preços em alta, enquanto o comércio dos "Seis" com os outros países abrange as matérias-primas cujos preços permaneceram baixos em relação aos dos produtos transformados.

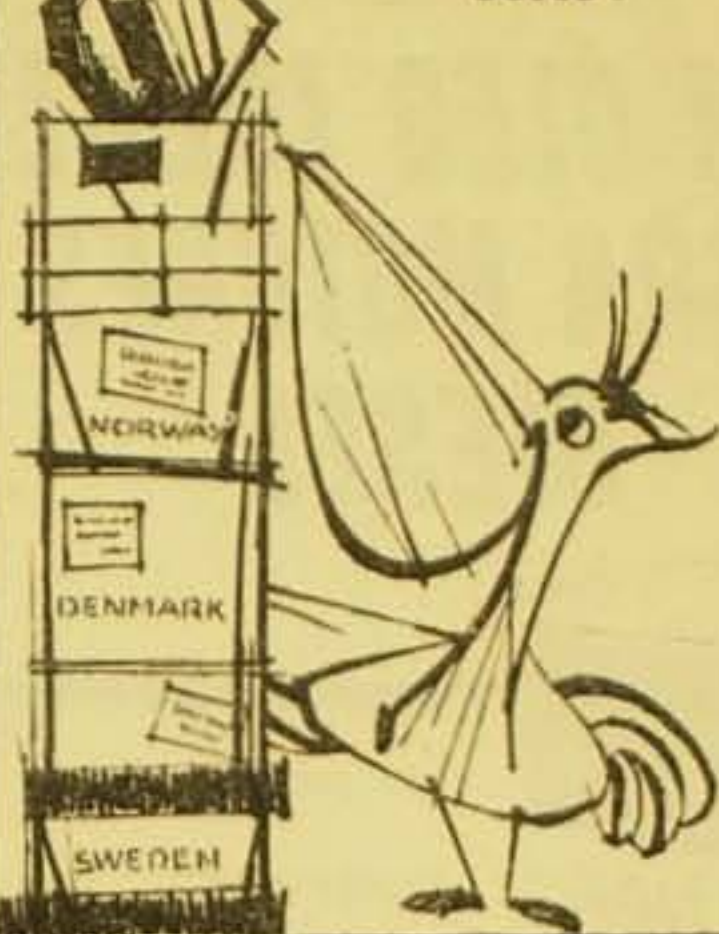
Além disso, a França não é grande beneficiária do Mercado Comum. Este lugar cabe à Alemanha, de quem a França é um dos melhores clientes. O deficit da França no comércio franco-alemão em 1964 ultrapassou 1 bilhão de francos e contribuiu muito para sua balança comercial desfavorável. Sem dúvida, a redução dos direitos alfandegários para os países membros facilitou a entrada de diversas mercadorias francesas em outros países do Mercado Comum, mas para numerosos outros produtos, por exemplo automóveis, a diminuição dos direitos aduaneiros fez, na França, crescer mais as importações do que as exportações.

ALTA DOS PREÇOS

A redução alfandegária, que para os produtos industriais chegou até 70%, falhou inteiramente em relação ao efeito esperado sobre os preços. Às vésperas da abertura do Mercado Comum, todo mundo pensava que, com a ampliação do mercado e do faturamento nos negócios mais importantes, os preços baixariam. Tal queda teria correspondido às teses fundamentais da economia liberal e foi um dos argumentos mais atraentes para os consumidores.

Na realidade, o efeito do "grande mercado para 160 milhões de habitantes" foi bem diverso. O

Para um Brasil melhor
EXPORTAR
é o caminho
certo!



É para o atingimento desse patriótico objetivo, damos à disposição dos homens de negócios, o meio mais seguro e veloz - o frete aéreo a jato!

Eis algumas de suas múltiplas vantagens:

- tempo de entrega substancialmente reduzido
- rotas mais diretas
- inspeção alfandegária mais rápida
- conexões imediatas
- documentação simplificada

Isto tudo significa **e-co-no-mia**... e lucros - se você colocar seu produto no mercado certo.

E, atualmente, o mercado ideal é a

ESCANDINÁVIA

como todos sabem...

Dinamarca - Finlândia - Noruega - Suécia - com seus 20 milhões de habitantes ostentando um dos mais altos padrões de vida da Europa, possuem o poder aquisitivo necessário à compra de produtos categorizados - como o seu!

CONFIE SUAS MERCADORIAS AOS JATOS DC-8 DA



SCANDINAVIAN AIRLINES SYSTEM

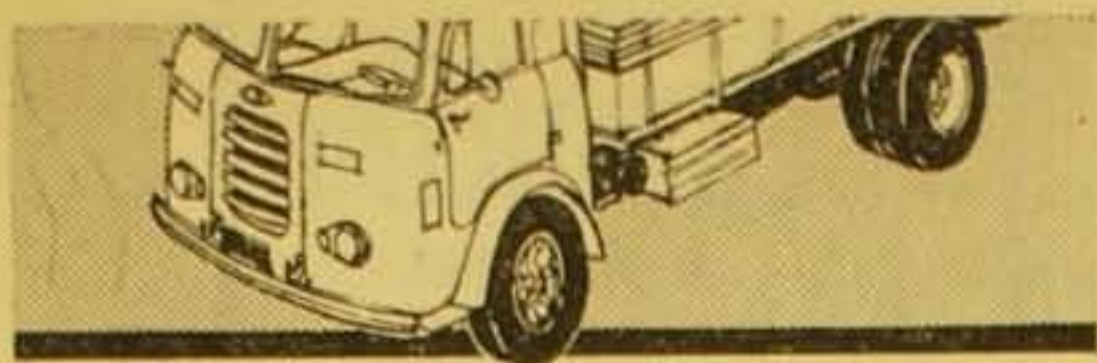
Av. Rio Branco, 277 - Loja 1 - BD - Rio de Janeiro

É favor enviar-me o folheto
"Concelto Total de Custo" (TCC)

Nome:

End.:

Cidade: Est.:



UM ÓLEO IDEAL PARA MOTORES DIESEL



um produto da
COMPANHIA
BRASILEIRA
DE PETRÓLEO
IPIRANGA

mercado ampliou-se, mas enquadrado e protegido pelos direitos alfandegários "externos", aplicáveis aos países não membros. Este sistema de preços duplos, para membros e não membros, e a procura acrescida dos países membros permitiram aos produtores do Mercado Comum não só manter como majorar os preços. Eles tendiam a igualar-se, mas em nível elevado; por exemplo, os preços nos Países-Baixos se adaptaram aos da Bélgica, antes sensivelmente mais altos. Apesar de sua fachada de livre intercâmbio, o Mercado Comum se tornou cada vez mais um cartel internacional, em que os pre-

ços eram determinados pelos custos de produção das empresas marginais, enquanto as mais modernas e trabalhando, por conseguinte, a custos mais baixos, gozavam de uma renda extra.

Nestas condições, o custo da vida nos países do Mercado Comum subia continuamente e os salários se adaptaram à alta dos preços, o que constituía novo motivo para majorar os preços e assim por diante. Em síntese, os países do Mercado Comum apresentavam, não obstante a estabilidade das taxas cambiais de suas respectivas moedas, sinais típicos de inflação. Os franceses, que acabavam de estabilizar o valor externo de sua moeda, estranhavam particularmente este efeito inesperado do Mercado Comum.

Tais observações indicam que o Mercado Comum, longe de haver alcançado os objetivos para os quais foi criado, necessita de séria revisão. A paixão dos seus dirigentes pela política, sua atitude hesitante em face dos problemas agrícolas e sua preferência pela indústria não são os únicos males de sua atividade. Se a saída espetacular e, como todo mundo espera, temporária da França der impulso às reformas necessárias da instituição de Bruxelas, a ação francesa não terá sido em vão.

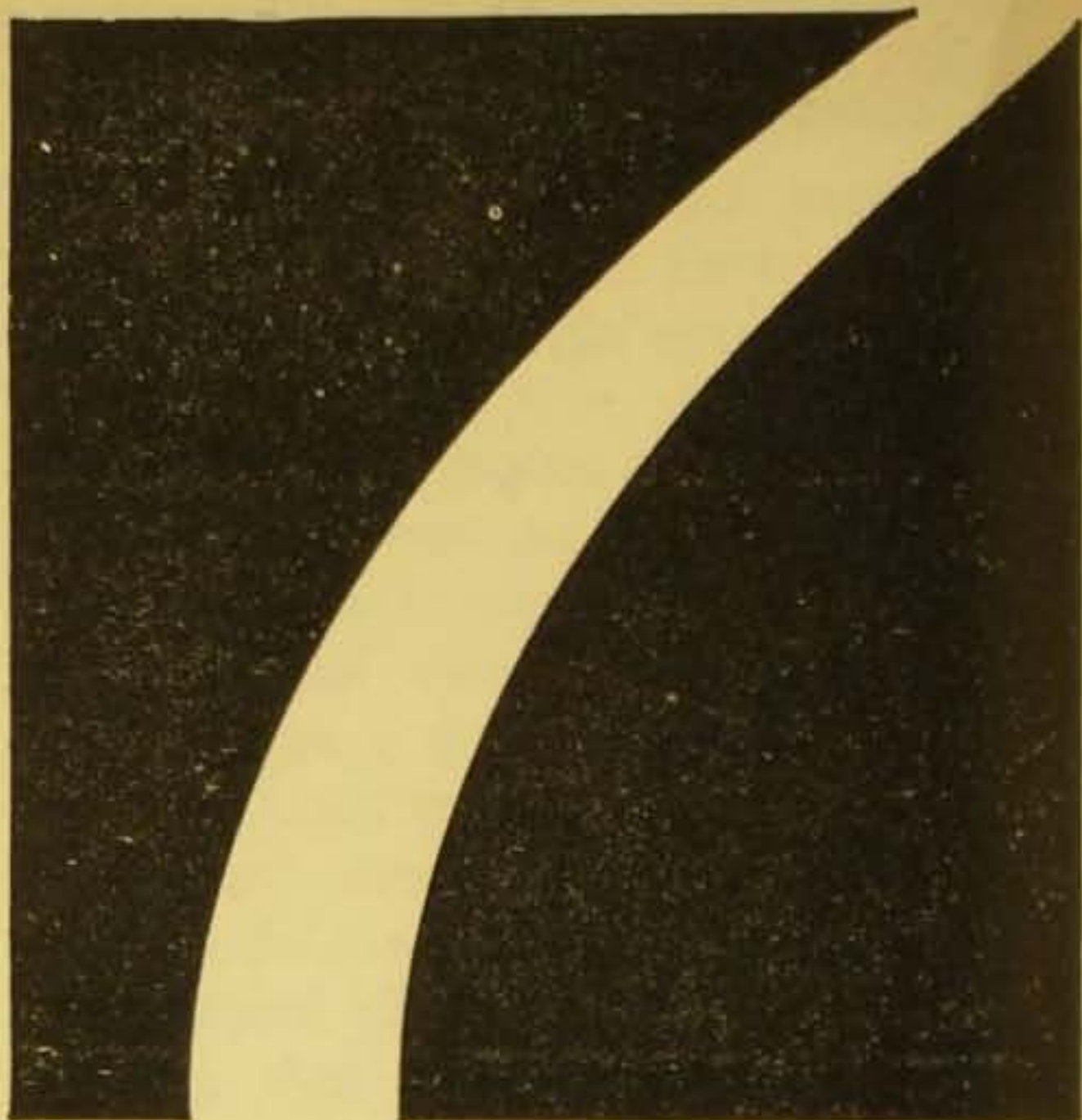
ENCARGOS SOCIAIS DO EMPREGADOR — "Tendo em vista a importância da matéria para a correta interpretação dos contratos de obras por administração, em que o empreiteiro fica com o direito ao reembolso das importâncias dispendidas a título de "encargos sociais", louvamos a publicação do estudo especial publicado por *Conjuntura Econômica* sobre o assunto em seu número 7/65, mas insistentemente em novo destaque ao tópico constante da pág. 54, versando em torno da diferença entre a contraprestação de serviço e o salário. Efetivamente, para efeito de reembolso por importâncias correspondentes a taxas que incidem sobre a folha de salários, objeto do QUADRO II do citado estudo, só deve ser levada em conta a porcentagem ali indicada de 38,4 (salvo, evidentemente, variações peculiares a cada caso), com exclusão dos componentes do chamado 3.º grupo, contrariamente ao que vem sendo adotado pela grande maioria dos empreiteiros e pelo próprio Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado da Guanabara, conforme circular n.º 4/65 daquele órgão, que é representativo da classe beneficiada (anexo). Nossa preocupação tem por motivo o fato de que uma interpretação diferente da que foi dada pelo estudo especial em questão, resulta, e vem resultando, em elevação injustificada do

custo das obras sob o regime considerado, pela dupla aplicação disfarçada de uma mesma taxa, isto é, pela imposição da obrigação de reembolso de parcela já incluída no salário". REGINALDO BARROS NETO, Estado da Guanabara.

— O problema da diferença entre o salário mensal e a contraprestação de serviços foi bem interpretado pelo leitor.

A contraprestação de serviços não inclui os dias não trabalhados por qualquer motivo, ainda, que por força da lei. Por outro lado, no salário mensal estão incluídos pagamentos de dias ou horas em que não há prestação de serviços ou seja, pagamentos de alguns encargos sociais.

SOMOS



... Sim, somos sete revistas técnicas da Fundação Getúlio Vargas, à sua disposição, divulgando o resultado de pesquisas e trabalhos nos seguintes campos: Economia, Ensino, Direito Administrativo, Psicotécnica, Direito Público e Ciência Política, Administração (Pública e de Empresas):

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS — 4 números por ano. Meus assuntos principais são: planejamento, organização e controle — práticas correntes de administração — orçamento — pesquisa de mercado — potencial de vendas — controle de produção e de qualidade, etc.

CONJUTURA ECONÔMICA — 12 números por ano: EDIÇÃO NACIONAL. Análise mensalmente a situação econômico-financeira do País. EDIÇÃO INTERNACIONAL — Versão inglesa da edição em português, para conhecimento da economia brasileira no exterior.

REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA — 4 números por ano: Trato de estudos econômicos da atualidade. Renda Nacional — Bibliografia.

ARQUIVOS BRASILEIROS DE PSICOTÉCNICA — 4 números por ano: Informo sobre Seleção e Orientação Profissional e Psicotécnica. Bibliografia.

REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO — 4 números por ano: Publico Jurisprudência dos Tribunais e Administrativa (inclusive fiscal). Pareceres, Doutrina, Notas e Comentários, Legislação, Bibliografia.

REVISTA DE DIREITO PÚBLICO E CIÊNCIA POLÍTICA — 3 números por ano. Sou um órgão informativo de assuntos políticos, jurídicos e sociais.

CURRICULUM — 2 números por ano: Ensino médio. Destino-me a professores e trago artigos sobre didática, métodos audiovisuais, etc.

Vendas, publicidade e assinaturas: _____

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
serviço de publicações



EDIÇÕES

praia de botafogo, 186 (ZC-02) - Caixa Postal 4081-ZC-05

Rio de Janeiro, Gb.

PETROBRÁS AUMENTA SUA FROTA

O petroleiro Cassarongongo, 47.^o navio-tanque da Petrobrás, de 10 500 toneladas *dead weight* e com um índice de nacionalização superior a 85%, foi lançado ao mar pela Verolme, no estaleiro de Jacuacanga, em Angra dos Reis, Estado do Rio. O Cassarongongo, como os outros petroleiros de sua série — o Quererá, lançado em agosto de 1964, o Carmópolis em julho deste ano — apresenta características próprias para os serviços de cabotagem e seu comprimento total é de 134,3 metros, calado base 7,29 metros e desenvolverá uma velocidade média de 13,5 nós.

**BRASIL EXPORTARÁ MÁQUINAS DE
CONTABILIDADE PARA OS ESTADOS
UNIDOS**

O Brasil passará de importador a exportador de equipamentos contábeis e de processamento de dados para todos os países da América Latina e também para os Estados Unidos, com um novo investimento a ser feito pela Burroughs do Brasil, destinado a construir e instalar uma fábrica de máquinas somadoras, autenticadoras e de contabilidade, a partir deste ano, numa área de 20 m² em Santo Amaro, S. Paulo. Será necessária a aplicação de Cr\$ 10 bilhões para ampliação do parque industrial, que proporcionará a abertura de 1 400 novos empregos e um aumento de 600% nas atuais possibilidades de produção.



**CCA CIA. DE
CONSTRUTORES
ASSOCIADOS**

OBRAS PÚBLICAS E INDUSTRIAIS

SÃO PAULO

Rua da Consolação, 65 - 3.º andar

Tels. 35-1097 - 37-7957 - 35-9657 - 35-4676 (PBX)

RIO DE JANEIRO

Av. 13 de Maio, 23 - 19.º " s. 1935/36/37

Tels. 22-8987 e 32-3915

EDIÇÕES DA FGV

Vendas e Assinaturas:

FUNDAÇÃO

GETÚLIO VARGAS

SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

Praia de Botafogo, 186
Caixa Postal 4081 — ZC 05
Tel.: 46-4010 — Ramais 15 e 17
Rio de Janeiro — GB.
Atende-se pelo Reembolso Postal

POSTOS DE VENDA

Livraria — Praia de Botafogo, 186
Livraria — Av. Graça Aranha, 25 —
Lojas C e H

LIVRARIA EM BRASÍLIA (D.F.)

SQ. 104 - Bloco A - Lote 11
Tel.: 2-4689

AGENTES:

SÃO PAULO — Capital

Fornecedora de Publicações Técnicas
(M. M. de Oliveira Marques)
Rua Quirino de Andrade, 193 - 7.º and.
Tels.: 36-1187 e 36-6629

CAMPINAS — SP.

Renato Vaz Pupo
Rua Campos Salles, 890
Conjunto 1 102

BELO HORIZONTE — MG.

Sociedade Importadora Ltda. (Socimp)
Rua Espírito Santo, 341 - Sala 305
Tel.: 4-5083

JUIZ DE FORA — MG.

Luiz de Souza — C.N.M.E.
Ed. Santa Helena — sala 16

PÔRTO ALEGRE — RS.

Organização Sulina de Representações
Ltda. — (Livraria Sulina)
Av. Borges de Medeiros, 1030/1036
Tel.: 9-1087

SALVADOR — BA.

Dmeval Costa Chaves (Livraria Ci-
vilização Brasileira)
Rua Dr. Seabra, 322.

RECIFE — PE.

Almir Viggiano Antunes
Ed. Seguradora - Sala 202 - (2.º and.)

RELAÇÃO DE ANUNCIANTES

Aços Villares	3
Banco Boavista S/A	30
Banco do Brasil S/A	116/119
Banco Holandês Unido S/A	50
Banco Lar Brasileiro S/A	46
Banco Sul Americano do Brasil S/A ..	77
C.C.A. Cia de Construtores Asso- ciados	98
Cia. Antartica Paulista	40
Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga ..	94
Cia. Financ. de Bens de Produção ..	51
Cia. Industrial Sta. Matilde	24
Cia Progresso Industrial do Brasil ..	34
Cia. Rádio Internacinel do Brasil ..	8/77
Cia. Radiotelegráfica Brasileira Radio- brás	65
Cia. Radiotelegráfica Brasileira Radio- brás	87
Credibrás Financeira do Brasil S/A ..	66
First National City Bank	7
IBM do Brasil Ltda.	4.ª capa
Indústrias Químicas Eletro Cloro S/A ..	2
Macife S/A	49
Produtos Alimentícios Fleischmann e Royal Ltda.	4
Projetechnica — Economia & Engenha- ria Industrial	20
Quimbrasil — Química Industrial Bra- sileira S/A	16
Rio Light S/A	52
SAFRA S/A — Crédito, Financiamen- to e Investimento	89
SAS — Scandinavian Airlines Sys- tem	20/93
S/A Tubos Brasilit	23
SHELL Brasil S/A (Petróleo)	35
Siemens do Brasil — Cia. de Eletri- cidade	28
The First National Bank of Boston ..	1
Union Carbide do Brasil S/A	32
Varig S/A	15
Volkswagen do Brasil	5

A T I V O

DISPONÍVEL

Caixa:			
Em moeda corrente	96.024.804.933		
Em outras espécies	8.742.060	96.033.546.993	

REALIZÁVEL

Operações de câmbio, à ordem do Tesouro Nacional	3.287.337.968.185		
Outras contas vinculadas a câmbio	275.556.545.943	3.562.894.514 125	

EMPRÉSTIMOS EM CONTA

Da Carteira de Crédito Geral

Ao Tesouro Nacional:			
Saldos das contas de operações anteriores			
à Lei nº 4.595/64 .. 2.265.573.777.012			
Outros débitos	1.822.368.803	2.267.396.145.815	
A governos estaduais	12.627.292.561		
A governos municipais	2.999.707.004		
A outras entidades públicas	5.007.503		
A autarquias:			
Comissão de financiamento de produção, conta de aquisição de produção agrícola (Lei Delegada nº 2, de 26-9-62)	146.428.987.442		
Outras autarquias ..	90.859.560.628	237.288.548.070	
A entidades de economia mista	12.246.498.534		
A bancos:			
Por conta própria	451.735.281		
Ao comércio (operações específicas sobre produtos de caráter regional)	9.573.141.852		
Ao comércio (outras operações)	7.316.434.645		
A indústria (operações específicas sobre trigo estrangeiro e produtos nacionais de caráter regional)	5.182.477.966		
A indústria (outras operações)	20.443.692.517		
A lavoura (operações específicas sobre produtos de caráter regional)	4.395.088.990		
A lavoura (outras operações)	86.591.513		
A pecuária	100.053.489		
A atividades não especificadas	4.264.019.180		
A diversos, em moratória	52.031.032	2.584.428.465.952	

Da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial

Agrícolas	387.359.202.934		
Pecuários	91.687.721.516		
Industriais	110.698.917.161		
Industriais para democratização de capital das empresas	4.973.101.124		
Para o desenvolvimento industrial	19.071.272.575		
Governo Federal, conta de aquisição de produtos agrícolas	23.850.377.253		
Governo Federal, conta de financiamento de produção agrícola (Lei Delegada nº 2, de 26-9-62)	17.799.561.784		
Governo Federal, empréstimos para racionalização da cafeicultura a taxas especiais	35.566.486		
Governo Federal, empréstimos para racionalização da cafeicultura	5.865.520.560		
Governo Federal, financiamentos de investimentos decorrentes de convênio com o IBC-GERCA	1.628.150.768		
Em letras hipotecárias	20.489		
A cooperativas	28.655.277.479		
Para investimentos	392.261.731		
Diversos, em moratória	514.590.116	692.531.541.976	3.276.960.007.928

BRASIL S. A.

DE JULHO DE 1965

Agências no país (607) e no exterior (5)

P A S S I V O

NÃO EXIGÍVEL

Capital	4.800.000.000		
Fundo de reserva	6.584.434.375		
Fundo de previsão	93.882.686.278		
Fundo de amortização de imóveis, móveis e utensílios	25.276.513.636		
Fundo para prejuízos eventuais	8.179.380.086		
Fundo de indenizações trabalhistas (Lei 4.357, de 16-7-64)	3.606.430.600	137.529.444.975	142.329.444.975

EXIGÍVEL

Operações de câmbio, à ordem do Tesouro Nacional	155.528.213.200		
Outras contas vinculadas a câmbio	1.931.603.113.155	2.087.131.326.355	

DEPÓSITOS A VISTA E A CURTO PRAZO

Do Tesouro Nacional:

Saldo das contas de arrecadação e despesa do exercício fiscal corrente	17.347.127.126		
Outras contas	202.552.047.104	219.899.174.230	
Conta de liquidação de encampação de emissões, Lei nº 4.595/64		1.401.136.662.900	
A disposição de entidades federais	255.447.189.432		
Fundo de indenizações (Decreto 25.147, de 29-6-48)		34.979.568	
Fundo de recuperação econômico-rural da lavoura cacaueteira		13.480.000.000	
Fundo de renovação agrícola		385.202.832	
Governo Federal, fundo de racionalização da cafeicultura		67.878.295.157	
Governo Federal, fundo nacional de refinanciamento rural		21.514.364.356	
Governo Federal, fundo de democratização do capital das empresas		490.000.000	
Governo Federal, fundo especial vinculado à operações de créditos com a AID	74.050.000.000		
Outros créditos	246.579.658.723	2.300.895.527.198	
De governos estaduais		12.976.361.632	
De governos municipais		10.543.291.312	
De outras entidades públicas		98.861.305.465	

De autarquias:

Banco Central da República do Brasil, suprimento especial (Art. 60, da Lei nº 4.595/64)	1.075.783.681.628		
Outras autarquias	542.029.179.381	1.617.812.861.009	

A T I V O

TÍTULOS DESCONTADOS

Da Carteira de Crédito Geral

A autarquias	100.000.000	
A entidades de economia mista	22.313.485.702	
Ao comércio (operações específicas sobre produtos de caráter regional)	52.296.893.785	
Ao comércio (outras operações)	75.025.451.744	
A indústria (operações específicas sobre trigo estrangeiro e produtos nacionais de caráter regional)	94.511.466.312	
A indústria (outras operações)	250.485.491.929	
A lavoura (operações específicas sobre produtos de caráter regional)	59.443.388.603	
A lavoura (outras operações)	13.092.964.300	
A pecuária	26.704.025.886	
A atividades não especificadas	784.192.285	594.757.360.546

OUTROS CRÉDITOS E VALORES

Créditos

Titulos a receber de conta própria	54.750.768.104	
Créditos em liquidação	2.896.421.053	
Banco Central da República do Brasil, conta de movimento	157.995.012.027	
Banco Central da República do Brasil, repasse de recursos originários de depósitos	154.339.253.242	
Compra e venda de produtos exportáveis	11.724.958.888	
Compra e venda de produtos de importação	42.157.642.374	
Comissão executiva do plano de recuperação econômico-rural da lavoura cacaueira (Decreto 40.987, de 20-2-57)	13.480.000.000	
Carteira de Colonização, conta de aplicações	2.283.181.850	
Carteira de Comércio Exterior, conta de financiamento de aquisição de produtos para exportação	3.210.020.498	
Correspondentes no país	1.085.707.607	
Outras contas	42.356.982.247	

Valores

Titulos e valores mobiliários:

Apólices e outras obrigações federais	354.479.974	
Apólices estaduais	93.395	
Outros títulos e valores mobiliários ..	8.924.285.739	9.278.859.108

Imóveis não destinados a uso do Banco	10.774.210.875	506.333.017.873
---	----------------	-----------------

Direção Geral e Agências (contas de relações internas)	78.506.171.000	8.019.451.071.475
--	----------------	-------------------

I M O B I L I Z A D O

Imóveis de uso do Banco	22.795.405.571	
Móveis e utensílios	8.698.654.940	
Material de expediente	4.223.198.019	
Obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional (Lei 4.357, de 16-7-64)	3.599.681.800	39.316.940.330
Agências no exterior (conta de capital e reserva)	7.224.772.288	46.541.712.618

D E R E S U L T A D O P E N D E N T E

Despesas de juros e comissões	42.750.095	
Despesas de impostos	104.497.833	
Despesas gerais e outras despesas administrativas	35.119.334.606	
Outras contas de resultado pendente	17.294.960.244	52.561.542.778
		8.214.587.873.864

D E C O M P E N S A Ç A O

Saldos devedores		418.080.483.519
		8.632.668.357.383

Brasília, DF, 20 de

LUIZ DE MORAES BARROS
PresidenteLUIZ DE PAULA FIGUEIRA
Diretor-Superintendente

BRASIL S. A.

DE JULHO DE 1965

Agências no país (607) e no exterior (5)

nuação)

P A S S I V O

De entidades de economia mista	169.481.839.243		
De bancos	531.489.021.525		
Do público (compulsórios):			
Judiciais (Decreto-lei 3.077, de 26-2-41)	10.219.500.396		
De empresas concessionárias de serviços públicos (Decreto-lei 3.077, de 26-2-41)	1.161.236.963		
Obrigatórios de lucros extraordinários (Decreto-lei 9.159, de 10-4-46)	24.563.672		
Depósitos para investimentos (Lei 3.470, de 28-11-58)	9.825.941.049		
Depósitos para obtenção de letras (Superintendência da Moeda e do Crédito)	16.000		
Depósitos de importadores (Instrução 226 da SUMOC)	299.893.889		
Depósitos de garantia de contratos de câmbio	3.760.806.574		
Depósitos para obtenção de letras (Banco Central da República do Brasil) ..	11.118.875.000		
Outros depósitos obrigatórios	58.852.115	36.469.685.658	
Do público (diversos):			
Sem limite	300.340.295.170		
Limitados	16.196.370.717		
Populares	84.949.112.316		
Sem juros	26.257.445.515		
Outros depósitos	36.577.877.199	464.321.100.917	
Saldos credores de empréstimos	880.458.717	5.243.731.452.676	
DEPÓSITOS A PRAZO			
De autarquias	2.535.939.899		
Do público (compulsórios):			
Judiciais (Decreto-lei 3.077, de 26-2-41)	9.793.816		
Do público (diversos):			
De aviso prévio	95.607.446.343		
A prazo fixo	794.868.813	96.402.315.156	98.948.048.871
OUTRAS RESPONSABILIDADES			
Banco Central da República do Brasil, mobilização de créditos em moratória	796.882.000		
Carteira de Colonização, conta de recursos	33.173.974		
Aprovisionamento de recursos para desenvolvimento industrial	26.156.976.607		
Aprovisionamento de recursos para democratização do capital das empresas	12.507.578.250		
Bônus e letras hipotecárias da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, em circulação	859.664.400		
Correspondentes no país	299.582.373		
Ordens de pagamento	124.111.912.456		
Cobrança efetuada em trânsito	13.363.434.597		
Cheques de viagem	410.820.000		
Clientes do país	14.573.565.862		
Dividendos a pagar	541.162.691		
Letras a pagar (Superintendência da Moeda e do Crédito)	89.730.603.481		
Letras a pagar (Banco Central da República do Brasil) ..	59.826.809.000		
Outras contas do passivo exigível	41.095.921.026	384.308.086.717	7.814.118.914.619

DE RESULTADO PENDENTE

Rendas de juros, descontos, comissões e diversas	45.101.756.722		
Outras contas de resultado pendente	213.037.757.548	258.139.514.270	

8.214.587.873.864

DE COMPENSAÇÃO

Saldos credores		418.080.483.519	
		8.632.668.357.383	

agosto de 1965

SIDNEY PÓVOA MANO
Chefe do Departamento de Contabilidade
Contador - C. R. C. - GB nº 19.109
C. R. C. - DF - I. S.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-educativo, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando aos problemas da organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social, e a conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

LUIZ SIMÕES LOPES — Presidente da Fundação
CLOVIS ZOBARAN MONTEIRO — Diretor Executivo

CONSELHO DIRETOR

LUIZ SIMÕES LOPES — Presidente
EUGÊNIO GUDIN — Vice-Presidente

VOCAIS: João Carlos Vital, José Joaquim de Sá Freire Alvim e Jorge Oscar de Mello Flores
SUPLENTE: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Rubens D'Almada Horta Pôrto e Carlos Medeiros Silva

CONSELHO CURADOR

MAURÍCIO NABUCO — Presidente
ALBERTO PIRES AMARANTE — Vice-Presidente

MEMBROS: Antônio Garcia de Miranda Neto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Artur Hehl Neiva, Ary Frederico Tórres, Brasília Machado Neto, Carlos Alberto de Carvalho Pinto, César Reis de Cantanhede e Almeida, Celso Timponi, Francisco Montojos, Heitor Campelo Duarte, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, José Nazareth Teixeira Dias, Jurandir Lodi, Mário Paulo de Brito, Astério Dardeau Vieira e Paulo de Tarso Leal

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

EUGENIO GUDIN — Presidente
OCTAVIO COUVÊA DE BULHÕES — Vice-Presidente

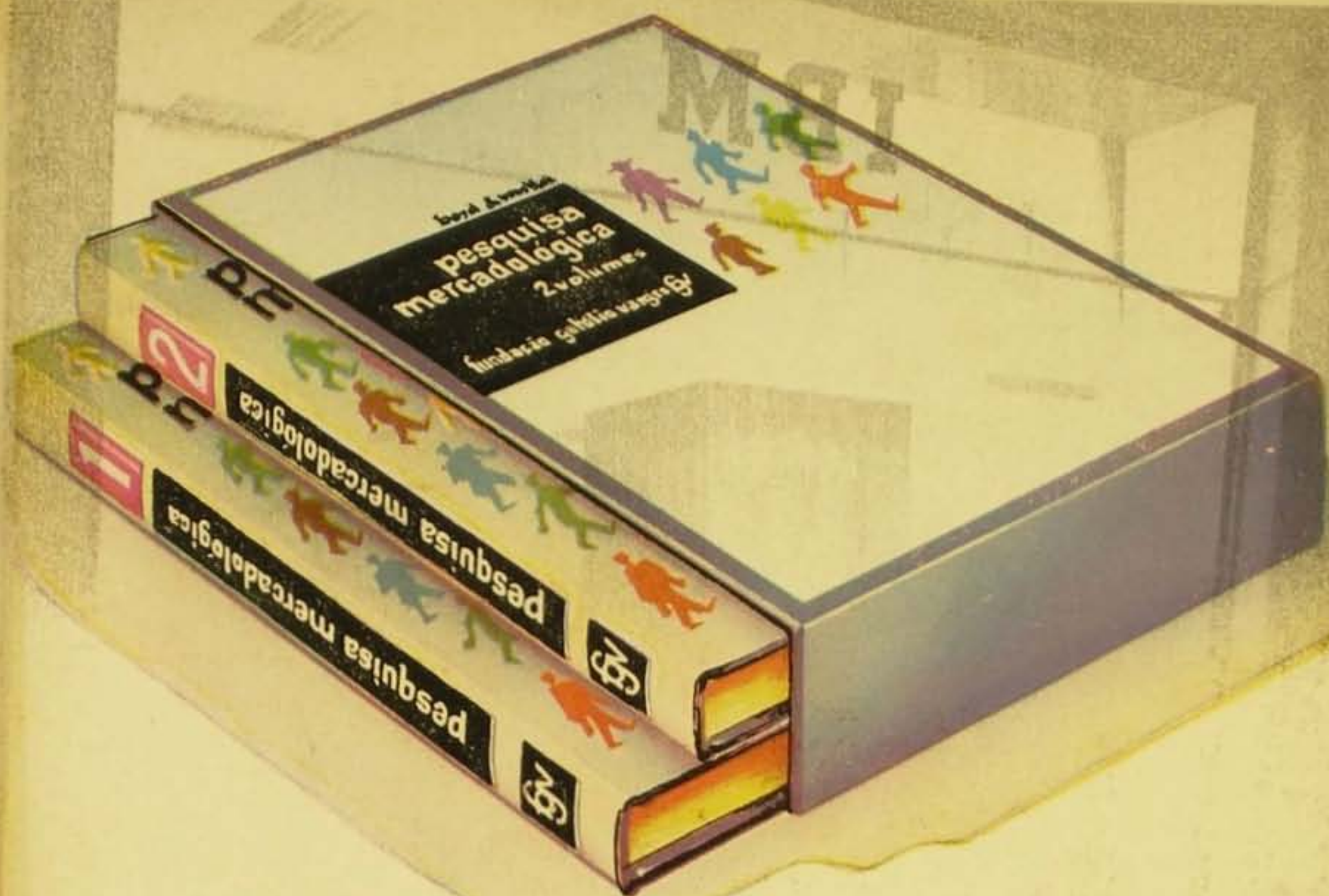
COMISSÃO DIRETORA

MEMBROS: Roberto de Oliveira Campos, Jorge Kingston, Alexandre Kafka (Diretor de Pesq.)

UNIDADES

CENTRO DE ANÁLISE DA CONJUNTURA ECONÔMICA	José Garrido Torres
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS	Julian Magalhães Chacel
CENTRO DE APERFEIÇOAMENTO DE ECONOMISTAS	Ney Coe de Oliveira
CENTRO DE ESTUDOS FISCAIS	Margareth Hanson Costa
CENTRO DE CONTAS NACIONAIS	Isaac Kerstenetzky
CENTRO DE ESTATÍSTICA E ECONOMETRIA	Jorge Kingston

Sede: Praia de Botafogo, 186 — Caixa Postal, 4081-ZC-05 — Fone 46-4010
Rio de Janeiro — Brasil



O SENHOR CONHECE MESMO SEUS FREGUESES ?

Quando a empresa era ainda a grande oficina artesanal, ela dependia por inteiro das relações pessoais entre o mestre artesão e os consumidores. O aumento da concorrência, a descentralização dos núcleos produtores obrigaram a empresa moderna a não mais depender dos contactos casuais entre seus diretores e fregueses. Como produzir, o que produzir, quanto produzir e para quem produzir? As respostas estão em

PESQUISA MERCADOLÓGICA

Contém a definição e descrição do problema; o processo de execução nas quatro áreas mais importantes: pesquisas motivacional, do produto, de propaganda e de controle de vendas, acrescido, ao fim de cada capítulo, de casos relacionados com os problemas discutidos.

Pedidos à

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
serviço de publicações

Praia de Botafogo, 186, ZC-05 — Rio - GB

ATENDE-SE PELO SERVIÇO DE REEMBOLSO POSTAL



CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS RIO

DE GRANDE INTERÊSSE PARA HOMENS DE NEGÓCIOS: O BUREAU DE SERVIÇOS IBM É O PROLONGAMENTO DE SUA EMPRESA!

Exatamente. Foi pensando assim que a IBM criou o Bureau de Serviços, que tem sempre a solução exata, mais rápida e econômica, para atender às pequenas, médias e grandes Empresas. Mas, ao homem de negócios interessa argumentos positivos que demonstrem as vantagens do emprêgo de capital, do negócio lucrativo. Aqui estão eles: O Bureau de Serviços IBM realiza tarefas tais como: Faturamento, Análise de Vendas, Pagamento de Pessoal, Contrôles de Estoques, Crediário e seus Contrôles, Contabilidade em Geral, Estatísticas em Geral, e também as mais complexas computações técnicas e científicas; utiliza pessoal técnico experimentado e analistas de métodos bem treinados; emprega equipamento IBM versátil e de extraordinária precisão; paga-se — unicamente — pelo serviço que é prestado pela IBM, com preços fixados de acordo com o volume de trabalho e o equipamento exigido, com fornecimento prévio de orçamento; as tarefas são executadas de acordo com as necessidades do Cliente em qualquer período que seja necessário (mensal, semanal, diário ou apenas uma vez). Faça-nos uma consulta sobre os problemas de seu escritório. Estudaremos — com muito prazer e sem compromisso — a melhor aplicação do Bureau de Serviços IBM. Faça do Bureau de Serviços IBM o prolongamento de sua Empresa e... prepare-se para os lucros!

A propósito: caso você deseje instalar em seus próprios escritórios equipamento de processamento de dados, temos à sua disposição uma grande variedade de equipamento IBM moderníssimo, desde as máquinas de perfuração de cartões até os mais avançados computadores eletrônicos.

IBM

BUREAU DE SERVIÇOS